

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

República, Democracia e Cidadania

Ano IV, n.º 2, Dezembro de 2009

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

Conselho Editorial

Ana Luíza Ladeia Prates Correia
Bruno Diniz Silva
Eduardo Gerber Junior
Gabriela Berthou de Almeida
Giorgio de Lacerda Rosa
Lucas Sales Furtado
Welington Júnio Guimarães da Costa

Equipe de Revisores

Lídia Mendes dos Santos
Naybara Juliana A. P. Thiers Vieira
Pauline Freire

Conselho Consultivo

Prof.^o Dr. Álvaro de Araújo Antunes
Prof.^a Dr.^a Andréa Lisly Gonçalves
Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara
Prof. Dr. António Manuel Hespanha
Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria das Graças Chaves
Prof.^a Dr.^a Helena Miranda Mollo
Prof.^a Dr.^a Íris Kantor
Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz
Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta
Prof. José Arnaldo Coêlbo de Aguiar Lima
Prof. Dr. Marco Antônio Silveira
Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus
Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata
Prof. Dr. Sidney Chalhoub
Prof. Dr. Valdeir Lopes de Araujo
Prof.^a Dr.^a Virgínia Albuquerque de Castro Buarque
Prof. Dr. Wlamir José da Silva

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

Contribuíram neste número como pareceristas *Ad hoc*

Arnaldo José Zangelmi

Claudia Valladao de Mattos

Daniel Precioso

Débora Bendochi Alves

Fernando Felizardo Nicolazzi

Gabriel Terra Pereira

Henrique Estrada Rodrigues

Isabel Cristina Leite da Silva

Jonas Marçal de Queiroz

Luiz Gustavo Cota

Maria Edith Maroca

Mateus Henrique de Faria Pereira

Maro Lara Martins

Marcus Vinícius Fonseca

Rodrigo Patto Sá Motta

Direção, Redação e Administração:

Revista Eletrônica Cadernos de História

www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria

cadernosdehistoria@yahoo.com.br

Rua do Seminário, s./n.o

Mariana - Minas Gerais

35420-000

Sumário

Seção Temática

República, Democracia & Cidadania

Artigos

- 8 *Os sentidos do “populismo”, a política e a democracia (1945-1964)*
Samuel Silva Rodrigues de Oliveira
- 19 *O Partido Republicano e o Partido Republicano Paulista: uma análise sobre o(s) conceito(s) de República(s) (1870 – 1889)*
Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos
- 33 *A República numa biblioteca suburbana: livros, leituras e idéias*
Denílson Botelho
- 45 *Diplomacia e Cultura no governo Lula (2003 - 2006)*
Dhiego de Moura Mapa
- 55 *A Primeira República como lugar de mobilização: estratégias para a formação da pátria*
Vanessa Carvalho Nofuentes
- 68 *Retratos da República: os grupos escolares de Sergipe como ícones da modernidade*
Magno Francisco de Jesus Santos
- 84 *Reforma universitária em tempos de populismo: a contribuição da união estadual dos estudantes sergipanos (1961-1964)*
José Vieira da Cruz
- 98 *As idéias do socialismo utópico no Brasil*
Adalmir Leonidio

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

Seção Livre

Resenhas

- 120 *BOJADSEN, Angel (org.). D. Leopoldina. Cartas de uma Imperatriz*
Gisele Ambrósio Gomes
- 123 *MORAES, Letícia Nunes de. Leituras da revista Realidade (1966-1968).*
Edina Rautenberg
- 128 *BARROS, Luitgarde Oliveira C; SANTANA, Marco Aurélio; THIESEN, Icléia (orgs.) Vozes do porto: memória e história oral.*
André Luiz Rosa

Transcrição

- 134 *Alforria à prestação: possibilidades de estudo a partir da carta de corte*
Elisa Vignolo Silva

Entrevista

- 139 *Independências, Nação e Historiografia: uma entrevista com João Paulo Garrido Pimenta*
Giorgio de Lacerda & Rafael Fanni



Acervo Digital da Casa Setecentista de Mariana. Anônimo. 19??

Artigos

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Os sentidos do “populismo”, a política e a democracia (1945-1964)

Mestre em História pela
UFMG e Professor
municipal da PBH

Resumo

Este artigo aborda os sentidos adquiridos pelo termo “populismo” / “populista” entre 1945 e 1964. Será problematizado como os atores sociais articularam “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas”, com os usos da palavra dentro de contextos variados para constituir representações do mundo. O vocábulo serviu a trabalhistas e aos liberais para configurar projetos distintos de modernização e democratização do sistema político, após a queda do Estado Novo, em 1945. Extrapolando o mundo acadêmico, o trabalho explora a relação entre “populismo” e as práticas instituídas pela sociedade e pelo estado brasileiro, contribuindo para a compreensão da *cultura política* do país; mostra-se como o termo, inscrito nas lutas políticas, operou uma inteligibilidade e valoração da ordem social e política brasileira.

Palavra-Chave: Populismo, democracia e cultura política.

Resumé

Cet article aborde les sens que le terme “populismo”/ “populista” a acquis entre 1945 et 1964 . Ce sera mis en question comment les acteurs sociaux ont articulé des “champs d’expérience” et des “horizons d’attente”, avec les utilisations de ce mot dans des contextes variés pour constituer des représentations du monde. Le vocable a servi aux “trabalhistas” et “liberais” pour configurer des projets distincts de modernisation et de démocratisation du système politique, après la chute du “Estado Novo”, en 1945. En extrapolant le monde académique, ce travail fait des relations du “populismo” et des pratiques instituées par la société et l’état Brésilien, contribuant à la compréhension de la *culture politique* du pays; il montre comment le terme, inscrit en enjeux politiques, a opéré une intelligibilité et évaluation de l’ordre social et politique Brésiliennes.

Enviado em 13 de agosto de 2009
e aprovado em 7 de outubro de
2009.

Mot Clé: Populismo, démocratie et culture politique

As pesquisas existentes sobre o termo “populismo” expressam a preocupação em avaliar o conhecimento histórico e sociológico produzido sobre o Brasil contemporâneo. Essas análises indicam os limites e julgamentos de valor pressupostos na formação do conceito de “populismo”. Elas revelam o caráter dinâmico do conhecimento histórico-social: responde a questões de uma época de acordo com os instrumentos intelectuais disponíveis, estabelecendo uma relação dialógica com o passado, demarcando temporalidades. Também apresentam uma dimensão particular às ciências humanas: ela possui um lugar nas academias e universidades, procurando uma autonomia e um distanciamento do espaço social, porém se relaciona de maneira mais direta que as ciências físico-naturais com a prática social e a língua natural em que se expressa. Desse duplo corolário nasceram as investigações dos significados de um conceito e sua intercessão com a vida social.

Sondar a sociedade através de um conceito é uma estratégia de pesquisa que se alimenta das reflexões da história cultural nas décadas de 1980 e 1990. Da interpenetração entre história social e cultural, estabeleceu-se uma crítica a modelos de compreensão estruturais (sistêmicos) da política e da sociedade, lançando luz à relação entre os signos e aquilo que eles representam. A disjunção entre a representação estrutural da sociedade, produzida pelas ciências sociais, e a representação dos atores sobre os processos que vivenciam renovaram as análises que exploravam a tensão entre esses dois pólos. A noção de “representação” acompanhou vários historiadores na seara dessas reflexões. Tentavam compreender como palavras-força, símbolos e alegorias constituem representações capazes de mobilizar os indivíduos; por outro lado, explicavam como as representações operam a apreensão de um “espaço de experiência” e constroem um “horizonte de expectativa”, fazendo aparecer o diálogo dos atores com a estrutura sócio-política para demarcar e redefinir suas ações (CHARTIER, 1991: 13-27; KOSELECK, 2006: 133-147; RICOEUR, 2007: 193-245).

Nesse sentido, a palavra “populismo” tem sido tomada como uma representação das práticas instituídas na sociedade brasileira. O conceito ganhou interesse pela capacidade de atribuir valor e produzir uma chave de inteligibilidade aos processos políticos experimentados no Brasil, norteando ações e servindo à mobilização dos cidadãos. Na sua face mais explícita, o termo estabelece uma relação com a política e compõe parte da *cultura política*¹ do Brasil Contemporâneo, como já observou Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (FERREIRA, 2001: 7-16; GOMES, 2002: 55-68). O termo abre uma chave de leitura do mundo, “impondo parâmetros de compreensão e orientação, determinando o espectro de ações possíveis, orientando os vetores da memória e do projeto político, focalizando a atenção sobre objetos e contendas, canalizando as energias e limitando a imaginação dos atores” (CEFAÏ, 2001:115)². A palavra é parte importante da “gramática do poder” no Brasil e constitui um dos princípios de inteligibilidade e valoração do cenário político.

A vinculação do conceito à prática política multiplica seus significados, aumenta

1 Para uma sistematização do conceito Cultura Política cf. BERSTEIN, 1998; KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999; MOTTA, 2009; CEFAÏ, 2001; DUTRA, 2002.

2 Tradução livre cf. “Les cultures politiques ouvrent des horizons de monde, imposent des repères de compréhension et d’orientation, fixent le spectre des actions possibles, orientent les vecteurs de la mémoire e du projet, focalisent l’attention sur des objets et des enjeux, canalisent les énergies et jugulent les imaginations des acteurs” (CEFAÏ, 2001: p. 115).

o grau de incerteza e de insegurança dos cientistas sociais que pretendem usá-lo em suas pesquisas. Como observou João Trajano Sento-Sé:

Uma palavra e vários significados. Outrora conceito sociológico com razoável poder heurístico, o populismo foi termo tão utilizado nas análises do processo histórico vivido na América Latina, nos anos 40, 50 e 60, tão acionados nos confrontos políticos do período posterior, que acabou sendo esvaziado de boa parte de sua capacidade de explicar processos históricos (SENTO-SÉ, 2001: 190)

O termo vulgarizou-se, e o cientista social perdeu o controle sobre o que este pode expressar. Ora, essa peculiaridade só reforça a abordagem do termo relacionando-o à cultura política no Brasil. É um sinal de que a palavra ganhou um status diferenciado na imaginação da nação; seu uso ostensivo em vários contextos representa sua força para mobilizar os personagens sociais. A variedade de uso indica apenas seu valor como “símbolo”; diferente de outros vocábulos, esse possui grande capacidade de atribuir sentido aos processos históricos e interpelar os indivíduos para a ação coletiva (LAPLANTINE & TRINDADE, 1996: 12-15).

Todavia, minha primeira hipótese de trabalho vai contra a percepção de Sento-Sé sobre a circulação do termo entre a esfera acadêmica e política: “populismo” foi instrumento de luta nas contendas políticas, antes de ser um conceito sistematizado pelas ciências sociais. “O ‘populismo’, portanto, surgiu primeiro como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2001: 8-9). Deduzo que o uso da palavra era mais extenso do que se imagina, tendo destaque nos julgamentos das forças eleitorais, após a redemocratização de 1945, perpassando amplos espectros do jogo político.

A segunda hipótese que orienta o artigo aponta a sedimentação e renovação, com os usos extensivos do vocábulo, de um dos “mitos políticos” sobre a sociedade brasileira. Entenda-se “mito político” como um tipo de crença que produz uma interpretação da realidade e que, por definição, não está sujeito a confrontações que sigam uma lógica racional demonstrativa (GOMES, 2002: 64). O “populismo” em seu uso rotineiro, após a redemocratização de 1945, assumiu, paulatinamente, o lugar do discurso nacional sobre a falta de “organização social e política” do “povo brasileiro”. Como ressalta Ângela de Castro Gomes,

o populismo nos falaria de características, digamos, das primícias/ das origens da sociedade brasileira: fragmentada, verticalizada, hierarquizada, violenta; autoritária, enfim. Tais características existiriam em todas as nossas mais importantes instituições e relações sociais: na família, na escola, no trabalho e na política, naturalmente (GOMES, 2002:65).

Nas lutas políticas, “populista” é sempre o outro; designa uma alteridade em sentido negativo, na configuração de uma auto-representação positiva. É a afirmação de si pelo avesso, desqualificando aquilo que lhe é próximo. O termo produz uma distinção, não apenas entre qualidades de grupos e indivíduos, mas de tempos; o uso negativo esteve carregado da vontade de rejeitar uma tradição e empreender a democratização do siste-

ma político brasileiro. A palavra opera uma classificação socio-temporal, trabalhando os limites dos projetos de “modernização” e as identidades políticas no período entre 1945 e 1964, pós Estado Novo, na construção da democracia.

“Populismo”: práticas e representações políticas no período democrático (1945-1964)

A argumentação que demonstra o uso ostensivo do termo “populismo” no período de 1945 a 1964 é difícil de ser construída. Não possuímos uma pesquisa que precise a quantidade de vezes em que o termo aparece em materiais impressos como jornais, discursos políticos ou como legenda de imagens; esta ausência inviabiliza, num primeiro momento, a mensuração da centralidade desta palavra em relação a outras. Na falta da estatística do léxico político do período, recorreremos a algumas observações decorrentes das análises da imprensa, a partir do jornal *Estado de Minas*, para aduzir a importância do termo na produção do noticiário. Além disso, mostraremos o escopo de circulação do termo, que serviu não apenas a liberais contrários a Getúlio Vargas, como também aos próprios trabalhistas. Esta análise de cunho qualitativo apenas corrobora nossa hipótese que alude sobre o amplo uso da palavra nas lutas políticas do período democrático. Destarte, o argumento desenvolvido nesse artigo estabelece um diálogo crítico às observações de Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira, que frisam o uso mais intenso do termo após o Golpe de 1964, para descaracterizar as forças políticas trabalhistas e o sistema político que antecede a ditadura militar (FILHO, 2001: 343-349; FERREIRA, 2001: 113-116).

Em uma rápida pesquisa é possível encontrar a palavra em algumas “chamadas” jornalísticas da década de 1950: “O problema da divisão da Frente Populista”³, “Difícil reestruturação da Frente Populista”⁴, “Populismo” (charge)⁵. A palavra no jornal gerava uma expectativa do público leitor, explicitava no título um assunto que seria tratado. A expressão aparecia em editoriais e charges, nos quais se esperava uma visão crítica e qualitativa das informações. Logo, podemos dizer que a palavra no início da década de 1950 já definia contornos do mundo social, servindo a classificação sócio-política: “populistas” ou “populismo” era mote para o ataque a Getúlio Vargas e a aliança das forças “populares”. Vejamos a seguir um trecho do editorial da coluna intitulada “O problema da divisão da Frente Populista”:

A verdadeira corrida em benefício de uma chapa presidencial de conciliação – entre PTB, PSD e UDC – se mantém viva (...) O objetivo é mais do que evidente: dividir o “front” populista ou, se a expressão melhor se ajusta, evitar que a frente popular brasileira se forme. Esta frente popular seria, obviamente, formada pelos trabalhistas, pelos comunistas e pelo Sr. Ademar de Barros. Unidos os três, a sua força eleitoral seria enorme; a sua capacidade de campanha eleitoral imensa; os seus recursos demagógicos terríveis; a sua técnica de propaganda política muito melhor orientada do que as do demais partidos centris-

3 Estado de Minas, 17/05/1949, p.1

4 Estado de Minas, 16/04/1955, p.1

5 Estado de Minas, 1/07/1950, p.3

tas (...).

Tanto o sr. Getúlio Vargas como o sr. Ademar de Barros tem sido – direta ou indiretamente – convidados para formar em só bloco dos dois maiores partidos mais o PR – em benefício da chapa presidencial de conciliação. E como ambos não desejam que essa frente democrática se forme, atuam contra ela – pois ambos esperam que a política lhes dê oportunidade de ganhar o poder⁶.

“Populista” ou “popular”? O jogo com as expressões do texto não representa uma justaposição, como se um ou outro fosse o equivalente. Destaca-se o termo “Populista” no título da chamada para nomear uma frente política de “força eleitoral” e “recursos demagógicos terríveis”; assim, ele descola-se do termo “popular”, para criar uma imagem negativa. “Populista” ganha sentido quando confrontado ao termo “popular”, problematizando o que engendra a popularidade de uma liderança.

O início da coluna de Murilo Marroquim, publicado nos órgãos de imprensa dos *Diários Associados* (rede de meios de comunicação de propriedade de Assis Chateaubriand), tinha como marca distintiva uma leitura liberal da história brasileira. O princípio do artigo põe em evidência a necessidade da união entre os principais partidos para evitar a “agitação exagerada” de uma campanha eleitoral e um potencial risco à organização política e social recém implantada. A garantia do regime constitucional e da democracia era apontada como uma vitória contra a “herança política de violências claras ou veladas que, no fim de contas, não vinha apenas do Estado Novo, mas de muito antes, de todo o correr da vida republicana”. Getúlio Vargas e Ademar de Barros, ao não aceitarem uma chapa de conciliação, figuravam entre essas forças desagregadoras, herdeiras da tradição autoritária imbricada à história republicana.

Os temores e o quadro narrativo no qual se enquadram as preocupações do colunista dos *Diários Associados* fundavam-se na experiência do fim do Estado Novo. O longo processo de redemocratização, no início da década de 1940, foi o lastro das representações de Getúlio Vargas e do Estado Novo como manipuladores do povo. Como já analisou Jorge Ferreira, as manifestações a favor do “queremismo”⁷ tiveram um papel fundamental nesse processo; quando a massa dos trabalhadores assalariados urbanos exigiram a continuidade de Vargas no poder, as forças liberais ficaram desorientadas. Com dificuldade de assimilar o apoio ao “ditador”, formularam uma interpretação da história que carregava a importância da manipulação na propaganda do Estado e ressaltavam o “obscurantismo” do povo brasileiro:

Portanto a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, ensejando que, no caso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Ge-

6 Estado de Minas, 17/05/1949, p.1

7 Para uma análise mais acurada sobre o queremismo cf. FERREIRA, 2002, pp.69-84; FERREIRA, 2005.

túlio, desse modo, era a saída legítima para o problema. (FERREIRA, 2001:113)

A palavra-força “populismo” / “populista” captava os sentidos manifestos dessa trajetória política e institucional, salientando a defesa da *Constituição de 1946* e do regime nascido da derrocada do Estado Novo. Expressava o orgulho do regime político liberal, sugerindo uma ruptura com a história republicana, na qual violência e política misturam-se. As inovações da Constituição de 1946 (voto secreto, justiça eleitoral, sufrágio aos homens e mulheres alfabetizados, partidos estabelecidos em bases nacionais) eram contrárias às práticas da 1ª República e ao autoritarismo varguista. Essas conquistas eram identificadas como parte do patrimônio cultural e político liberal.

No editorial, “Frente Populista” opõe-se a “Frente democrática”; esta cuidaria para a efetiva reprodução e garantia da ordem constitucional democrática. A agitação popular encetada pela demagogia de Vargas, Ademar de Barros ou os comunistas eram tidas como a expressão da “violência” contra a organização liberal da sociedade; na visão desses, a “democracia” era não o regime da massa, mas do “povo” instruído, com “senso crítico” – os cidadãos letrados e educados. Os mesmos liberais estavam dispostos a responder com violência e perseguição à demagogia dos políticos: como se mostrou nas tentativas golpistas em 1955, 1961 e 1964.

Nesse ponto da minha argumentação, tem-se as palavras “populismo” / “populista” como armas políticas contra o trabalhismo e as forças políticas que buscassem uma relação mais direta com as massas, respondendo seus anseios. Mas como avisei no início da seção, o uso do termo extrapolava um espectro do jogo político; tinha circulação disseminada na esfera pública, atingindo grande legitimidade nos debates. A seguir, leiam parte do panfleto *Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista*, em que “populismo” apareceu novamente em destaque:

Populismo e política de clientela

A estrutura partidária gera, assim, uma expressão política populista, que se baseia na continuidade do poder das cúpulas. Os instrumentos dessa manutenção provocam toda sorte de compromissos com a ordem vigente, pela necessidade de atender a clientela eleitoral da liderança política, através de meios que pertencem ao poder executivo. Não poderia haver melhor ilustração de tal fato que o acintoso acordo entre o governo de nosso estado e a bancada estadual de nosso partido [PTB], atualmente tramando nas antecâmaras as quais não tem acesso o povo.

Diante de tais fatos, a LJT [Liga da Juventude Trabalhista] proclama os seus propósitos de trabalho e sua orientação partidária, que consistem sobretudo na concretização da aliança com os trabalhadores, através da efetiva colaboração na tarefa de organização da classe operária (nas vilas, nos bairros, nas empresas, nos sindicatos, etc.).⁸

8 [Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista, 19 mar. 1961]. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 120

Para definirmos o escopo de circulação e do alcance social desse panfleto reconstituiremos o contexto de produção do documento. A declaração era um dos frutos do *I Congresso da Juventude Trabalhista de Belo Horizonte*, ocorrido entre 17 e 19 de março de 1961. O principal objetivo do grupo era firmar e reformar o estatuto da *Liga da Juventude Trabalhista* na Capital Mineira e apresentar uma posição sobre a situação política no Brasil. As comissões de debate do congresso focavam os seguintes temas: “Trabalhismo e Sindicalismo”, “Trabalhismo e Desenvolvimento econômico”, “Os trabalhadores e o movimento político”⁹. A presença de estudantes e políticos destacados da seção municipal do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) foi a marca do evento. O ex-vereador Leopoldo Garcia Brandão e Dimas Perrin, lideranças ligadas à ala mais próxima dos comunistas e de um projeto político com forte matiz “socialista”, tiveram destaque na mesa. Esta ala do trabalhismo rivalizava com setores do PTB próximos ao prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros. Juarez de Brito, Vinícius Caldeira Brant, Altino Mota dos Santos e Teotônio dos Santos Junior foram os oradores de destaque das discussões que precederam a elaboração da *Declaração Política*. Todos eram provenientes do meio universitário da Capital Mineira e estavam em sintonia com a ala mais à esquerda do trabalhismo na seção municipal do PTB.

O espaço de circulação do panfleto e do Congresso extrapolava o esperado no seu “Regimento Interno”. Além dos meios universitários e trabalhistas, os sindicalistas foram um público-alvo imprevisto no planejamento do evento. Humberto Baroni (presidente do *Sindicato dos Alfaiates*), Luiz Gonçalves Filho (presidente do *Sindicato dos Empregados em Construção Civil*) e Candido Siqueira (presidente da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria*) participaram do Congresso e da sessão em que se aprovou a *Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista*¹⁰. O documento aprovado pelo congresso circulou no *II Encontro Sindical Nacional*, como sugere a apreensão de panfletos realizada pela polícia política durante o evento, em 20 e 21 de maio de 1961¹¹, no auditório da “Secretaria de Saúde e Assistência Social”¹².

Até agora, observamos a circulação da palavra “populista” no âmbito circunscrito a Belo Horizonte. Todavia, seria correto estender esses domínios territoriais para além da Capital Mineira: o documento era produzido na cidade, mas alcançava repercussão além dos limites municipais. Primeiro, porque a *Liga da Juventude Trabalhista* fundada em Belo Horizonte tinha contato com outras congêneres no Rio de Janeiro e São Paulo. Havia uma troca de material entre essas entidades, marcadas pela defesa do nacionalismo, pela luta a favor das reformas de base e por uma leitura crítica de parte do trabalhismo, identificada negativamente com o “populismo” – como se verá a seguir¹³. O caráter nacional da *juventude trabalhista* pode ser aferido pela presença no congresso da Capital Mineira de lideranças

9 [I Congresso da Juventude Trabalhista – Regimento Interno]. Fundo DOPS-MG. *APM*. Pasta 115.

10 [Relatório de investigação do I Congresso da Juventude Trabalhista, 20 mar. 1961]. Fundo DOPS-MG. *APM*. Pasta 115.

11 Observar a seqüência de materiais apreendidos pelos investigadores durante o evento cf. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 120.

12 Hoje, um dos auditórios do Minas Centro, em Belo Horizonte.

13 A polícia apreendeu no *I Congresso da Juventude Trabalhista de Belo Horizonte* panfletos que vinham de São Paulo cf. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 115.

estudantis de São Paulo, sem contar a presença destacada do deputado federal Almino Affonso. De outra maneira, Belo Horizonte no período era um centro urbano de bastante destaque no cenário nacional. Uma das cidades de notável crescimento na segunda metade do século XX, a Capital Mineira polarizou uma série de manifestações políticas que alcançaram repercussão nacional. Em 1961, além do *II Encontro Sindical Nacional*, ocorreu o *I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas*, que marcou as lutas pela reforma agrária no início da década de 1960.

O panfleto *Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista* indica circulação do termo “populismo” para além da fronteira das forças liberais; o significado da expressão, contudo, merece ser explicado. Referia-se a fraqueza do sistema político-partidário no Brasil, expressão da “continuidade do poder das cúpulas” e oligarquias em detrimento da representação dos anseios e aspirações do povo. O autoritarismo refletia a debilidade organizacional dos movimentos nacionalistas, sindicais e estudantis, que abria caminho para os “golpes propagandísticos do personalismo triunfante”, tanto por parte da direita, quanto da esquerda. Nesse quadro, o PTB deveria vencer a tradição a qual estava ligado, para preencher o “vácuo” entre as forças de esquerda:

Diante de tal realidade, cabe ao PTB preencher o vácuo gerado pela ausência de uma força coerente de esquerda, firmando sua linha de partido oposicionista em termos de clara definição ideológica e sobretudo através da explicitação de medidas concretas de sentido operário. Para isso o nosso partido [deve] vencer os obstáculos de sua própria organização e renunciar a qualquer aliança com o poder vigente e qualquer composição com a estrutura capitalista atual¹⁴.

A “expressão política populista” da organização do PTB e de outros movimentos significava o descolamento das “cúpulas” dirigentes dos anseios e vontades do povo. A crítica voltava-se à tradição petebista e à procura por uma representação “autêntica”, “popular” e “operária”. Estamos longe do uso do termo “populista” identificado por Jorge Ferreira:

(...) tanto João Duarte Filho, que detestava Goulart, como Samuel Wainer, que defendia Vargas, usavam a palavra populista em um sentido elogioso (...).

A expressão, embora pouco usada, pode ser traduzida na linguagem de nossos dias, no que chamamos de “líder popular”, de alguém que representa, autenticamente, os anseios políticos “populares” ou dos “movimentos populares”. (FERREIRA, 2001:116)

O uso da palavra em sentido positivo certamente existiu, uma vez que o seu significado era operado em uma linha limítrofe, na qual o significado de “populismo” está atrelado ao termo “popular” e ao esforço para compreensão do surgimento de lideranças carismáticas ou “demagógicas”. Porém, dentro dos quadros do PTB, ela também podia

14 [Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista, 19 mar. 1961]. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 120

ganhar conotações negativas, sinalizando uma auto-crítica. O trabalhismo, com a liderança de João Goulart após a morte de Getúlio Vargas, associou-se às forças nacionalistas e comunistas, reforçando o programa de luta antiimperialista e a reforma de base como premissas de um projeto nacional. Reforçou lastros eleitorais e políticos, mas abriu espaço à reavaliação de suas práticas. Lançou as condições para surgimento de críticas contra o poder exagerado das “cúpulas” em detrimento da vontade popular. Tentativas de forçar a maior democratização do sistema político brasileiro e do próprio PTB sinalizavam para um projeto político de *democracia popular*, com maior participação das bases.

Assim, tanto liberais quanto esquerdistas associados ao trabalhismo, na segunda metade da década de 1950, usavam a expressão “populismo”/ “populista” para demarcar uma tradição autoritária na política brasileira que deveria ser vencida. O conceito surge no regime democrático como chave de compreensão do que deveria ser alterado para melhorar seu rendimento e funcionamento. Contudo, o entendimento do que seria democracia assumia as facetas próprias a cada grupo. Os liberais, atentos ao respeito com o regime constitucional fundado em 1946, tentavam criar um sentido de organização legal da república brasileira contrário às arbitrariedades cometidas na 1ª República e no governo de Vargas; ressalta-se o caráter elitista da democracia almejada – restrita à participação dos educados, com certa aversão aos movimentos de massa. A esquerda trabalhista procurava o melhor rendimento da representação e soberania do povo na esfera política, era crítica ao próprio partido que ignorava as “bases” e reforçava o poder das “cúpulas”.

Considerações Finais

“Populismo” / “populista” foi a expressão que surgiu após o Estado Novo, colocando em questão a definição de um projeto de modernidade democrática para o Brasil, crítico à tradição autoritária. Assim, o termo aponta para persistência do passado e indica a construção de um futuro diferente, expressando os traços característicos de um projeto de modernidade: “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006: 314). “Populismo” é um termo que opera a mediação entre experiência e expectativa, no qual se ganha mais relevo o projeto de um futuro almejado para a nação. Daí, a pluralidade de sentidos que comporta, mas também sua unidade vinculada a tentativas de modernização/ democratização da sociedade brasileira.

Para concluir a redação desse artigo, gostaria de voltar ao mundo acadêmico nos limiares da década de 1960. Os teóricos do populismo no Brasil, Octávio Ianni e Francisco Weffort (WEFFORT, 2003; IANNI, 1968), partilhavam uma sociologia de inspiração marxiana, nascida na *Universidade de São Paulo (USP)*, com peculiaridades na compreensão da relação entre “ciência e sociedade”. Florestan Fernandes, uma referência cultuada nas ciências sociais da segunda metade do século XX, exaltava uma “sociologia crítica e militante, sem limitações mentais e dogmatismos estéreis”. A postura era um ataque ao dogmatismo socialista, do qual era constantemente acusado de praticar, mas também um elogio a “aventura de vincular a investigação sociológica à transformação da sociedade brasileira” (FERNANDES, 2002: 1501). Esta geração de sociólogos engajou-se no processo social, na interpenetração entre conhecimento das humanidades e ação na sociedade. Assim, não

há o que estranhar a construção de um modelo para compreensão do sistema político brasileiro, partindo da resignificação de um vocábulo de uso comum (“populismo”), imbricado na luta política que problematizava a relação entre tradição e modernidade no que toca a instauração da democracia no país.

Ao realizarem essa operação, eles cumpriram um papel de grande valia na consolidação do sentido do termo “populismo” na *cultura política brasileira*: realizaram uma leitura dos clássicos do pensamento social brasileiro, reatualizando hipóteses e narrativas sobre o caráter autoritário da sociedade brasileira. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, a fundação da Escola de Sociologia e Política da USP cumpriu importante papel na instauração da ruptura com a tradição do ensaísmo das décadas de 1920 e 1930. Ali, forjou-se um pensamento social fundamentado em uma metodologia de análise dos processos sócio-econômicos que qualificava como “pré-científicos” o “ensaísmo” produzido anteriormente. Todavia, a falta de reflexão sobre o pensamento social brasileiro fez com que “a maioria das hipóteses formuladas a partir da segunda metade da década de 50 sobre os processos sociais brasileiros mais importantes (...) não fez senão repetir, embora de maneira mais sofisticada, as especulações dos 20 e 30” (SANTOS, 2002 :25-26). De certa forma, essa sociologia atrelou ao termo populismo o mito nacional da “desorganização social e política da sociedade brasileira”.

Por fim, saliento que a reflexão sobre o “populismo” no meio intelectual e político estão longe de serem críticas pontuais a um modelo de compreensão do Brasil; elas se preocupam com as vinculações entre o conceito e a prática social, com a forma como o cidadão problematizou a democracia, formando uma *cultura política*.

BIBLIOGRAFIA

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, pp.13-36.

CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1990.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias, *Vária História*, Belo Horizonte, nº 28, pp.13-28, dez. 2002.

FERNANDES, Florestan. Prefácio à segunda edição. In: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 2002. pp.1501-1506 (Coleção *Interpretes do Brasil – Volume 3*).

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Queremismo, trabalhadores e cultura política – Soberania popular e aprendizado democrático, *Vária História*, nº28, pp.69-84, dez. 2002.

- _____. *O Imaginário Trabalhista – Getulismo, PTB e cultura política popular 1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.319-377.
- GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo, *Vária História*, n.º28, pp.55-68, dez. 2002.
- IANNI, Octávio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado – Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.
- KUSCHNIR, Karina, CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.13, n.24, pp.227-250, jul./dez. 1999.
- LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liane Salvia. *O que é imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- RICOUEUR, Paul. “Explicação/Compreensão”. In: RICOUEUR, Paul. *A memória, A história, O Esquecimento*, Campinas, Unicamp, 2007, pp.193-245.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2002.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos

**O Partido Republicano do Rio de Janeiro e
o Partido Republicano de São Paulo: uma análise sobre o(s)
conceito(s) de República(s) (1870 – 1889)**

Mestranda em História
Social pela Universidade
Federal Fluminense
(PPGH-UFF)
vasconcelosritadecassia@
yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o(s) conceito(s) de república sob o ponto de vista do Partido Republicano do Rio de Janeiro e do Partido Republicano de São Paulo, e a partir deste(s) conceito(s) identificar pontos de convergências e divergências e, por fim, analisar a defesa do federalismo e compreender o posicionamento, de ambos os partidos, frente à questão social – abolição. Partiremos de dois intelectuais republicanos que ajudaram a estabelecer direcionamentos aos partidos dos quais participaram diretamente: Quintino Bocaiúva no Partido Republicano do Rio de Janeiro e Alberto Sales no Partido Republicano de São Paulo. Cabe ressaltar que o(s) conceito(s) de república, aqui analisado(s), direcionou(aram) as ações partidárias, de ambos os partidos, disputando espaço com outras perspectivas de república presentes nos mesmos, a exemplo de republicanos radicais como Silva Jardim.

Palavras-chave: República, Federação, Abolição

Abstract: The objective of this work is to analyze concept republic under the view of the Partido Republicano do Rio de Janeiro and the Partido Republicano de São Paulo, and from this concept identify points of convergence and divergence, and finally analyze the defense of federalism and understand the positioning of both parties, facing the social question - abolition. Intellectuals from two Republicans who helped establish guidance to parties which participated directly: Bocaiúva in the Partido Republicano do Rio de Janeiro and Alberto Sales in the Partido Republicano de São Paulo. It is noteworthy that the concept republic, analyzed here, directed the partisan actions of both parties, fighting for space with other perspectives present in the same republic, the example of radical republicans like Silva Jardim .

Enviado em 26 de agosto de 2009
e aprovado em 20 de novembro de
2009.

Keywords: Republic, Federation, Abolition

Ao acordar de manhã não soube do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade, os que afirmavam a revolução e vagamente a República. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete dizia só isto: ‘Pare no D.’. Com efeito, não era preciso pintar o resto, que seria perdido, nem perder o princípio, que podia valer. Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes. ‘Pare no D.’(ASSIS, 2006: 113)

A angústia narrada acima foi vivida por Custódio, personagem criado por Machado de Assis no livro *Esaú e Jacó*, publicado pela primeira vez em 1904. Custódio era o dono da *Confeitaria do Império* que ficava no Catete e a situação na qual se encontrava era inusitada: mandou pintar uma nova tabuleta para a sua confeitaria com o tradicional nome “Confeitaria do Império” e, dias depois, para a sua surpresa, estava instalada a República. E agora? De placa novíssima, o regime estava ultrapassado. Vivia-se a República, que chegou sem fazer muito alarde ou revolução.

O olhar de Machado de Assis e a sua representação da realidade destacam, neste livro, um momento político e social de transformações e a surpresa de muitos diante da Proclamação da República. Nas duas últimas décadas do século XIX o cenário político no Brasil era muito complexo, as idéias republicanas, monárquicas, evolucionistas e positivistas influenciavam os debates políticos e sociais, tais como: democracia, representatividade política, centralismo e federalismo, abolição imediata ou gradual, com ou sem indenização, mão de obra imigrante e monopólio de terras.

O objetivo deste trabalho é analisar o(s) conceito(s) de república sob o ponto de vista do Partido Republicano do Rio de Janeiro e do Partido Republicano de São Paulo, e a partir deste(s) conceito(s) identificar pontos de convergências e divergências e, por fim, compreender o posicionamento, de ambos os partidos, frente à questão social – abolição. As fontes consultadas para este trabalho foram: o Manifesto Republicano de 1870; os demais manifestos e discursos divulgados por Quintino Bocaiúva em nome do Partido Republicano do Rio de Janeiro; os manifestos do Partido Republicano de São Paulo de 1873, de 1887 e 1888 e os livros *Cathecismo Republicano* e *Patria Paulista* de Alberto Sales.

A escolha destes dois jornalistas — Quintino Bocaiúva e Alberto Sales — partiu da necessidade de delimitar a concepção de república proeminente nos partidos que tiveram em Quintino e Sales um dos seus principais teóricos. No entanto, não tomamos tal concepção como a única presente em cada partido e sim como aquela que obteve maior número de adeptos republicanos, direcionando as ações partidárias, dentro de outras alternativas de abordagens para a república, a exemplo de republicanos radicais como Silva Jardim.

Atribuo a Quintino Bocaiúva e Alberto Sales o conceito de intelectuais formulado por Jean-François Sirinelli. Os intelectuais como atores políticos / pessoas engajadas

que influenciam e são influenciados na sociedade em que vivem, e participam de alguma forma, nas discussões presentes na mesma. Numa acepção mais ampla para o termo, podemos ainda entendê-los como “mediadores” sociais, graças à função que ocupam, “[...] reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade [...]” (SIRINELLI, 1996: 243). Bocaiúva e Sales eram correligionários do partido republicano e atuaram na imprensa, em comícios e em congressos na defesa da causa republicana.

República

O documento que funda o Partido Republicano do Rio de Janeiro é o Manifesto Republicano, publicado no jornal *A República* no dia 3 de dezembro de 1870. A data escolhida, um dia após o aniversário de D. Pedro II¹, marca o “nascimento” de uma nova forma de pensar a política, uma alternativa de organização para a nação. A República aparece em oposição à Monarquia. Enquanto a primeira simbolizava o progresso e a forma política das nações civilizadas, a segunda representava a prática política caduca e ultrapassada.

A preocupação do Manifesto foi a de criticar os princípios e instituições do regime monárquico no desejo de assim começar a esclarecer à população o quanto era prejudicial para o desenvolvimento da nação, este regime de governo. O Brasil estaria, então, preso a uma política fictícia, na qual os direitos civis e políticos eram violados e suprimidos em nome de privilégios vividos pela família Bragança. O federalismo e a defesa de uma aliança com os países americanos seriam os contrapontos ao centralismo e à guerra externa.

O Partido Republicano do Rio de Janeiro e o Partido Republicano de São Paulo valorizavam a propaganda como o método mais eficaz de luta. Cautela e disciplina são palavras-chave para entender a ação de ambos os partidos. Embora afirmassem que estavam em conflito com o poder monárquico, o combate se daria na esfera legal, ou seja, na arena parlamentar e na imprensa. Para Bocaiúva e Sales o povo encontrava-se nas trevas, sem consciência do estado de opressão em que vivia, resultado da falta de uma instrução séria e filosófica. A campanha republicana possuía dupla função: desenvolver a disciplina moral e intelectual dos cidadãos. Daí a necessidade de criar folhas oficiais dos partidos republicanos, órgãos moralizadores dos princípios republicanos.

Outro elemento de divulgação republicana foi a organização legislativa e executiva do próprio partido. A vivência e a postura dos correligionários serviriam de exemplos de como viver numa democracia e da real representatividade política na Câmara dos Deputados. O partido, como uma associação de cidadãos com objetivos comuns era, em escala menor, a nação. Por isso a preocupação com a disciplina e a coesão de princípios entre os correligionários. Outro caminho seria a formação de Cursos Públicos Gratuitos². Cidadania se aprenderia, também, na escola.

A República era o futuro da nação, mas todo cidadão esclarecido tinha o dever de trabalhar na preparação do povo, de remodelar a sociedade para a prática da liberdade

1 D. Pedro II, imperador do Brasil durante os anos de 1840 a 1889, nasceu no dia 2 de dezembro de 1825.

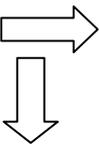
2 A criação de Cursos Públicos Gratuitos foi proposta realizada por Quintino Bocaiúva durante a Assembléia do P.R. do Rio de Janeiro, na sessão do dia 29 de junho de 1873.

e do direito. Por isso, a campanha deveria ser gradual, ativa e incessante. Tanto o P.R. do Rio de Janeiro, como o P.R. de São Paulo, defenderam uma “evolução social”³ e não uma “revolução material”⁴, respeitando, dessa forma, a lei natural do progresso⁵. A perspectiva histórica de Bocaiúva e Sales é evolucionista. A vitória republicana era certa e uma questão de tempo. Enquanto o momento não chegava, cabia aos republicanos enfatizar a campanha e promover o esclarecimento da sociedade.

Alberto Sales parte do trabalho de Spencer para entender o desenvolvimento da sociedade brasileira, e faz uma analogia entre o organismo social e o corpo humano. Ambos os organismos sofreriam modificações constantes e graduais a partir de um conjunto de “leis certas, fixas e inevitáveis” (SALES, 1885: 2). A política, então, é entendida como a ciência social que estuda estas “leis geraes que presidem à organização do Estado ou que regulam a marcha natural e sucessiva dos acontecimentos políticos” (SALES, 1885: 2).

A idéia de progresso, de acordo com a qual cada geração seria melhor que a anterior e assim por diante, determinava uma noção de tempo continuísta entre o passado e o futuro. O futuro seria sempre positivo, uma vez que as reformas estavam garantidas, mas em circunstâncias adequadas, descartando qualquer transformação abrupta e radical. É por meio desta compreensão evolucionista que será esmiuçada toda ação / metodologia dos partidos republicanos da Corte e de São Paulo.

Evolução social e política segundo P.R. do Rio de Janeiro e o P.R. de São Paulo.

Propaganda (ação/exemplo)  Consciência do povo brasileiro

Ação moderada / pacífica dos partidos

Após estas considerações sobre a percepção de tempo e progresso, como podemos compreender a concepção de República? E a partir de qual(is) autor(es)? Começamos pela Revolução Americana e a Francesa como marcos de uma nova organização político-social. A política e seus atores ganharam novas abordagens com base nos ideais iluministas de representatividade, soberania popular, constituição, sufrágio universal, divisão de poderes e direitos naturais. O governo monárquico absoluto foi destituído da aura divina. Os homens discutiam, com mais facilidade, a possibilidade de escolha da melhor forma de governo.

O parâmetro de República, para o P.R. do Rio de Janeiro e o P.R. de São Paulo, vinha dos Estados Unidos da América onde o liberalismo político e econômico foi colocado em prática pela primeira vez e com sucesso, a começar pelos argumentos utilizados no desencadeamento do processo de independência e pelo direito de rebelião contra a opressão e tirania inglesa.

3 Conceito utilizado por Bocaiúva em Assembléia Geral do partido a 15 de agosto de 1881, durante apresentação do mesmo como candidato escolhido pelo P.R. do Rio de Janeiro nas eleições como deputado geral, ver Quintino Bocaiúva.

4 Idem.

5 A Lei Natural do Progresso é a teoria criada por Herbert Spencer. Seu principal trabalho é *Lei e Causa do Progresso - a utilidade do antropomorfismo*, publicado em 1889. A sua teoria tem como base o darwinismo social e a embriologia. O progresso é entendido como o desenvolvimento orgânico do mais simples para o mais complexo.

A liberdade presente nos Estados Unidos é a liberdade dos modernos (CARVALHO, 1990: 17-33), ou seja, o predomínio dos direitos que cercam o homem como ser privado, conhecidos como direitos civis. A relação da política com os indivíduos se realizaria por meio do pacto social/representatividade. Caberia a estes indivíduos escolher, pelo voto, as pessoas mais aptas a representar e defender os seus interesses. O(s) representante(s) assumiria(m) o cargo de governante(s) por um tempo estabelecido, e se no decorrer do seu mandato agisse em proveito próprio, os governados poderiam destituí-lo(s) da função e substituí-lo(s).

A República para o P.R. do Rio de Janeiro e o P.R. de São Paulo reunia as seguintes premissas: representatividade, soberania nacional, sufrágio universal e federalismo. “Na República, [...] em que a nação é a única soberana; em que as leis e o governo são emanção da vontade geral [...]”(SALES, 1885: 2), os atores políticos principais são os cidadãos, responsáveis por toda a organização política, civil e jurídica do país. O Estado é o organismo social e político, constituído por três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) com funções bem delimitadas, cuja soma de suas ações vem sempre a prevalecer sobre o interesse e os direitos dos indivíduos. “É por esse fim que o Estado é revestido da necessária autoridade” (SALES, 1885: 17), limitada pela Constituição.

O Estado é também qualificado de regulador de interesses, e o que seria essa função? O ser humano, segundo Alberto Sales, é dotado de sentimentos contraditórios, o de simpatia e o de egoísmo, “[...] uma que nos leva a tomar interesse e a adquirir afeição pelas cousas dos outros, e outra que nos prende e nos liga aos nossos próprios interesses.” (SALES, 1885: 6). É do confronto destes dois sentimentos que resultaria o fenômeno da cooperação. Que na prática seria a união de indivíduos por identidades de interesses, pois a realização eficaz dos interesses individuais dependeria da promoção dos coletivos. E o Estado regularia as forças dispersivas em prol de todos.

A República que o P.R. do Rio de Janeiro e o P.R. de São Paulo sonhavam pode ser compreendida a partir do arranjo institucional e burocrático criado em cada partido. Na Assembléia⁶ do P.R. do Rio de Janeiro, de 1873, foi apresentada a proposta de criar a “União Federal Republicana”, reunindo todas as pessoas que defendessem esta causa, de diferentes províncias, sem prejuízo de sua autonomia e ação local. A cada 6 meses seriam realizadas eleições para o conselho deliberante, composto por 25 membros. Os critérios para participar do conselho eram: ser brasileiro, maior de 21 anos, residente na proximidade do clube e contribuir para o caixa geral como valor de 20\$. E para votar bastava ser livre e membro do partido.

Ou seja, para o P.R. do Rio de Janeiro, dirigido por Bocaiúva, a república era a forma de governo sinônima de democracia e respeito à soberania popular, que se expressaria pelo voto, considerado um direito político e um dever cívico. O sufrágio eleitoral seria uma das bases da república. Na União Federativa Republicana para ser eleitor bastaria “[...] a condição de ser homem livre para dar a todo o habitante do território o direito de interessar-se pelo futuro e bem estar da nossa Pátria” (BOCAIÚVA, 1986: 402). Numa sociedade escravista o critério “ser homem livre” delimita quem era o cidadão brasileiro e

6 A Assembléia do P.R. do Rio de Janeiro foi realizada no dia 29 de junho de 1873, com o objetivo de criar um plano organizacional para o partido a fim de impulsionar a propaganda republicana, ver Quintino Bocaiúva.

para quem estava direcionada a campanha republicana – o indivíduo proprietário de suas escolhas e dono de si.

É difícil compreender o que Bocaiúva e seus correligionários entendiam por povo. Se o escravo não era cidadão, ele ao menos fazia parte do povo brasileiro? Uma pista para encaminhar uma possível resposta seria a idéia de “soberania popular”. No Manifesto de 1870, este termo foi explicitado da seguinte maneira: “A soberania nacional só podia existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção” (BONAVIDES, 2002: 551).

Em outro momento, já em maio de 1889, Bocaiúva afirmava:

O seu dever primordial é respeitar o direito de manifestação do pensamento nacional e a ação prática da liberdade do cidadão por todos os meios e órgãos ou aparelhos institucionais adaptados a esses fins; tais, por exemplo, o sufrágio universal, o direito de reunião, o direito de associação, o uso da imprensa [...] (BOCAIÚVA, 1986: 621)

Se a república é a forma de governo na qual sua representatividade advém da soberania popular, responsável por escolher seus representantes por meio do voto, então o povo são todos os brasileiros livres, independentes do sexo e da renda⁷. O cidadão, nesta forma de governo, possuía direitos como indivíduos e deveres como membro de uma sociedade participativa.

O Manifesto Republicano do P.R. de São Paulo de 1887 (PESSOA, 1973: 84-91), assim como o Manifesto republicano de 1870, confrontou República à Monarquia. Esta forma de governo seria o regime do privilégio, prejudicial ao Estado, à justiça e à administração. Uma política que defendia, a partir do poder centralista exercido pelo Poder Moderador, um grupo de pessoas, com base no clientelismo e servilismo. A República, por sua vez, teria os seguintes direitos.

O sufrágio universal, a liberdade da palavra falada, a liberdade da palavra escrita, a liberdade de consciência, a liberdade dos cultos, a inviolabilidade do domicílio e da correspondência posta, a liberdade do ensino, a liberdade de reunião, a liberdade de associação, a liberdade da propriedade, a instituição do júri para toda a classe de delitos, a abolição dos privilégios pessoais, títulos de nobreza ou condecorações, [...], finalmente, a intervenção do povo em todos os negócios públicos. (PESSOA, 1973: 90-91).

A república para o P.R. de São Paulo seria uma nova etapa do processo evolutivo brasileiro, onde prevaleceria um governo de todos, para todos. Os cidadãos governam e seriam governados. Cidadãos eram as pessoas livres. O *Cathecismo Republicano*⁸, de Alberto

7 Nos Manifestos e discursos analisados para este trabalho não foi encontrado como critério eleitoral a questão da alfabetização. No entanto, na primeira Constituição Republicana, de 1891, tal critério foi estabelecido para ser eleitor, excluindo boa parte da população brasileira do processo eleitoral. A prática republicana demonstrou que não era tão democrática, quanto se dizia nos momentos áureos de propaganda.

8 Este livro, escrito por Alberto Sales, possui caráter pedagógico –evidente pelo título – e sua formulação

Sales, ajuda a compreender melhor o que seria a república para o P.R. de São Paulo, com a ressalva de que seu pensamento político não foi o único presente neste partido. O autor utiliza o pensamento de Stuart Mill⁹ para quem a melhor forma de governo é aquela que investe na soberania, “na massa reunida da comunhão social” (SALES, 1885: 42). O sistema representativo só tem origem na sociedade, a nação não deve ser privada, “[...] a autoridade governamental não é objecto de transmissão hereditária, que se adquira pelo simples facto do nascimento” (SALES, 1885: 44). É somente na república que a nação de fato é soberana, fruto de uma vontade geral.

Na república ao contrario, [...], em que as leis e o governo são emanção da vontade geral; em que não há privilegio ou monopólio para pessoa alguma; em que as funcções publicas são accessíveis a todos; em que o producto do imposto, em vez de engordar reis e favoritos, reverte em beneficio da própria nação. (SALES, 1885: 49).

O livro, *Cathecismo Republicano*, é uma exaltação aos direitos civis e políticos. Alberto Sales idealizava uma república participativa, alicerçada a uma Constituição, fruto de uma Assembléia constituinte escolhida pelos cidadãos, e a federalização tão sonhada para o desenvolvimento do país e em particular para a província de São Paulo, rica região produtora de café. É o povo que deveria fazer a Constituição. “Só elle é que tem o direito de escolher a sua organização política ou de modificar a que por ventura já possua, de accordo com as exigências mais ou menos enérgicas de sua índole, seus costumes, suas tendências e tradições” (SALES, 1885: 38).

Stuart Mill e Montesquieu foram autores importantes para a idealização desta moderna forma de governo no Brasil. Uma das preocupações de Montesquieu foi com o funcionamento das instituições políticas, sua natureza e princípios. Para entender as instituições políticas é preciso compreender a natureza da forma de governo, estabelecida pela distribuição ou monopolização do poder, são elas: monarquia, república e despotismo. O ponto principal de sua obra tomado pelos republicanos da Corte e de São Paulo foi a questão da divisão dos poderes do Estado em Legislativo, Executivo e Judiciário, como forma de evitar abusos do governo e proteger as liberdades individuais.

A concepção de República, aqui apresentada, ganha autoridade com os trabalhos de Stuart Mill, para quem as instituições políticas e a coisa pública devem ser preocupações de todos. Pois, o bom governo é aquele que permite ao indivíduo o desenvolvimento de suas capacidades, que permite a sua ação sobre as coisas que dizem respeito a si e aos outros. “Deixe uma pessoa sem nada a fazer por seu país e ela não se interessará por ele.” (BALBACHEVSKY, 1990: 218)

A liberdade de pensamento, de reunião, de imprensa, entre tantas outras, sustentadas pelos republicanos é, para Stuart Mill, a base do desenvolvimento da humanidade,

parte de perguntas e respostas (o que é política, Estado, constituição, sistema representativo, sufrágio universal e federalismo). Segundo o autor o *Cathecismo* é uma condensação do livro “Política Republicana”, e foi impreso com dinheiro do P.R. de São Paulo para servir de cartilha para os correligionários.

⁹ John Stuart Mill (Londres, 20 de Maio de 1806 — Avinhão, 8 de Maio de 1873) foi um filósofo e economista inglês, e um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX. Foi um defensor do utilitarismo. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Stuart_Mill. Acesso em 11/06/2008.

pois a manifestação da diversidade de idéias e opiniões permitiria o entendimento da verdade que, por sua vez, encaminharia ao desenvolvimento social. E todo esse arranjo político-social seria regido pelo princípio da autoproteção, do resguardo da liberdade e do bem estar de todos, como indivíduos e membros de uma coletividade. O indivíduo é soberano sobre seu corpo e mente, mas suas ações não devem interferir e provocar danos aos demais. E o que garantiria a proteção dos interesses individuais e coletivos? O governo representativo.

[...] torna-se evidente que o único governo que pode satisfazer plenamente todas as exigências do Estado social é aquele no qual todo o povo participa; que toda a participação, mesmo na menor das funções públicas, é útil; [...]. Mas como, nas comunidades que excedem as proporções de um pequeno vilarejo, é impossível a participação pessoal de todos, a não ser numa parcela muito pequena dos negócios públicos, o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo. (BALBACHEVSKY, 1990: 223)

O Federalismo

O federalismo foi o princípio defendido por ambos os partidos, embora os paulistas¹⁰ tenham dado mais ênfase a sua defesa durante a campanha republicana. Na criação do P.R. de São Paulo, em 1872, foi priorizada a autonomia na relação entre os clubes e núcleos republicanos da província, “[...] que, de acordo com as idéias democráticas e regime federativo, conservaria, [...], o partido republicano sua independência e autonomia, [...] com igual independência, [...], guardariam entre si os núcleos locais [...]” (BRASILIENSE, 1979: 97). Cada núcleo republicano deveria prezar pela propaganda conforme sua necessidade local, sem, lógico, destoar do princípio de fortalecimento da causa republicana. A liberdade, no entanto, não pressupunha individualismo e isolamento destas instituições, que se comunicariam por circulares, manifestos e artigos na imprensa.

O Manifesto Republicano de 1870 separa um tópico para defender a federação. Diferente dos paulistas, que se viam explorados pelo governo central, a defesa do federalismo pelos republicanos da corte partia antes de uma exigência da topografia brasileira, com sua grande extensão territorial. A autonomia das províncias facilitaria o crescimento como um todo da nação, por serem respeitadas as particularidades de cada local. O centralismo monárquico, segundo o Manifesto Republicano, era um atraso, pois abafava as diferentes necessidades e qualidades presentes no país.

“A união faz a força”, como diz o provérbio, mas a união não deveria ser forçada em prol de um centro, mas efetivada pelo interesse comum. O exemplo de um sucesso da prática federativa vinha dos Estados Unidos.

Cabe ressaltar a diferença entre confederação e federação, que era bem clara para

10 Os interesses dos republicanos do Rio de Janeiro (composto por maioria de profissionais liberais) diferenciavam claramente dos paulistas (nas suas fileiras estavam muitos proprietários de terras). Para o primeiro grupo a bandeira democrática, os direitos individuais e um governo representativo eram seus objetivos. Enquanto o segundo grupo defendia o federalismo, “o governo a serviço de seus interesses”. Ver José Murilo de Carvalho, 2007.

os republicanos brasileiros. Enquanto na confederação o poder vem somente dos Estados, destituindo a União de qualquer ação intervencionista sobre os Estados e cidadãos, na federação a existência da autonomia estatal, não excluía da União a tomada de decisão para com os cidadãos. “O pensamento federalista brasileiro entendia a idéia de federalismo como um arranjo constitucional no qual as províncias poderiam velar pelos seus interesses” (COSER, 2008: 75).

Para o desenvolvimento moral e material do país era preciso deixar claro qual o papel da União e das suas partes. Ao centro caberia gerenciar os negócios gerais, enquanto que às partes caberiam os negócios locais com a utilização dos seus próprios recursos.

O Estado, como órgão especial do poder político, constitue-se, exactamente como o cérebro no individuo, um centro superior de vida e movimento, que tem por fim mais particularmente attender às relações de character geral e colletivo, enquanto as províncias, as communes e os municípios, como órgãos especiais do grande corpo, limitam-se por sua vez à inspecção e direcção de seus mias íntimos negócios [...] (SALES, 1885: 59-60)

Em 1887, Alberto Sales radicalizou seu federalismo e expôs a defesa do separatismo da província de São Paulo. A base do seu argumento foi, mais uma vez, a teoria evolucionista de Spencer. Esta base científica é importante para dar autoridade a suas idéias. Segundo o autor, o separatismo da província de São Paulo seria um “desdobramento sucessivo do progresso nacional” (SALES, 1983: 14), “o processo de desintegração empregado fatalmente como início indispensável da integração; é o primeiro passo, [...], que encontrará logo depois, na agregação correlativa” (SALES, 1983: 39).

Ou seja, o primeiro passo para a construção da federação, deveria vir de São Paulo, ao se separar do Brasil. As demais províncias, progressivamente, seguiriam o seu exemplo, até formarem uma federação republicana em substituição ao centralismo monárquico.

Abolição

O tema da abolição é mais complexo de ser compreendido a partir das ações dos partidos republicanos. Os republicanos defenderam a escravidão, a emancipação ou a abolição? Os argumentos dos partidos modificaram-se com o tempo? Existiram divergências entre os republicanos a respeito da questão servil?

O Manifesto Republicano de 1870 silenciou-se quanto à existência e à problemática da escravidão, o que já é um posicionamento do partido naquele momento – a escravidão não era uma preocupação política do partido recém criado. A indiferença, no entanto, não pode ser qualificada como defesa do escravismo. Com o crescimento da campanha abolicionista, os republicanos da Corte foram chamados a se posicionarem sobre a questão. Cautela e prudência direcionaram o partido da Corte. Bocaiúva, por exemplo, se dizia abolicionista, mas não concordava com o rumo que a campanha vinha ganhando, rendida aos sentimentos, acabava por perder a razão.

Para o P.R. do Rio de Janeiro a questão servil “[...] está no pensamento da maio-

ria da nação, está no pensamento do próprio governo que, se a não fez ainda, é porque não pôde” (BOCAIUVA, 1986: 568). Quintino defendia o mesmo método utilizado na campanha republicana para a abolicionista – uma reforma gradual empreendida pela lei. O problema servil era grave, por isso mesmo a necessidade de resolvê-lo pacificamente, ao encontrar o melhor modo da sua dissolução sem desprezar os direitos e interesses estabelecidos.

Qual a razão do abolicionismo de Quintino Bocaiúva? Para Andréa dos Santos Pessanha “[...] a razão individual, tanto quanto a razão nacional, inspirou o abolicionismo dos grupos liberais republicanos.” (PESSANHA, 2006: 159). A liberdade da pátria e o seu desenvolvimento dependiam da liberdade individual e extensão dos direitos civis. O indivíduo é, então, considerado a célula do organismo que é a nação. O todo, como a soma das unidades, dependeria da valorização dos interesses individuais e de suas riquezas, resultado do talento e do mérito. Com a escravidão, até os proprietários de escravos estavam com seus direitos civis limitados.

Para José Murilo de Carvalho os argumentos com base nos direitos civis foram utilizados amplamente, mas em outros países. No Brasil, a defesa pela libertação dos escravos tinha origem na razão nacional. O desejo de construir uma nação moderna no Império partia da necessidade de acabar com o empecilho que era a escravidão. A cultura política brasileira tinha preocupação em construir a identidade nacional, em marcar a presença do Brasil na linha histórica e evolutiva do progresso, por onde a França e os Estados Unidos já tinham deixado a sua marca. Mas como pontuar a civilidade se a economia do país ainda era movida pela mão de obra escrava? O desenvolvimento do país dependia do fim da escravidão?

José Bonifácio e Joaquim Nabuco responderam estas, e outras perguntas, em seus trabalhos¹¹, evidenciando os malefícios da escravidão na economia, na indústria, no trabalho e na moral do país. Estes trabalhos são exemplos de argumentos pela libertação dos escravos com base na razão nacional. A leitura, baseada na idéia de razão nacional, constitui o caminho para analisar os trabalhos antiescravistas desenvolvidos pelas elites intelectual e política do Império cuja preocupação partia da nação.

O argumento da razão nacional foi o de maior alcance no questionamento da escravidão brasileira, no entanto, não foi o único. Os republicanos da corte priorizavam os direitos individuais durante a campanha republicana, e não foi diferente quando efetivamente começaram a defender a abolição. No entanto, a preocupação era com os direitos dos cidadãos – homens livres – e não com os escravos, futuros libertos.

[...] o regímen republicano se demonstra e se afirma pelos mesmos princípios que derivam da substância intrínseca do direito, que é a liberdade. Estes princípios interessam, por um lado, à economia do Estado; por outro à economia individual. Os povos regidos pelo sistema democrático são povos que enriquecem e prosperam porque só o trabalho livre é fecundo. (BOCAIUVA, 1986: 622)

11 Ver José Bonifácio de Andrada e Silva. Representação á Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura. In: José Bonifácio de Andrada e Silva. *Projetos para o Brasil*. Org., introd. e notas de Miriam Dolnikoff. São Paulo: Cia das Letras, 1998,, 45-82. 1º ed. 1825. E Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

O P.R. de São Paulo, assim como o P.R. do Rio de Janeiro, no início procurou afastamento da campanha abolicionista. Era um assunto incômodo, uma pedra no sapato para um partido novo, com idéias reformistas, em busca de crescimento e novas adesões. O P.R. de São Paulo, pela necessidade de se posicionar, afirmou que “[...] não tem e nem terá a responsabilidade de tal solução, pois antes de ser governo estará ela definida por um dos partidos monárquicos.” (BRASILIANSE, 1979: 113). E se exime de qualquer ação pela liberdade dos escravos, pois ora cabia à monarquia, ora à soberania nacional a resolução da questão servil, “[...] confiado na índole do povo e nos meios de educação, [...], hão de facilitar-lhe a solução mais justa, mais prática e moderada, selada com o cunho da vontade nacional.” (BRASILIANSE, 1979: 114)

No entanto, no Manifesto de 1887, a escravidão foi qualificada como um entrave ao desenvolvimento nacional, com clara mudança de postura frente à abolição.

[...] não tendo a monarquia resolvê-lo, de acordo com a justiça, [...], adotadas as precauções necessárias para evitar o abalo da propriedade mal constituída, o que nos resta exigir e promover é a abolição total da escravidão no Brasil dentro de um período que não exceda a data aniversária e gloriosa da Revolução Francesa, quando foram proclamados pela primeira vez os direitos inalienáveis do homem. (PESSOA, 1973: 91)

Essa impressionante reviravolta é sintomática de uma estratégia política, dentro do P.R. de São Paulo, a partir da importância adquirida pela propaganda abolicionista. Não foi uma ação contraditória, simplesmente a circunstância política e social era outra e permitia a junção das duas causas. Após a abolição, o P.R. de São Paulo atribuiu a si a coresponsabilidade pela vitória estabelecida. A abolição feita sem derramamento de sangue era o indício de mudança de velhos costumes para idéias liberais e democráticas. Essa mudança de pensamento foi, segundo o P.R. de São Paulo, fruto da propaganda republicana. Colaborador do lento processo abolicionista, “o partido republicano nunca foi contrario ao movimento emancipador da raça negra.” (PESSOA, 1973: 96).

Os temas escravidão e liberdade se impuseram aos partidos republicanos recém fundados. O P.R. do Rio de Janeiro utilizou a tática da cautela do “vamos esperar para ver o que isso vai dar”. O P.R. de São Paulo foi mais explícito, ao ponto de propor a indenização e uma resolução de caráter federalista, onde cada província resolveria a reforma “[...] conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.” (BRASILIANSE, 1979: 114). A questão servil era um problema social e não político, por isso não casava com o programa dos republicanos cuja principal preocupação era política. Quando o P.R. de São Paulo argumentou que a abolição era questão social, ele queria afirmar que o problema era de todos, independente do partido ou grupo social ao qual pertenciam.

No geral, o que prevaleceu no direcionamento dos partidos republicanos da Corte e de São Paulo foi, inicialmente, um distanciamento da campanha abolicionista. Com o crescimento da campanha abolicionista, na década de 1880, os partidos republicanos se aproximaram da idéia abolicionista, embora muitos republicanos, principalmente os pau-

listas, ainda tivessem a esperança indenizatória. A preocupação do P.R. do Rio de Janeiro e o P.R. de São Paulo não passou da escala da libertação dos escravos. Não apresentaram programas de caráter social que incorporassem os libertos à cidadania, no que diz respeito aos direitos civis, políticos e sociais.

A liberdade dos escravos pressupunha a cidadania legal? Acredito que não, pois, uma vez instituída a Lei Áurea, nada foi realizado para modificar a Constituição de 1824, em vigência, que possuía o seguinte artigo: “Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Província todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se: [...]; II. Os Libertos” (PLANALTO, 2009). Ou seja, os libertos não possuíam o direito político, por terem nascido escravos, e na prática seus direitos civis e sociais eram desrespeitados.

Com a Lei Áurea, os partidos republicanos parecem ter tirado o último obstáculo do seu caminho em direção a República. E mais uma vez deixaram claro que o seu problema era político, acabar com a Monarquia, e não social. Os libertos e pobres livres continuaram à margem dos direitos legais, os republicanos não apresentaram e nem defenderam a inclusão destes na cidadania, e para piorar o P.R. do Rio de Janeiro e o de São Paulo não fizeram nenhuma restrição às adesões, a seu partido, por parte dos fazendeiros defensores da indenização.

Se na Monarquia a escravidão era um problema social e não envolvia a política, na República “questão social é caso de polícia.”¹² O liberalismo, defendido por Bocaiúva e Sales, não equivalia a liberdade à igualdade. O que de certa forma era um pensamento corriqueiro para as elites política e intelectual da época. A liberdade de todos, fundamental para o desenvolvimento brasileiro, não significava igualdade social. A cada um cabia a responsabilidade pela sua vitória ou fracasso, sem problematizar a desigualdade de condições na qual se encontravam os libertos e pobres livres.

Conclusão

No P.R. do Rio de Janeiro e de São Paulo prevaleceu a prática reformista e moderada, ou seja, progressivamente a nação realizaria a reforma política e social por meio do amadurecimento das idéias democráticas na população, graças à pedagogia republicana.

Existia uma gama de possibilidades políticas, sociais e econômicas que formavam grupos em defesa de determinados interesses, momentâneos ou não. Foi o que ocorreu de certa forma, com os republicanos que possuíam uma postura de muita cautela com relação à abolição. O afastamento dos republicanos da causa abolicionista desagradou a muitos membros que defendiam as duas idéias como Luiz Gama e José do Patrocínio.

Ao longo deste artigo foram levantadas diversas questões e identificadas algumas respostas/interpretações compreendidas a partir dos manifestos, discursos e livros publicados por Quintino Bocaiúva e Alberto Sales. Uma destas proposições foi a de que o P.R. do Rio de Janeiro e o P.R. de São Paulo possuíam pontos em comum como a defesa da soberania nacional, o sufrágio universal, a liberdade de reunião e de pensamento, o fim

12 Frase atribuída ao presidente paulista Washington Luís, que governou o Brasil entre os anos de 1926 a 1930. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Washington_Lu%C3%ADs_Pereira_de_Sousa. Acesso em 26/07/2009.

dos privilégios, a representatividade e a divisão em 3 poderes. Quanto à divergência, ela existiu entre os partidos, no que se refere aos argumentos e à intensidade pela defesa do federalismo; a abolição foi um assunto delicado para os partidos, que a responderam de forma diferente, como vimos, mas da mesma forma não apresentaram nenhum projeto partidário na defesa dos libertos e pobres livres.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Ática, 2006.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Stuart Mill: liberdade e representação. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ed. Ática, 1990, p. 189-223.
- BOCAIÚVA, Quintino. *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados, por Eduardo Silva. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL VIEIRA, R. A. *Textos políticos da história do Brasil: Independência - Império (I)*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos políticos no Segundo Império*. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, p. 97.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Escravidão e a razão nacional. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 3, p. 287-308, 1988.
- CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 26 de julho 2009.
- COSER, Ivo. Federalismo. In: *Ler História*, Lisboa, v. 55, p. 65-81, 2008.
- PESSANHA, Andréa dos Santos. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro. 1884 -1888. 2006. Tese (Doutorado) – PPGH, UFF, Rio de Janeiro. 2006.
- PESSOA, Reinaldo X. C.(Org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos: textos*

para seminários. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

SALES, Alberto. *Cathecismo Republicano*. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1885.

_____. *A Pátria Paulista*. Brasília: Editora UNB, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

Denílson Botelho

**A República na biblioteca de Lima Barreto:
livros, leituras e idéias**

Prof. Adjunto de História
do Brasil – UFPI
ahlb@uol.com.br

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve análise da biblioteca particular do escritor Lima Barreto sob a perspectiva da história social. Trata-se de uma breve investigação sobre o perfil da formação intelectual e política do literato em questão, tomando por base a relação dos livros que possuía e avaliando o modo pelo qual essa biblioteca pode explicar o seu engajamento e a sua militância ao longo da Primeira República. Trata-se de lançar um olhar sobre este acervo procurando aquilatar a maneira como o escritor se insere no cenário político e literário republicano, tendo em vista as idéias e os autores dos quais se aproximou.

Palavras-chave: República – Biblioteca – Lima Barreto

ABSTRACT: This article presents a brief analysis of the writer Lima Barreto's private library under a social history perspective. It is a brief search upon his intellectual and political profile, considering his book list and evaluating they way how this library would represent his attitude and political behavior throughout the First Republic. Also it takes a careful look upon his books trying to understand how this writer subscribed himself on the republican literary and political scenery, in the view of the ideas and the writers he most preferred.

Key-words: Republic – Library – Lima Barreto

Enviado em 28 de agosto de 2009
e aprovado em 20 de outubro de
2009.

Em artigo sobre a história da leitura, Robert Darnton teceu a seguinte observação: “um catálogo de uma biblioteca particular pode servir como um perfil do leitor, ainda que não tenhamos lido todos os livros que nos pertencem e tenhamos lido muitos livros que nunca adquirimos”. Portanto, “o estudo das bibliotecas particulares tem a vantagem de unir o ‘o quê’ com o ‘quem’ da leitura” (DARNTON, 1992: 208).

Desta forma, apresentamos aqui uma breve análise de uma biblioteca particular, reveladora do perfil das idéias políticas do leitor e proprietário da mesma. Trata-se na verdade de um inventário que Lima Barreto fez dos livros de sua biblioteca em 1917. Em 1º de setembro desse ano, o escritor resolveu começar a fazer uma lista dos cerca de 700 livros que abrigava no seu quarto da casa onde morava, no subúrbio de Todos os Santos. No caderno que contém o inventário, fez a seguinte anotação logo na primeira folha: “Este livro é destinado a inventariar as obras existentes na minha pequena biblioteca. O catálogo farei depois, por intermédio dele”¹. Certamente não podemos afirmar que Lima Barreto leu todos os livros de sua biblioteca particular, mas podemos supor que eles representam um mapa dos interesses literários do escritor.

Com sua caligrafia nem sempre de fácil leitura, dividiu cada página do caderno em três colunas e foi lançando, metodicamente, na primeira coluna, um número - em seqüência, de 1 a 800 - para cada volume; na segunda coluna, respectivamente, o nome do autor e o título da obra; e na terceira coluna, observações a respeito do volume, como por exemplo, se era encadernado ou brochura. Pelo caderno percebe-se ainda a localização física - ou topográfica - dos livros dispostos nas prateleiras das quatro estantes e duas mesas de trabalho que disputavam espaço com a cama do seu quarto.

A iniciativa realizada apenas cinco anos antes do seu falecimento não deu origem a um catálogo, como anunciara inicialmente. E o inventário, embora metódico, não se revela um primor de organização. Não constam informações preciosas como as notas tipográficas dos livros - local, editora e data da publicação. É freqüente também a indicação do autor apenas através do sobrenome. E a numeração dos livros em seqüência, que de início faz supor que temos 800 títulos na Limana - nome que o escritor atribuiu a sua biblioteca - contém alguns inexplicáveis saltos. Daí que encontremos somente 707 obras no caderno e não 800.

A razão pela qual nos debruçamos sobre o inventário da Limana e não sobre a própria Limana é porque esta não mais existe. Na ocasião do falecimento de Lima Barreto, a biblioteca foi doada pela família do escritor como forma de agradecimento a José Mariano Filho, que custeara as despesas do sepultamento. Mas José Mariano Filho aparentemente não dera tanta importância aos livros que recebera de presente, abandonando-os no porão de sua chácara em Jacarepaguá. Desta forma, traças e cupins encarregaram-se de devorar o precioso acervo (BARRETO, 1956d: 22).

Como observa Tania Bessone, “a preservação de bens culturais tem-se mantido como um problema que não deixou para trás suas limitações. Pelo contrário, aumenta dia-a-dia sua atualidade. Inúmeras bibliotecas se perderam por falta de recursos para mantê-las” (BESSONE, 1999: 176). Ao estudar a biblioteca de Francisco Ramos Paz, um imigrante português que se instalou no Rio de Janeiro no século XIX e tornou-se um

1 Arquivo Lima Barreto. Ref. 883. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos.

bibliófilo, a autora nos mostra que este acervo teve um destino diferente da Limana e da maioria dos acervos particulares. Graças a Arnaldo Guinle, que arrematou num leilão a biblioteca de Paz - falecido em 1919 - por 75 contos e doou-a a Biblioteca Nacional, seus livros foram preservados.

Guardadas as devidas proporções entre uma e outra biblioteca, visto que o bibliófilo reunira 11 mil volumes em seu acervo, enquanto Lima Barreto cerca de 700 títulos, se compararmos os destinos que ambas tiveram nota-se que os livros de Paz salvaram-se ao serem incorporados ao acervo da Biblioteca Nacional, já a Limana teve fim semelhante a tantas outras:

Os acontecimentos têm mostrado, de forma implacável, que o fim de muitas bibliotecas ocorre de forma amiadada e que a diminuição da prática do mecenato e a crescente ausência do poder público as colocam à mercê de diversas pragas: as físicas, como pragas de insetos, fungos e inundações; e as humanas, com oportunismos de toda sorte. Geralmente, para formá-las, foram necessários muitos anos e tenacidade, mas para desmanchá-las basta um comerciante inescrupuloso ou um herdeiro desavisado (BESSONE, 1999: 176).

A biblioteca de Lima Barreto parece ter sido devorada tanto por pragas físicas quanto humanas, pois a família do escritor não viu naquelas centenas de livros nada além da oportunidade de demonstrar gratidão pelo gesto derradeiro de José Mariano Filho.

Mesmo diante dessas limitações, vemos no inventário da Limana uma oportunidade singular de conhecer melhor ainda o suposto perfil do leitor Lima Barreto. Além de contribuir de alguma forma para os estudos sobre a leitura que vem ganhando espaço na historiografia, certamente estamos contribuindo efetivamente para a compreensão das idéias políticas esposadas por este escritor. Segundo Francisco de Assis Barbosa,

A Limana reflete, contudo, a própria formação intelectual de Lima Barreto. Ali estão os autores prediletos do escritor, a começar por Balzac e a terminar em Descartes, com o *Discours de la Méthode*, que lera ainda na juventude, na sua fugaz incursão pelos domínios do Apostolado Positivista Brasileiro. Lá também estão: Rousseau, Renan, Spencer, Taine, Brunetiere, Guyau, Bouglé, para lembrar tão-somente os mais constantemente citados na obra do improvisado bibliotecário, além dos teóricos ou simples vulgarizadores do socialismo ou do anarquismo, como Benoit-Malon, Hamon, Malato, Eltzbacher, Kropotkine (BARBOSA, 1988: 249).

A idéia de procurar conhecer um pouco mais sobre a formação intelectual de um indivíduo através da sua biblioteca particular está sugerida no trecho acima, extraído da biografia do escritor, e não é original - embora até aqui a Limana não tenha sido objeto de qualquer estudo. Foi a leitura do ensaio de Eduardo Frieiro sobre a biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva (FRIEIRO, 1981), um dos integrantes do movimento que ficou conhecido como a Inconfidência Mineira, que instigou-nos bastante a olhar para a Limana com mais atenção. Com o sugestivo título de *O Diabo na Livraria do Cônego*, Frieiro dese-

nha um perfil da personalidade do inconfidente que acumulara cerca de 270 obras num tempo em que havia certas restrições quanto à posse de determinados livros no Brasil. Naturalmente, o autor serviu-se também de outras fontes, entre elas os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, publicados pela Biblioteca Nacional.

Sobre a biblioteca de Machado de Assis também já escreveu Jean-Michel Massa (MASSA, 1961). Sua análise pauta-se na seleção dos títulos de acordo com o país de origem das obras, contendo uma classificação do conteúdo da biblioteca segundo esse critério. Este artigo levou-nos a pensar sobre a forma mais adequada de analisar a Limana. No mesmo século XIX de Machado de Assis, um manual de orientação para livreiros, organizado por Brunet (BESSONE, 1999: 179), propunha algumas categorias como forma de catalogar os livros de acordo com os assuntos. Tais categorias surgiram como resultado da rotina empregada na catalogação de bibliotecas européias e de algumas bibliotecas do Rio de Janeiro. Segundo Bessone, que adotou o “método” de Brunet para algumas bibliotecas que analisou, a classificação dos livros os dividiria entre os seguintes assuntos: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas-Letras e História. A autora acrescentou ainda uma categoria de “Periódicos” e registrou também aqueles casos em que não foi possível definir o assunto como “Não identificados”.

No caso da Limana, optamos por investir o máximo possível no que o seu inventário pode nos oferecer, sem contudo recorrer a Brunet como fez Bessone. Vejamos então o que aquela biblioteca de Todos os Santos tem a nos dizer por si mesma.

Inicialmente convém tecer algumas considerações sobre os idiomas dos livros que Lima Barreto acumulara. Observando o universo de 707 títulos listados no inventário, concluímos que trata-se de uma biblioteca predominantemente francesa, pois 423 títulos estão em francês. Seguem-se o português, com 225 títulos, o italiano, com 23, o espanhol, com 10 e o inglês com 9.

O fato de mais da metade da Limana constituir-se de livros em francês também pode ser explicado pela forte influência francesa que paira sobre o Rio de Janeiro do início do século XX. Afinal, Pereira Passos não foi o nosso *Hausman* tropical – numa clara alusão ao prefeito parisiense? E não coube ao nosso *Hausman* abrir os novos *boulevards* com os quais se pretendia modernizar a cidade colonial? Não surpreende, portanto, que tal influência se fizesse presente também no ramo livreiro, em que se destacava um *Garnier* e sua célebre livraria no centro do Rio de Janeiro.

Assim, nota-se que Lima Barreto lia comumente publicações em francês e consta até que falecera abraçado a um exemplar dentre os inúmeros que adquirira da *Revue des Deux Mondes* (BARBOSA, 1988, 275). Somados os livros em francês (423) e em português (225) temos um perfil dos idiomas predominantes na Limana.

O tema mais recorrente entre os seus livros é, como se poderia esperar, a literatura – com 178 títulos entre os 707 listados. São romances de toda ordem, clássicos da literatura universal – principalmente a francesa – e textos sobre literatura, como crítica e história da literatura.

Entre os autores brasileiros no campo da literatura, aquele que se faz presente com mais títulos é Machado de Assis (1839-1908), com três romances: *Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Esau e Jacó*. A presença dos romances de Machado nas estantes dessa biblioteca confirma o que Sérgio Buarque de Holanda comentou sobre as impressões que teve de Lima Barreto ao conhecê-lo em 1922, mesmo ano em que viria a falecer.

Holanda, que exerceu a crítica literária durante as primeiras décadas de sua atividade intelectual, observou certo despreço de Lima Barreto pela obra de Machado de Assis, que julgava inferior à de Aluísio de Azevedo.

É muito possível que entrasse em tais manifestações menos uma convicção firmada do que o ressentimento de quem, zeloso ao extremo da própria originalidade, não tolerava de bom grado as filiações literárias que esboçava a crítica do tempo. Não é talvez descabido, a esse respeito, notar que num inventário dos livros da biblioteca de Lima Barreto, organizado em 1917 [...] não consta nenhum livro de Aluísio Azevedo, ao passo que lá estão as obras mais conhecidas de Machado (HOLANDA, 1978: 134).

E de fato o que se verifica é a ausência de Aluísio de Azevedo, embora seja sempre importante lembrar que o inventário da Limana não é uma lista dos livros que o escritor leu, mas apenas dos livros que possuía. Portanto, não é possível confirmar tal juízo de valor pela simples ausência de Azevedo na sua biblioteca, já que Lima Barreto bem poderia ter manifestado semelhante parecer com base em leituras feitas em bibliotecas públicas ou em livros emprestados.

Além disso, investigando um outro conjunto de fontes constituído pela crítica literária exercida por Lima Barreto, verifica-se que as suas convicções a respeito de Machado são bem diversas de um suposto ressentimento, tal como Holanda havia sugerido. Esse conjunto de artigos de crítica está em grande parte reunido no volume *Impressões de Leitura* (BARRETO, 1956b) e foi publicado inicialmente em jornais e revistas do Rio de Janeiro como: *Revista Contemporânea* (1918-1919), *Careta* (1920-1922), *A.B.C.* (1918-1922), *Gazeta de Notícias* (1920-1921) e outros.

Em artigo para a *Revista Contemporânea*, de 10 de maio de 1919, o livro em questão é de autoria de Nestor Vitor com o título de *A Crítica de Ontem*, publicado por Leite Ribeiro & Maurillo neste mesmo ano. Após reproduzir alguns trechos da obra, com os quais Lima Barreto parece concordar, destaca o que seria um dos seus pontos altos:

Este estudo, que tem toda a atualidade, dá bem a medida da capacidade de crítica do Senhor Nestor Vitor, da sua aguda visão intelectual, da sua independência de julgar; e o seu paralelo entre Machado de Assis e José de Alencar, é profundo, exato, verdadeiro, embora executado em ligeiras proposições.

Pela primeira vez, li alguma cousa sobre Machado de Assis, em que não se falasse profundamente, transcendentemente sobre o humorismo, sobre os autores ingleses, etc, etc.

Nós todos temos a mania de procurar sempre a verdade muito longe. O caso de Machado de Assis é um deles. Ele e a sua vida, o seu nascimento humilde, a sua falta de títulos, a sua situação de homem de cor, o seu acanhamento, a sua timidez, o conflito e a justaposição de todas essas determinantes condições de meio e de indivíduo, na sua grande inteligência geraram os disfarces, estranhezas e singularidades do Brás Cubas, sob a atenta vigilância do autor sobre ele mesmo e a sua obra.

Penso que um estudo nessa direção explicaria melhor Machado de Assis, do que todos os Lambs, Swifts, Thackerays e outros autores da Grã-Bretanha, Escócia, Irlanda e ilhas adjacentes. Para fazê-lo, preciso é franqueza, além de não esquecer os seus primeiros livros; e o Senhor Nestor Vítor tem aquela qualidade de sobra e é de boa memória. (BARRETO, 1956b: 250-1)

Não se percebe ressentimento em relação a Machado nas palavras de Lima Barreto. Nota-se sua preocupação em indicar o melhor caminho para explicar o autor de *Brás Cubas*, que é analisar as determinantes ou as condições do meio e da própria trajetória individual do escritor que fizeram surgir a sua obra. Determinantes essas que, curiosamente se assemelham àquelas que nortearam também a obra de Lima Barreto: nascimento humilde, falta de títulos, a cor, o acanhamento e a timidez.

Fica implícito nesse artigo que não há um questionamento quanto ao valor ou importância da obra de Machado de Assis, mas sim o reconhecimento da sua relevância para a literatura brasileira. Tanto é que a discussão gira em torno da forma mais conveniente de se explicar o significado da sua obra, que enseja a rejeição de métodos baseados em teóricos estrangeiros e a defesa do estudo da trajetória e das condições de vida do escritor.

Além de Machado, podemos destacar alguns outros literatos que aparecem na *Limana* e, coincidentemente, fazem parte do que Roberto Ventura chamou de “geração de 1870” (VENTURA, 1991), como José Veríssimo, Sílvio Romero e Araripe Júnior. São autores que chegaram ao auge da sua produção durante o turbulento período de transição entre a escravidão e o trabalho livre, a monarquia e a república, e que se caracterizaram pelas intensas polêmicas literárias travadas através da imprensa.

De José Veríssimo (1857-1916), o crítico literário que descobriu a *Floreal* de Lima Barreto em 1907 (BOTELHO, 2004), constam algumas obras na *Limana*. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, dirigiu a *Revista Brasileira* da qual haviam 16 volumes encadernados na biblioteca do escritor. Além disso, lá também estavam *Estudos de literatura* e *Que é a literatura*, do mesmo autor.

De Araripe Júnior (1848-1911), também membro fundador da ABL existiam dois textos dos menos conhecidos que são na verdade estudos sobre José de Alencar e Gregório de Matos. Não manteve relações pessoais com Lima Barreto, mas acusou o recebimento de *Recordações do escrívão Isaías Caminha* que lhe foi enviado por ocasião do lançamento. Se não chegou a publicar nenhuma crítica a respeito do volume, dando-lhe a divulgação que o autor certamente almejava, pelo menos enviou-lhe um cartão agradecendo pelo “belo livro” que “leu com o mais vivo prazer, devendo dizer-lhe que esse romance contém páginas muito intensas, principalmente na parte referente à psicologia da redação de um jornal, como é o Globo, onde se retratam as misérias do ofício da imprensa” (BARRETO, 1956a: 201). Pelo visto, o romance lhe agradara, mas não a ponto de tornar públicas tais impressões.

Desse grupo, Sílvio Romero (1851-1914) foi certamente o polemista mais exacerbado. Dele, Lima Barreto possuía apenas sua *História da Literatura Brasileira*, publicada inicialmente em 1888 e com 2ª edição em 1902-1903.

Dentre os demais autores nacionais ligados à literatura que poderíamos mencionar, cabe ainda destacar Monteiro Lobato (1882-1948). O editor de *Vida e Morte de M. J. Gon-*

zaga de Sá, publicado em 1919, e autor de *Urupês* e *Negrinha* teve esses dois livros – que constavam na biblioteca de Lima Barreto - analisados em artigo intitulado “A Obra do criador de Jeca-Tatu”, que veio a público pela *Gazeta de Notícias* de 11 de maio de 1921.

É evidente a admiração que o escritor nutria por Lobato, embora dele tenha divergido respeitosa quanto aos problemas da vida no campo tratados no *Problema Vital*. Enquanto Lobato defendia a urgência do saneamento, Lima Barreto preconizava que o nosso problema vital era o latifúndio, para o qual apontava sua artilharia verbal.² Mas no artigo acima referido, “o criador de Jeca-Tatu é um caso muito curioso nas nossas letras. Tendo uma forte capacidade de trabalho propriamente literário, ele é ainda por cima um administrador excelente, um editor avisado, um ativo diretor de uma revista sem igual no Brasil de hoje” (BARRETO, 1956b: 107-11).

A *Revista do Brasil*, editada por Monteiro Lobato, recebe entusiasmados elogios de quem conhece as dificuldades da imprensa da época e já se aventurara a ter sua própria revista que malograra no quarto número.

Em 1918, Lobato já tentara trazer Lima Barreto para o grupo de colaboradores da sua revista. Do convite resultaria a publicação de *Gonzaga de Sá*, e já se notava naquela época que a admiração nesse caso era mútua. Lobato citava as principais qualidades que reconhecia no literato, procurando seduzi-lo a participar da sua publicação:

Prezadíssimo Lima Barreto,

A *Revista do Brasil* deseja ardentemente vê-lo entre os seus colaboradores. Ninho de medalhões e perobas, ela clama por gente interessante, que dê coisas que caiam no gosto do público. E Lima Barreto, mais do que nenhum outro, possui o segredo de bem ver e melhor dizer, sem nenhuma dessas preocupaçõe-zinhas de *toilette* gramatical que inutiliza metade de nossos autores. Queremos contos, romances, o diabo, mas à moda do *Polícarpo Quaresma*, da *Bruzundanga*, etc. A confraria é pobre, mas paga, por isso não há razão para Lima Barreto deixar de acudir ao nosso apelo. (BARRETO, 1956a: 49)

Detalhe curioso nesta carta é que, provavelmente por ter sugerido que Lima Barreto faria uma espécie de contraponto aos “medalhões e perobas” que já colaboravam na revista, Lobato faz-lhe um pedido ao final da missiva: “PS – Pelo amor de Deus, leia e rasgue isto”. O gesto revela a cumplicidade que se estabelecera entre ambos, permitindo que Lobato lhe segredasse a real impressão que tinha dos “medalhões”? Nesse caso, o editor da *Revista do Brasil* parece ter sido também um bom administrador de egos.

Vejamos então o que a *Limana* tem a nos dizer sobre a concepção de literatura forjada por Lima Barreto. No texto de uma conferência que acabou jamais proferindo e que veio a público pelas páginas da *Revista Sousa Cruz*, o escritor apresenta a seguinte indagação:

Muitas vezes todos vós que me ouvis, haveis de formular intimamente, de vós para vós mesmos, ao topardes, em um jornal ou em uma

2 Este debate pode ser observado em: LOBATO, Monteiro. *O problema vital*. São Paulo: 1919. BARRETO, A. H. de Lima. “O problema vital” in *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

revista, com um soneto ou um artigo, perguntas como estas: para que serve 'isto'? [...] Em que pode a Literatura, ou a Arte contribuir para a felicidade de um povo, de uma nação, da humanidade, enfim? (BARRETO, 1956b: 55-6)

Nota-se que, pela maneira de formular as questões, não existe literatura que não seja engajada para o escritor. A Arte tem que ter uma finalidade, um objetivo, tem que estar a serviço de alguma causa, não pode ser mero diletantismo ou servir apenas para tornar a vida mais bela e engraçada ou menos enfadonha. “São perguntas naturais e espontâneas que não há um homem que as não tenha feito no seu foro íntimo e que eu mesmo as fiz, quando, há cerca de vinte anos, me pus juvenilmente a escrever para o público, em revistas e jornalecos [...]” (BARRETO, 1956: 56). Assim sendo, para responder a tais questões, são citados os principais referenciais teóricos que influenciaram o seu conceito de arte e literatura. Lá figuram Tolstói, Taine, Brunetiere e Guyau – autores presentes nas prateleiras da Limana.

Assim, na concepção de literatura almejada pelo escritor, a importância da obra literária não está nos “atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim” (BARRETO, 1956b: 58-9), mas sim na sua capacidade de transmitir habilmente uma idéia, um pensamento ou um sentimento. É assim que o literato resume o sentido que pretendeu imprimir a sua obra:

[...] A arte literária se apresenta com um verdadeiro poder de contágio que a faz facilmente passar de simples capricho individual, para traço de união, em força de ligação entre os homens, sendo capaz, portanto, de concorrer para o estabelecimento de uma harmonia entre eles, orientada para um ideal imenso em que se soldem as almas, aparentemente mais diferentes, reveladas, porém, por ela, como semelhantes no sofrimento da imensa dor de serem humanos.

É por aí, segundo a minha humilde opinião, que devemos orientar a nossa atividade literária, e não nos ideais arcaicos e mortos. (BARRETO, 1956b: 62)

O que estaria por trás desse ideal de literatura cuja missão é disseminar a união, a ligação ou a solidariedade entre os homens capaz de soldar as almas “aparentemente mais diferentes”? Mais do que os livros que leu e colecionou ao longo da vida, o que talvez se revele em tal concepção é a herança das relações paternalistas vigentes na sociedade escravista do século XIX. Aos olhos de Lima Barreto, o regime republicano fora incapaz de resolver as desigualdades sociais resultantes de três séculos de escravidão. E, além disso, pôs fim ao paternalismo que, embora se sustentasse pela força, também permitira que um mulato como ele, neto de uma escrava, tivesse como padrinho de batismo o Visconde de Ouro Preto, que mais tarde custearia os seus estudos.

Tendo em vista que, com a República, instalara-se uma nova ética e escala de valores em que se destaca o arrivismo, a concepção de literatura do escritor parece impregnada de um certo saudosismo dessa pseudo-solidariedade ou falsa união que deu sustentação

à sociedade escravista que sucumbiu em 1888. Podemos supor que Lima Barreto considerava que na monarquia as desigualdades sociais eram evidentes, mas existiam laços de solidariedade entre senhores e escravos. Com a República, agravaram-se as desigualdades e a solidariedade desapareceu.

Essa concepção de literatura como forma de intervenção na realidade deve ser compreendida à luz de algumas idéias políticas das quais o escritor se aproximou (BOTELHO, 2007). A Limana pode ser vista como um testemunho desta aproximação.

A reconstrução da trajetória intelectual de Lima Barreto passa pela sua concepção de literatura, pelo positivismo e tem o seu ponto alto nos seus “namoros” com as idéias anarquistas e socialistas. Nesse sentido, a Limana pode contribuir significativamente para a compreensão da militância político-literária do escritor. São pelo menos quatro os autores anarquistas que fizeram parte da sua biblioteca particular: Kropotkine, C. Malato, Hamon e Paulo Eltzbacher.

Segundo Claudio Batalha, o anarquismo começa a se difundir no Brasil a partir de 1890, através de grupos de propaganda e de periódicos, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entre os teóricos de maior influência sobre o país está justamente o russo Kropotkine (1842-1921), um dos representantes da corrente anarco-comunista que dominou o anarquismo internacional a partir de 1880. (BATALHA, 2000: 23)

Podemos acrescentar ainda mais duas obras da Limana relacionadas ao socialismo: *Le Socialisme Utopique*, de Lichtenberger e *Le Socialisme Intégral*, de Benoit-Malon. O socialismo difundido no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX tem como características predominantes o ecletismo e o forte viés cientificista e positivista que conduziam a uma proposta de fundo reformista. Ainda segundo Batalha, “Benoît Malon representa, sem dúvida, a principal fonte de influência do socialismo europeu entre os grupos socialistas brasileiros desse período” (BATALHA, 1995, 22). É interessante observar as linhas gerais dessa proposta socialista que circulou pelo Brasil e provavelmente foi lida por Lima Barreto nesse momento:

O socialismo integral de Malon sintetiza as suas concepções de um socialismo fortemente influenciado pelo positivismo e pela tradição humanista francesa, que pretende englobar não apenas a luta política e econômica, mas todos os campos da atividade humana, como a ciência, a filosofia e a moral. Nessa obra, o autor vê duas vias para a ação dos socialistas: a via revolucionária e a via das reformas possíveis.

A primeira só seria possível em certos momentos de crise, raros na história dos povos, e as tentativas intempestivas poderiam piorar dolorosamente o presente e comprometer gravemente o futuro (a experiência da Comuna de Paris está na raiz dessa análise).

Já a segunda via poderia ser trilhada em qualquer momento, o que o leva a concluir: ‘sejamos revolucionários quando as circunstâncias o exigirem e reformistas sempre’. (BATALHA, 1995: 23)

Se voltarmos aos artigos de Lima Barreto sobre o maximalismo, publicados no período da Revolução Russa e das greves operárias de 1917 e 1918 no Rio de Janeiro e em São Paulo, podemos supor que há naqueles textos alguma influência que os aproxima da máxima professada por Malon: “sejamos revolucionários quando as circunstâncias o

exigirem e reformistas sempre”. Não seria de todo absurdo enxergar nos seus artigos a influência de Malon. Em “No ajuste de contas”, por exemplo, que ficou conhecido como “manifesto maximalista”, formula quatro propostas para uma “reforma social” no Brasil:

a) a supressão da dívida interna, isto é, cessar de vez, o pagamento de juros de apólices, com o qual gastamos anualmente cerca de cinquenta mil contos; b) confiscação dos bens das ordens religiosas, sobretudo as militantes; c) extinção do direito de testar; as fortunas, por morte dos seus detentores, voltavam para a comunhão; d) estabelecimento do divórcio completo (os juristas têm um nome latino para isto) e sumário, mesmo que um dos cônjuges alegasse amor por terceiro ou terceira. (BARRETO, 1956c: 162)

O próprio Lima Barreto informa que tais medidas foram inspiradas nas informações que reunira sobre a Revolução Russa. E complementa:

A muitos leitores parecerão absurdas essas idéias; não pretendo convencer desde já todos, espero que o tempo e o raciocínio irão despertar neles simpatia por elas e a convicção de sua utilidade social. Apelo para todos aqueles que não têm a superstição da lei, dos códigos, [...]; quanto a tais chacais e hienas a serviço dos burgueses, eu tomo a liberdade de dizer-lhes que, tarde ou cedo, sem eles ou com eles, há de se fazer uma reforma social contra o ‘Direito’ de que são sacerdotes, pois o seu deus já está morto no coração da massa humana e só falta enterrá-lo [...]. (BARRETO, 1956c: 95-6).

E ainda encerra o artigo avisando: “Iremos, porém, devagar e por partes; e, logo acabada esta guerra que é o maior crime da humanidade, [...] nós, os brasileiros, devemos iniciar a nossa Revolução Social, com essas quatro medidas que expus. Será a primeira parte; as outras, depois” (BARRETO, 1956c: 96). Aí aparecem claramente propostas de caráter reformista e a ameaça revolucionária condicionada pelas circunstâncias - neste caso, a Grande Guerra.

Portanto, essa breve “visita” ao inventário dos livros que compunham a Limana coloca-nos diante de autores que possivelmente foram lidos por Lima Barreto, e que podem nos revelar um pouco mais sobre a sua militância político-literária, como é o caso de Benoit-Malon. Se não revelam, pelo menos reafirmam algumas impressões que temos sobre o universo das idéias políticas no qual se move o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Reafirmam o perfil eclético e impreciso do anarquismo e do socialismo professado pelo escritor. Eclétismo que, de tão impreciso, talvez até mesmo confuso, levam-no a afirmar, vez por outra, uma suposta independência e autonomia política.

Mas o fato é que Lima Barreto militou sim na defesa de idéias anarquistas e socialistas, ainda que ele próprio não tivesse clareza absoluta sobre o teor dessas doutrinas, misturando concepções ora de uma corrente de pensamento, ora de outra – como, aliás, procediam até mesmo as lideranças do movimento operário e sindical nesse momento. Trata-se de uma militância que restringiu-se efetivamente ao mundo das letras, posto que

jamais foi visto cerrando fileiras com os operários em greve, nas ruas, diante da polícia. O que tinha a oferecer aos operários era a sua palavra.

Do recôndito da sua casa em Todos os Santos, a sua “Vila Quilombo” no “refúgio dos infelizes” - como chamava o subúrbio do Rio daqueles tempos -, resgatamos para estas páginas um pouco sobre as práticas de leitura e as idéias de Lima Barreto.

Sobre este escritor já se produziram as mais variadas sentenças, desde aquelas que o julgaram um monarquista e liberal, até um anarquista subversivo. Além de saber como se construiu a sua pregação anarquista e socialista, o seu processo de se fazer escritor e os debates políticos em que se envolveu, impõe-se o desafio de investigar os livros que possivelmente leu e colecionou.

Bibliografia:

BARATIN, Marc e JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas; a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

BARRETO, A. H. de Lima. *Correspondência*. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

_____. *Impressões de Leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

_____. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956c.

_____. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956d.

BATALHA, Claudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” in *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Volume II.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BESSONE, Tania Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BOTELHO, Denílson. *A pátria que quisera ter era um mito; o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 44)

_____. “Sob o signo da Floreal; uma perspectiva histórica da iniciação literária de Lima Barreto”. *Itinerários* – UNESP. Araraquara – SP, v. 22, 2004.

- _____. “Rasgar a rede à faca: a militância política de Lima Barreto na imprensa”. *Revista Universidade Rural* – Série Ciências Humanas. Seropédica – RJ, v. 29, p. 39-54, 2007.
- DARNTON, Robert. “História da Leitura” in BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp. 1992.
- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. São Paulo: Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Em torno de Lima Barreto” in *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- LOBATO, Monteiro. *O problema vital*. São Paulo: s. ed., 1919.
- MASSA, Jean-Michel. “La Bibliothèque de Machado de Assis” in *Revista do Livro - Órgão do Instituto Nacional do Livro / MEC*. Rio de Janeiro: Ano VI, n. 21-22, março-junho 1961, pp. 195-238.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical, história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Dhiego de Moura Mapa

Diplomacia e Cultura no Governo Lula (2003-2006)

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UERJ). Licenciado em História pela UERJ.
dhiegomapa@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende abordar a política externa brasileira, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da utilização do fator cultural como elemento de projeção internacional e alcance de objetivos diplomáticos. Tal proposta se torna viável através da identificação dos cruzamentos entre diplomacia e política cultural durante o governo em análise, dado pelo exame das intenções anunciadas e das ações realizadas. Com isso, é possível notar que cultura e política externa se entrelaçam em um projeto político mais amplo de busca do desenvolvimento nacional através do discurso de defesa da diversidade cultural.

Palavras-chave: Política Externa, Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Diplomacia Cultural.

Abstract: This paper addresses the Brazilian foreign policy during the government of President Luiz Inácio Lula da Silva, from the use of the cultural factor as a tool of international projection and reach of diplomatic goals. This proposal becomes feasible by identifying the intersections between diplomacy and cultural policy during the government in question, from the examination of its declared aims and actions taken. Thus, it is possible to note that culture and foreign policy are intertwined in a broader political project of seeking national development through the speech of the defense of cultural diversity.

Keywords: Foreign Policy, Government Luiz Inácio Lula da Silva, Cultural Diplomacy.

Enviado em 29 de agosto de 2009
e aprovado em 16 de outubro de
2009.

Introdução

A compreensão acerca da política cultural externa de um país permite ampliar a percepção sobre as estratégias e prioridades de seu modelo de inserção internacional. Para tanto, é necessário apreender tanto a política externa do governo quanto a sua política cultural para, então, delimitar as convergências entre uma e outra no modelo de inserção internacional adotado. Em um cenário internacional marcado pela diversidade cultural, é deveras significativo o esforço de apreensão do papel exercido pela cultura nas relações diplomáticas, na medida em que esta esfera de intercâmbio é marcada, em geral, pelo predomínio da relação de troca e interação em lugar da de hegemonia. Este tipo de abordagem trata do estudo sobre diplomacia cultural. Os usos da cultura (patrimônio e atividades) para fins políticos, econômicos e outros, além do meramente cultural, são o que caracterizam, *grosso modo*, a diplomacia cultural. O termo, portanto, se refere à utilização das questões culturais para o alcance de objetivos relativos à política externa e pressupõe o alcance de metas estabelecidas por determinado projeto de desenvolvimento nacional e/ou projeção internacional.

No que diz respeito à gestão de Lula da Silva, por se tratar de um governo em andamento, o trabalho proposto se limita ao período compreendido entre 2003-2006, fechando o primeiro mandato de um ciclo de governo ainda em aberto. O foco do trabalho será a caracterização da diplomacia cultural no momento de construção da política externa do governo analisado, em um estudo mais conciso, na medida em que os quatro primeiros anos de mandato de Lula permitem traçar um panorama de sua política internacional, bem como da questão cultural. Assim sendo, o estudo apresentado foi dividido em dois momentos: 1º - delimitar os traços característicos da política externa do governo em análise; 2º - procurar apreender a forma como a cultura é articulada nos rumos tomados pela diplomacia do governo Lula.

A política externa do governo Lula

Por se tratar de um ciclo de governo em aberto, a forma de captar as propostas e objetivos em política externa se dá através das declarações à imprensa, discursos, entrevistas, eventuais artigos e/ou obras publicadas que demonstram o posicionamento político dos formuladores da política externa brasileira, principalmente, do presidente da República. Dessa forma é possível apreender como que as prioridades de política externa são expostas pela versão oficial do próprio governo.

Logo após a vitória no pleito eleitoral de 2002, o presidente recém eleito Lula fez um discurso no qual salientou promessas de campanha de âmbito social (combate à fome, geração de empregos, fomento à exportação, crescimento sustentável, etc) e, em política externa, demonstrou comprometimento com a integração sulamericana, pelo Mercosul, no qual disse: “Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural”, além de reafirmar o compromisso brasileiro com o fortalecimento de organismos internacionais, principalmente a

ONU¹. A prioridade ao Mercosul e a defesa do multilateralismo foram pautas reforçadas durante o discurso de posse ao cargo de presidente, em 2003, no que falou sobre a defesa dos interesses nacionais no cenário internacional.

Ao inaugurar sua gestão, o presidente afirmou que “a ação diplomática do Brasil” seria “um instrumento do desenvolvimento nacional”, que se daria “por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos”, sempre pautado na luta contra o protecionismo e no aumento da exportação nacional. Na ocasião, afirmou que o Mercosul era um “projeto político” necessário à meta de “construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida”, expondo ainda uma preocupação com as “dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração”². Todavia, o ponto chave de sua proposta de ação internacional se encontra na delimitação do espaço geográfico de atuação brasileira no exterior:

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.³

Percebe-se aí a idéia de um diálogo igualitário com o governo norte-americano, a fim de combater as assimetrias existentes e, ao mesmo tempo, a compreensão de que o relacionamento com os países desenvolvidos deve ser ampliado. Porém, o que chama atenção é a importância dada à necessidade de se “aprofundar” as relações com países de peso internacional proporcional ao brasileiro. A preocupação em estabelecer maiores vínculos e articulações com países em desenvolvimento transparece na reafirmação que faz dos “laços profundos que nos unem a todo o continente africano”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva de ampliação e diversificação da área de atuação brasileira no exterior, tanto com países desenvolvidos, como com aqueles em desenvolvimento, para melhor defender os interesses nacionais na arena internacional, onde o combate às assimetrias é o cerne, conforme fica patente na defesa que faz do multilateralismo: “Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre seus membros permanentes”⁴, dentre os quais o Brasil, que postula um assento permanente no Conselho.

A busca da integração sulamericana a partir do fortalecimento do Mercosul, a percepção de que a política externa é um elemento integrante do projeto de desenvolvi-

1 Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva, “Compromisso com a Mudança”. São Paulo, 28/10/2002. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discurso. Acesso em: 19 mai. 2009.

2 Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01/01/2003. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

3 *Ibidem*.

4 *Ibidem*.

mento nacional, o combate às assimetrias, a defesa do multilateralismo – principalmente da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas –, o estabelecimento de parcerias estratégicas com países com níveis de desenvolvimento (ou que possuam interesses) semelhantes ao brasileiro e a não ruptura do relacionamento com países desenvolvidos, conforme delimitados no discurso de posse presidencial, seriam as linhas gerais defendidas pelo governo ao longo de seu mandato, conforme se evidencia na declaração à imprensa, em 2005, feita por ocasião da visita do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil:

Tenho dito, com frequência, que nossa política externa não é apenas um meio de projeção do Brasil no mundo, mas também um elemento fundamental de nosso projeto nacional de desenvolvimento. Nestes 34 meses de meu Governo busquei uma forte aproximação com nossos irmãos sul-americanos. Aprofundamos as relações bilaterais com todos os países da região, ampliamos e reforçamos o Mercosul, criamos a Comunidade Sul-americana de Nações, mantivemos um excelente relacionamento com os países do Caribe, da América Central e da América do Norte, impulsionamos uma política ativa em relação à África [...] O Brasil abriu-se igualmente para o mundo árabe e o principal resultado desta abertura foi a Cúpula América do Sul – Países Árabes. Fortalecemos nossas relações com grandes países emergentes, como a China, a Índia, a Rússia, a Coreia e a África do Sul. Não hesitamos em abrir novas fronteiras. As conseqüências dessa abertura foram os incrementos sem precedentes de nosso comércio exterior, a atração de investimentos e a internacionalização de nossas empresas. Mas esta busca de novos horizontes não comprometeu nosso relacionamento com grandes países desenvolvidos como: os da União Européia, Japão e, obviamente, Estados Unidos.⁵

Ao longo de seu mandato, o presidente Lula, nos diversos discursos pronunciados nas várias cerimônias e eventos oficiais em que participou ao redor do mundo, procurou pontuar, claramente, que um dos objetivos de seu governo dizia respeito à tentativa de configurar uma “nova geografia econômica e política mundial”, principalmente pelo fortalecimento e ampliação da “cooperação Sul-Sul”. Tal posicionamento configura uma estratégia econômica que busca, por um lado, ampliar o comércio de exportações pelo estabelecimento de parcerias com países de economias complementares à brasileira e, por outro, fortalecer a capacidade de barganha dos países do “Sul” como um bloco durante negociações de caráter comercial em órgãos multilaterais, como é o caso da luta contra os subsídios agrícolas, na OMC.

Em discurso afinado com o da presidência, o ministro de Estado, embaixador Celso Amorim, tem enfatizado, de igual forma, que a política externa teria por metas o combate às assimetrias internacionais e o auxílio ao desenvolvimento nacional. Ao carac-

⁵ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush. Granja do Torto, Brasília, 06/11/2005. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

terizar a diplomacia do governo Lula, o ministro Amorim entende que esta surgiu em face dos problemas gerados pelas “limitações do modelo neoliberal, centrado na fé cega na abertura de mercados [...] e retração do papel do Estado” e, estando envolta pela idéia da busca do “desenvolvimento com justiça social”, seria orientada para funcionar como “instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País” ao mesmo tempo em que almeja promover a “cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz” (AMORIM, 2004: 41-48).

A política externa do governo Lula, portanto, agregou novo dinamismo à diplomacia brasileira ao romper com a crença própria das proposições neoliberais defendidas por FHC da existência de um mercado internacional auto-regulador e justo. Enquanto este, envolto pelo “Consenso de Washington”, voltava-se para os EUA e a União Européia em seu modelo de inserção internacional, aquele procurou estabelecer parcerias estratégicas a fim de superar as assimetrias da globalização. Exemplo disso é a atuação brasileira na OMC e a criação do G-20, onde se destaca o combate aos subsídios agrícolas impostos aos países em desenvolvimento. A busca de penetração no mercado internacional, durante o governo Lula, é calcada na busca de aproximação com nações cuja aliança geraria força política e econômica a nível internacional; este fator seria aquilo que o presidente Lula caracteriza como “cooperação Sul-Sul”.

Nesse sentido, durante a gestão de Lula da Silva, o Brasil tem se voltado para a China e o Japão na Ásia, além da Índia, África do Sul, países africanos de língua portuguesa – como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – e países árabes. A grande prioridade da política externa do governo Lula, conforme declarado diversas vezes pelo próprio presidente, é o Mercosul e a integração sulamericana, também compreendida como estratégica para a superação das distorções econômicas e comerciais geradas pelas imposições das grandes potências. Em momento algum o governo Lula esboçou o desejo de ruptura com os países desenvolvidos, mas tem defendido a necessidade de se criar redes de cooperação entre nações em desenvolvimento a fim de lograr força de negociação em órgãos multilaterais frente às distorções impostas pelos países ricos. Há de se ressaltar que, logo nos primeiros meses de seu governo, Lula manteve contato com os chefes de Estados de todos os países da América do Sul, seja viajando aos respectivos países, seja recebendo a visita de representantes de governo.

Esta conduta diplomática indica uma mudança de modelo de inserção internacional brasileira, a partir de “quatro linhas de força”: a) recuperação do universalismo e do bilateralismo, em uma diplomacia que procura maiores interlocuções com países africanos, asiáticos e árabes, se comparado ao governo anterior (FHC); b) prioridade estratégica à integração dos países da América do Sul; c) combate às dependências estruturais e instrumentalização da política externa em prol do desenvolvimento nacional; d) manutenção do acumulado histórico, principalmente o compromisso com a “ideologia desenvolvimentista” (CERVO, 2003: 05-11). O objetivo da política externa de Lula seria, portanto, diluir a vulnerabilidade externa do Brasil, superando as assimetrias internacionais, através da “busca de parceiros estratégicos no sul para ter maior poder de barganha nas negociações internacionais”, ao mesmo tempo em que as “relações com os países ricos são consideradas fundamentais, buscando-se um equilíbrio maior”, naquilo que se configura como estratégia de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007: 273-335).

É dentro deste projeto de inserção internacional, pautado pela defesa do multila-

teralismo, tentativa de fortalecimento do Mercosul, aproximação dos países africanos pela CPLP, constituição do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul, o G-3), aproximação dos países árabes, da China e da Rússia, que deve ser compreendida a questão cultural em política externa. O objetivo de forjar a cooperação Sul-Sul e de traçar alianças estratégicas com nações emergentes são as linhas traçadas pela política externa do atual governo. Após delimitar a política externa, torna-se necessário traçar as políticas culturais do governo Lula, a fim de tratar da relação entre cultura e diplomacia.

Cultura e política externa

No que diz respeito à cultura, de maneira geral, há a percepção, por parte do governo Lula, de que esta, além do caráter simbólico e patrimonial dado pela criação de vínculos identitários, serve também como um instrumento de inclusão social além de ser um bem econômico que movimenta a economia interna. Essa percepção tem guiado muitas ações do Ministério da Cultura, principalmente a idéia de inclusão social.

Ao ser redimensionada ao plano das relações internacionais, é possível dizer que a cultura carrega consigo essa tripla função: a) ao criar vínculos de identidade e reconhecimento de raízes, fortalece os blocos regionais e a aproximação com países e regiões estratégicas ao desenvolvimento da cooperação Sul-Sul; b) o que, a nível interno seria inclusão social, a nível externo seria inserção internacional, dada pela defesa da autodeterminação dos povos, do pluralismo cultural e da luta contra a padronização cultural, em que cada nação e cultura deve ter preservado o direito à identidade própria; c) a nível econômico, a chamada “indústria criativa” se adequa perfeitamente aos anseios de aumento da pauta de exportação nacional. Tanto os discursos – sejam os do presidente Lula, sejam os de seus ministros – quanto as ações do Departamento Cultural do Itamarati e do Ministério da Cultura parecem comprovar tal hipótese.

A título de exemplo, podemos citar o discurso do Presidente Lula na inauguração da 4ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul, em Porto Alegre, no Santander Cultural, em 05 de outubro de 2003, em que tratou da importância da cultura, e disse o seguinte:

[...] o Mercosul que nós acreditamos não é o Mercosul eminentemente comercial. O Mercosul que nós queremos tem que ser comercial, político, econômico, social e cultural. Porque somente assim, ele se tornará forte e competitivo com outros blocos econômicos criados no mundo [...] Pela arte, afirmamos nossas personalidades individuais e fortalecemos nossa identidade coletiva.⁶

Percebe-se claramente como, no nível do discurso, a cultura é colocada como uma via de estreitamento de laços para que se alcance um objetivo maior, ou seja, a integração regional. Em outro momento, em discurso proferido durante a cerimônia de inauguração do Museu Afro-Brasil, o presidente Lula falou dos vínculos históricos e culturais entre

6 Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido em Porto Alegre, Santander Cultural, 05/10/2003, por ocasião da 4ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

Brasil e África, da seguinte forma:

Digo isso porque o Museu Afro-Brasil, que hoje está sendo inaugurado [...] vem se somar a esse conjunto de ações que nos aproximam vivamente da África. Este novo museu vai nos ajudar a preservar o muito do próprio continente africano que ainda existe entre nós [...] O grande legado dos artistas, artífices, cientistas políticos e demais cidadãos negros que contribuíram para a originalidade e diversidade da cultura brasileira fica, agora, disponível para ser amplamente apreciado e estudado.⁷

No caso específico das relações diplomáticas entre o Brasil e países africanos, é nítido o uso, tanto externo quanto interno, do capital cultural afro-brasileiro, historicamente constituído, para o firmamento de acordos de cooperação diversos e o estabelecimento de parcerias, tanto para o incremento de intercâmbios comerciais, culturais, educacionais, de saúde, etc., quanto para o fortalecimento dos países em desenvolvimento nas negociações em órgãos multilaterais através de reivindicações unificadas.

Este protagonismo conferiria ao Brasil o caráter de “potência emergente”, porém, tal afirmação resulta em debates contraditórios que escapam aos objetivos do presente trabalho, haja vista o “significado social” do termo, segundo o qual o *status* de “potência emergente” seria dado pelo “reconhecimento por parte dos outros estados, tanto dos mais poderosos, como dos semelhantes”, da condição de um país como “emergente/intermediário” no cenário internacional (LIMA, 2007: 169-190). De qualquer forma, a valorização da cultura afro-brasileira, por parte do governo, indica uma estratégia de uso de questões culturais para o alcance de maior espaço de penetração no cenário internacional.

No que toca às ações do Departamento Cultural do MRE, a relevante promoção de eventos artísticos e culturais em embaixadas e centros culturais brasileiros espalhados ao redor do mundo, seja com apresentações musicais, projeção de filmes da indústria cinematográfica nacional, realização de debates sobre assuntos diversos, entre outros, caracterizam um pouco das ações do órgão. Importante atuação apresentou também o Ministério da Cultura no esforço de divulgação cultural, principalmente na pessoa de seu mentor, o ex-ministro Gilberto Gil que, em 2004, por exemplo, viajou à África para participar da 1ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora.

Ao tratar da dimensão interna e externa da política cultural do governo Lula, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, procurou enfatizar que a ação internacional do governo brasileiro não se dava somente pela promoção cultural brasileira, tanto a nível simbólico quanto econômico, mas, principalmente, em uma perspectiva mais ampla, seria orientada pela defesa da diversidade cultural a fim de combater as assimetrias sistêmicas do mundo afetado pelo fenômeno da globalização⁸:

7 Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido em São Paulo, 23/10/2004, durante inauguração do Museu Afro-Brasil. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos. Acesso em: 19 mai. 2009.

8 O atual ministro Juca Ferreira tem dado continuidade às políticas de Gil.

O desafio aqui é compreender a dimensão econômica crescente da cultura e encontrar formas de cooperação que permitam que as populações mais pobres detentoras de saber, cultura e identidade, usufruam plenamente dos benefícios e riquezas da propriedade intelectual [...] Contudo, essas características contemporâneas da cultura adquirem outras feições quando encaradas no contexto dos países em desenvolvimento, como é o caso da América do Sul. Nesse viés, a política cultural internacional transforma-se em um dos principais elementos de enfrentamento de assimetrias internacionais que, no limite, resultam em modelos hegemônicos, em formas centralizadas de comunicação social, em formas concentradoras de gestão de conteúdo [...] Trata-se, enfim, de uma luta constante para que a democracia se realize num plano mais efetivamente cultural e abrigue melhores condições de acesso a conteúdos culturais e modelo de proteção da diversidade cultural (GIL, 2007: 52).

Percebe-se que a promoção da diversidade cultural em relações internacionais é matizada pelo combate às estruturas hegemônicas, onde a cultura seria um canal de “intervenção no modelo de globalização vigente”, haja vista que a “maior parte das trocas culturais entre as diferentes regiões ‘periféricas’ do globo é controlada pelo centro do sistema, concentrado no eixo Estados-Unidos-Europa-Japão”; nesse cenário, segundo o ex-ministro Gil, o Brasil “deve se orientar pelo exercício da pluralidade, contra a imposição de uma cultura única”, atuando “na defesa e promoção tanto da diversidade cultural brasileira, no interior e exterior, quanto do acesso a outras culturas e a trocas” (GIL, 2007: 53-54).

É possível, portanto, averiguar a convergência entre projeção cultural e política externa, no governo Lula. A atuação do Departamento Cultural, por exemplo, demonstrou dinamismo, em 2005, por ocasião das programações culturais referentes ao Ano do Brasil na França.

Ruy Pacheco de Azevedo Amaral (2008: 55), que realizou um relatório sobre o evento, pontua que a temporada cultural brasileira na França de 2005, utilizando o tema “*Brésil, Brésils*, do singular ao plural”, teve por objetivo “divulgar a diversidade e a modernidade do Brasil, em todas as suas facetas: cultural, naturalmente, mas também econômica, social e turística”. A programação foi um sucesso tão grande que revigorou o ciclo de realização de temporadas culturais estrangeiras na França. Amaral apresenta os números da temporada:

Mais de 2.500 artistas, intelectuais e operadores culturais deslocaram-se à França ao longo de 2005, para participar das manifestações inscritas na programação oficial que reuniu 104 exposições: 29 patrimoniais, 44 de arte contemporânea, 20 de fotografia e 11 de arquitetura e *design*; 28 projetos de teatro, dança e circo, que se desdobraram em 492 espetáculos, apresentados em 86 cidades francesas; 60 projetos musicais geraram 318 apresentações, em 67 cidades; 64 colóquios e eventos literários foram organizados, assim como 37 projetos na área do cinema e do audiovisual envolvendo 429 filmes em 1.298 projeções. Realizaram-se, ademais, 40 projetos multidisciplinares que envolveram 64 exposições,

197 espetáculos musicais, 34 de dança e teatro, 31 projeções de filmes e 42 seminários e eventos literários, bem como 8 eventos esportivos, 3 de gastronomia e um educativo (AMARAL, 2008: 58).

Durante a temporada, foram realizados diversos eventos de promoção comercial, financiados pela Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), que, segundo a própria Agência, geraram vendas de 300 milhões de reais, sob a “fórmula venda de produtos + cultura”. Os resultados da temporada foram surpreendentes, pois redimensionaram a percepção da opinião pública e da sociedade francesa a respeito do Brasil e de sua cultura (cuja imagem já era positiva), tendo gerado um número considerável de eventos de manifestações artísticas e culturais brasileiras, organizados de maneira espontânea e, além disso, foi possível averiguar um aumento do número de interessados na língua portuguesa (AMARAL, 2008).

Uma das repercussões do Ano do Brasil na França foi o acréscimo, em importância, do fomento às atividades de divulgação cultural brasileira no exterior, pois, a partir de seu sucesso, o governo brasileiro passou a cogitar a adoção de medida semelhante ao do governo Francês, organizando, no Brasil, temporadas culturais estrangeiras. As comemorações do Centenário da Imigração Japonesa e o Ano da França no Brasil, durante o segundo mandato de Lula, talvez sejam um indicativo dessa postura. Outro fator a ser levado em consideração é que o Ano do Brasil na França foi a mola propulsora da realização da Copa da Cultura, na Alemanha, em meio à realização da Copa do Mundo no país, em 2006. De acordo com a programação da Copa da Cultura, centenas de eventos culturais foram distribuídos em cidades alemãs, com o objetivo de, nas palavras do Ministro Gil, “reafirmar a imagem brasileira e abrir novos mercados”⁹.

Conclusão

A diplomacia cultural, levada a cabo principalmente pelo Departamento Cultural do Itamarati, é orientada pelos objetivos de política externa que, no governo Lula, podem ser caracterizados pela consolidação da posição de “potência emergente”, pela promoção do desenvolvimento nacional de maneira sustentável e pelo combate às assimetrias existentes no sistema internacional. Ao mapear o campo ideológico e prático em que se delineou as ações de divulgação cultural, orientadas por tais objetivos, percebe-se que a bandeira da diversidade cultural, levantada pela administração Lula/Gil, compõem o espectro mais amplo de proteção da autonomia em relações internacionais, por parte do governo brasileiro.

Ademais, a convergência entre cultura e diplomacia, no governo Lula, apresenta três aspectos: afirmação da identidade nacional, em conformidade com a sempre almejada autonomia em política externa; projeção da “Marca Brasil”, na qual o país é apresentado como local de potencialidades econômicas, harmônica pluralidade sócio-cultural e solidez política e democrática, que devem lhe auferir vantagens em negociações, estabelecimento de acordos e maior participação em acontecimentos internacionais de importância; por

9 UOLESPORTE. Brasil planeja eventos culturais à Alemanha. Rio de Janeiro: 06 jan. 2006. Últimas notícias. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2006/01/06/ult59u98828.jhtm>. Acesso em: 19 mai. 2009.

fim, o patrimônio e as ações culturais são canais para o reforço de vínculos identitários necessários ao fortalecimento de relações bilaterais e bi-regionais, principalmente no que tange à “cooperação Sul-Sul”.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. *O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural*. 1ª edição. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, 264p.
- AMORIM, Celso L. N. “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”, *Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília: ano I, nº 1, p. 41-48, out-dez 2004.
- CERVO, Amado Luiz. “Editorial - A Política Exterior: de Cardoso a Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, nº 01, p. 5-11, jan-jun 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a01v46n1.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2009.
- _____. *Inserção Internacional e Política Externa: formação dos conceitos brasileiros*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008, 298p.
- GIL, Gilberto. “Cultura, diversidade e acesso”. *Diplomacia, Estratégia e Política*, nº 08, p. 49-60, out./dez. 2007.
- LIMA, Maria Regina Soares de. Brasil como país intermédio: imprecisión conceptual y dilemas políticos. In: J.G.TOKATLIÁN (comp.), *India, Brasil y Sudáfrica. El impacto de las nuevas potencias regionales*. Buenos Aires, Libros Del Zorzal, 2007, p.169-190.
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”. *Contexto Internacional*, vol. 29, n. 02. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, p. 273-335, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas”. *Carta Internacional*, vol. 02, nº 01, p. 03-10, março 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/cartainternacional/modx/index.php?id=70>. Acesso em: 27 mar. 2009.

Vanessa Carvalho Nofuentes

Estratégias para a formação da pátria: as Ligas como lugar de mobilização social durante a Primeira República*

Resumo

Mestre em História Social
da Cultura (PUC-Rio),
e-mail: vcnofuentes@
yahoo.com.br

Em 15 de novembro de 1889, o Império havia desmoronado. Inicia-se o período de nossa história que ficou conhecido como “República Velha”. Os anos que vão de 1889 a 1930 seriam caracterizados como um tempo marcado pelo vazio de idéias, propostas e ações significativas para a Nação brasileira. Indo de encontro a estas caracterizações, o presente artigo se propõe a analisar a “Velha República” como um contexto de mobilização cívico-nacionalista. Sobretudo nos anos de 1910, diversos foram os movimentos sociais que se organizaram com o propósito de analisar e diagnosticar os principais problemas brasileiros. Nosso propósito é, portanto, combater a idéia de que a Primeira República é o lugar do vazio, valorizando movimentos que engajavam a sociedade em grandes questões nacionais e compreendendo a Primeira República como um momento estratégico na História do Brasil.

Palavras-chaves: Primeira República, Liga, Mobilização.

Abstract

Enviado em 31 de agosto de 2009
e aprovado em 05 de dezembro de
2009.

On November 15, 1889 the Empire had collapsed. It began the period of our history that became known as “Old Republic”. The years 1889 to 1930 would be characterized as a time marked by the void of ideas, proposals and significant actions to the Brazilian nation. Going against these characterizations, this article aims to analyze the “Old Republic” as a context of civic-nationalist mobilization. Particularly in the years of 1910, there were many social movements that were organized in order to analyze and diagnose the main problems in Brazil. Our purpose is therefore against the idea that the First Republic is the place of emptiness, emphasizing movements that engage the society, in major national causes, including the First Republic as a strategic moment in the history of Brazil.

Keywords: First Republic; League; Mobilization

* As reflexões contidas neste artigo fazem parte da dissertação de mestrado “Um desafio do tamanho da Nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922)” defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em agosto de 2008.

A grande e triste surpresa de nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou. Chegamos quase à maturidade na certeza de que já tínhamos vencido certas etapas. A educação, a cultura ou mesmo um princípio de experiência, nos tinham revelado a pátria como uma terra em que a civilização já resolvera de vez certos problemas essenciais. E a desilusão, a tragédia da nossa alma foi sentir quanto de falso havia nessas suposições. O tempo nos preparava uma volta implacável à realidade. E essa realidade era muito outra, muito outra, do que aquela a que o nosso pensamento nos preparara e que a imaginação delinear. Encontramo-nos bruscamente, ao abrir os olhos da razão, perante uma pátria ainda por fazer... (CARDOSO, 1981: 109-110)

Este balanço um tanto pessimista da República instituída em novembro de 1889 foi escrito por Vicente Licínio Cardoso em sua obra *À margem da História da República*. A obra é uma coletânea de ensaios escritos entre a segunda metade da década de 1910 e o início da década de 1920, cuja edição original é de 1924, organizada por Vicente Licínio Cardoso e contando, entre outros, com ensaios de A. Carneiro Leão, Jonathas Serrano, Oliveira Vianna, Tristão de Athayde, além do ensaio de autoria do organizador. Os estudos ali presentes revelam um momento histórico caracterizado por perplexidades, dúvidas e transformações. O país se encontrava em uma encruzilhada, com vários caminhos abertos; daí a importância da coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso, representando uma reflexão crítica que, ao fornecer elementos para a compreensão da sociedade brasileira e dos dilemas do regime republicano, poderia levar o país a trilhar melhores caminhos.

Aos homens das gerações nascidas na República caberá, provavelmente, uma nova obra de construção, difícil, mas fecunda. Tudo indica que deverão ser fixados, no tempo e no espaço, o pensamento e a consciência da nacionalidade brasileira. (CARDOSO, 1981: 109-110)

Visando a contribuir naquela difícil, porém fecunda, “obra de construção”, *À Margem da História da República* era definida em seu prefácio como um simples inquérito que era, antes de tudo, uma imensa pergunta. O trecho com o qual iniciamos este artigo deixa transparecer o descontentamento com nossa realidade política e social, com a não resolução de “certos problemas essenciais”, enfim, com uma pátria que precisava ainda ser construída.

Havia-se proclamado a República quase de forma concomitante com o fim da escravidão, colocando em jogo diversos fenômenos sociais e econômicos. Ao “abrir os olhos”, o que a “geração nascida com a República” tinha diante de si era a necessidade urgente de se criar a Nação brasileira. Ainda de acordo com as palavras de Vicente Cardoso:

O Brasil é o símbolo concreto de todas as nossas riquezas em potencial para o futuro. Ele é, porém, também o símbolo vivo de todas as nossas dificuldades, gravíssimas e tenebrosas, do presente. [...]

É tempo em suma de fitarmos a verdadeira realidade de nosso quadro social [...]

Analisemos com probidade o presente; melhor compreenderemos então o passado para que possamos com segurança projetar para o futuro. (CARDOSO, 1981: 103)

O autor apontava, em sua análise sobre o país, que faltava-nos uma “consciência brasileira”, o momento, porém, era especial; era momento de se pensar o Brasil, cabendo àquela geração a responsabilidade de analisar o presente, identificando nossas dificuldades, e projetar o futuro. Entretanto, para isto não bastava “determinar uma causa [...] é preciso indicar muitas, para compreender a verdadeira”. (CARDOSO, 1981: 110)

Os ensaios de Carneiro Leão e Oliveira Vianna também são representativos acerca dos diagnósticos feitos sobre a realidade brasileira. Carneiro Leão destacava, em seu ensaio “Os deveres das novas gerações brasileiras”, que toda nação deve buscar em suas próprias forças as energias capazes de fazê-la progredir, sendo para isto necessário estudar e conhecer tais energias. Para o autor, era a educação o nosso problema básico, nossa maior necessidade – sobretudo a educação popular, apontada como necessidade vital. As questões educacionais eram por ele entendidas não como simplesmente pedagógicas, mas sim como questões nacionais, no sentido de formação da nacionalidade e do país. O Brasil necessitava de cultura física, mental, profissional, cívica, social e política.

Em “O Idealismo da Constituição”, Oliveira Vianna chama a atenção para o fato de que havia um imenso desacordo entre o idealismo do movimento de 1889 e da Constituição de 24 de fevereiro e a realidade nacional. Havia se instituído um regime democrático que derivaria, portanto, da vontade do povo manifesta pela opinião pública. Porém, segundo Vianna, tínhamos “um povo em que a “opinião pública”, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe”. Não existia um sentimento de interesse coletivo. Assim, sem organizar uma opinião pública, a democracia republicana no Brasil continuaria sendo apenas um sonho eterno.

A preocupação em se pensar a questão nacional emergiu em diferentes momentos do processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, um destes momentos ocorreu com a chamada “geração de 1870” cujo objetivo era iluminar o país através da ciência e da cultura, integrando-nos assim à civilização ocidental (OLIVEIRA, 1990). Para intelectuais como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, havia uma grande preocupação em buscar compreender o significado de ser brasileiro; tal busca seria mediada pelo instrumental cientificista das teorias evolucionistas e do darwinismo social. A nacionalidade, neste contexto, era vista como uma pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites intelectuais.¹

1 Mônica Pimenta Velloso vincula a preocupação com o significado de ser brasileiro com a busca da intelectualidade pelo “ser moderno”, fazendo uma análise acerca do modernismo brasileiro onde evidencia que a idéia de modernidade acaba por diversas vezes se imiscuindo com a construção de uma identidade nacional. Somente através da busca pela “brasilidade” o Brasil teria seu acesso aos tempos modernos assegurado. A proposta da autora é evidenciar que há muitos “sinais de modernidade” em movimentos

Durante a Primeira República, a década de 1910 representaria um momento de inflexão em que emergem novas reflexões acerca da realidade brasileira vinculadas, sobretudo, a uma conjuntura peculiar. O impacto da Primeira Guerra Mundial e a proximidade da comemoração do Centenário da Independência em 1922 funcionam como acontecimentos chave neste contexto. A guerra de 1914 traz uma nova era: a de incerteza, onde os padrões intelectuais brasileiros seriam revisados, reacendendo-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro. A comemoração do Centenário surge como momento simbólico para se fazer um balanço da situação do Brasil nos 100 anos decorridos: havíamos avançado rumo ao progresso ou regredimos?

Foi buscando responder a tais indagações que os intelectuais brasileiros se colocaram a pensar o país, objetivando propor soluções para uma nação que precisava adquirir identidade própria². Chegar-se-ia à conclusão de que a República não havia cumprido seu papel no que concerne à formação de cidadãos e de uma consciência nacional, havendo a necessidade de republicanizar o Brasil no sentido de organização de uma sociedade não identificada como democrática apenas no papel das constituições.

Educação e saúde seriam apontadas como dois elementos que faziam parte da receita de cura dos males brasileiros. Surgem, assim, diversos movimentos de caráter nacionalista que propunham soluções cuja utopia estava na construção da nação brasileira. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de lutas e a necessidade de organizar movimentos que atuariam na salvação do país buscando uma nova identidade nacional. Inúmeras seriam as associações fundadas neste contexto conforme destacaremos mais adiante.

O nacionalismo foi, sem dúvidas, uma força que mobilizou nossos intelectuais naquele contexto, lançando luz sobre os grandes problemas nacionais. Em resposta ao descontentamento em relação à República e os questionamentos acerca de nosso caráter nacional, os movimentos nacionalistas que surgem nas primeiras décadas do século XX, apresentavam um conteúdo utópico. Ao formularem um projeto de transformação da sociedade, os intelectuais ali envolvidos se colocavam como liderança da nação, representantes das camadas politicamente afônicas.³ Posicionavam-se como possuidores de uma missão social que deveria contemplar a formação de uma nação (civilizada).

A utopia de construir a nação estaria ligada ao desenvolvimento de um proces-

que antecede à famosa Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo em 1922. O modernismo brasileiro deve, desta forma, ser entendido como algo mais complexo e diversificado que a simples marcação cronológica pré e pós 1922. Sobre o tema ver Monica Pimenta Velloso. “O modernismo e a questão nacional”. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília Neves de Almeida (orgs). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Vol.1, pp. 351-386.

² Vale ressaltar que a preocupação com a identidade nacional já era alvo de discussões anteriores a este contexto. A questão identitária vinha sendo discutida desde a independência.

³ Em seu artigo “A gênese de uma Intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”, Luciano Martins busca identificar a gênese de uma intelligentsia no Brasil. Martins destaca que esta se constitui no Brasil nos anos 20 estando marcada pela busca por uma ponte entre a modernidade e a modernização; tal busca conduz nossos intelectuais ao Estado. Aqui, adotamos alguns aspectos apontados por Martins acerca da noção de Intelligentsia, porém, nos contrapomos a sua idéia de que a intelligentsia no Brasil fosse desprovida de um pensamento utópico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Número 4, vol. 2, junho de 1987, pp. 65-87.

so civilizatório que teria seus caminhos definidos de acordo com os retratos do Brasil que foram sendo elaborados. Os caminhos rumo à civilização dependiam dos projetos político-intelectuais elaborados, podendo vincular-se a temas como a erradicação do analfabetismo, ao saneamento dos sertões ou às diversas bandeiras levantadas pelos movimentos nacionalistas durante a Primeira República. Cabia, assim, aos intelectuais, o papel fundamental de delinear um perfil para a nação.

No contexto específico dos anos 1910, as noções de intelectuais e de sociabilidades tomam proporções bastante peculiares, uma vez que observamos uma efetiva proliferação de associações diversificadas que se utilizavam de uma mesma nomenclatura: LIGA.⁴ Todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de afinidades e de uma “sensibilidade ideológica ou cultural” comum – isto forma o que se chama de estrutura organizacional de sociabilidade – esta por sua vez alimenta “microclimas” em meio aos quais as atividades e comportamentos intelectuais são desenvolvidas.⁵ Rebeca. Gontijo, tomando por base as idéias de Sirinelli, traz uma interpretação pertinente acerca dos intelectuais ao pensá-los como “criadores e mediadores culturais e como atores políticos, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimentos e promoção de debates” (GONTIJO, 2003: 263).

A fundação de associações como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo tinha por objetivo dar um novo rumo ao país, solucionando os grandes problemas da pátria. A análise do contexto de fundação destas associações deixa transparecer o compartilhamento de idéias e ações, formando redes de sociabilidades que têm como foco principal o desafio de construir a Nação brasileira. Vale a pena, neste sentido, retornar a Vicente Licínio Cardoso acerca do papel da “geração nascida com a República” e o contexto dos anos de 1910-20:

Em nenhum momento, talvez, da nossa história, foi tão necessário pensar o Brasil, como atualmente. A nenhuma geração, mais que a nossa, terá cabido a responsabilidade de sustentar o primado do espírito. O momento pede atos e não palavras [...] (CARDOSO, 1981: 109)

Um ambiente cívico-nacionalista, um contexto de mobilização.

Num período em que a Guerra chama a atenção para o problema da defesa nacional e para a necessidade do fortalecimento do exército, um dos movimentos a ganhar

4 São inúmeras as referências às Ligas que se dedicavam às causas mais variadas possíveis. Através das pesquisas no periódico “A Noite” foi possível fazer um breve levantamento de algumas dessas denominações entre os anos de 1915 e 1922. Para mencionarmos algumas, além das já identificadas no texto, temos a Liga Brasileira Contra a Tuberculose, Liga Federal de Empregados em Padarias, Liga do Comércio, Liga Monárquica, Liga Marítima, Liga dos Proprietários, Liga Pedagógica do Ensino Secundário, Liga dos Professores, Liga Internacional de Assistência aos Animais, Liga dos Inquilinos e Consumidores, Liga pela Moralidade ou Liga pela Moral, Liga dos Vinte e Um, Liga Vermelha (contra a carestia da vida) Liga Nacional Contra o Alcoolismo e Liga Eugênica Contra o Fumo.

5 Esta dupla acepção de sociabilidade (rede organizacional e “microclima”) é elaborada por Sirinelle.

maior destaque foi a campanha empreendida por Olavo Bilac em favor do serviço militar obrigatório que teria como culminância a fundação da Liga de Defesa Nacional em 1916, preocupada com a formação de uma consciência nacional que seria obtida através do serviço militar e da educação cívico-patriótica.

Segundo José Murilo de Carvalho, no Império e na passagem para a República evidenciou-se uma dualidade no serviço militar. Este fato estava relacionado, sobretudo, à questão do recrutamento militar uma vez que o recrutamento de oficiais destinava-se às classes altas e o recrutamento de praças às classes baixas (CARVALHO, 1977: 183-234). Até 1916, o recrutamento de praças era feito apenas nos grupos sociais de baixa renda. De acordo com decreto de 1835, de voluntário, o recrutamento poderia ser forçado e, mesmo com a aprovação de uma lei que estabelecia o alistamento universal e o sorteio militar em 1874, este só ocorria entre os pobres, continuando a ser feito a laço. Em 1908, o então ministro da Guerra de Afonso Pena consegue aprovar a lei do sorteio militar e tornar obrigatória a instrução militar em colégios secundários. No entanto, assim como a lei de 1874, esta não pegou.

Foi com o objetivo de alterar esta situação que se iniciou uma intensa campanha liderada por jovens oficiais que haviam estagiado no exército alemão entre 1906-12 e que ficariam conhecidos como jovens turcos. Em 1913, este grupo cria a revista *A Defesa Nacional*, visando a divulgar os conhecimentos adquiridos: sistema de treinamento, educação militar, defesa nacional e a luta por novas medidas como o sorteio militar. Das idéias trazidas com a experiência no exército alemão, a de maior impacto foi a política de defesa nacional – em contraposição à noção anterior de proteção às fronteiras do sul e sudoeste – à medida que apresentava uma noção moderna, incluindo a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos. Este grupo de jovens oficiais promoveu, por meio da Revista *A Defesa Nacional*, uma campanha em favor da modernização do exército, tendo como ponto de partida o serviço militar obrigatório, entendendo que o sorteio universal era a solução para os problemas enfrentados pelo exército em relação ao recrutamento que vinha sendo realizado e que acabava por marginalizar a instituição.

Em 1915, o grupo já contaria com o apoio de Olavo Bilac em uma campanha pela defesa do sorteio militar, acreditando que desta forma se colocaria fim no divórcio entre o exército e o povo, uma vez que o exército nacional seria o próprio povo e a essência da nacionalidade. É nesse ambiente que, idealizada por Pedro Lessa e Miguel Calmon, a Liga de Defesa Nacional é criada em 07 de setembro de 1916 em reunião solene realizada no salão nobre da Biblioteca Nacional contando com o apoio de diversas camadas da sociedade (já neste ano foi realizado o primeiro sorteio militar de acordo com a lei).⁶

O Presidente da Liga de Defesa Nacional seria sempre o Presidente da República. Um Diretório Central composto por 50 personalidades deveria ser o cérebro da Liga; dentre estes 50 membros eram escolhidos um presidente, onze vice-presidentes, uma Comissão Executiva e um Conselho Fiscal. Dentre as atribuições que cabiam ao Diretório Central estava a nomeação de Diretórios Regionais. O objetivo central da Liga de Defesa Nacional, de acordo com seus estatutos, era “congregar os sentimentos patri-

6 A Guarda Nacional seria extinta em 1918, pondo fim à dualidade do serviço militar. Uma missão francesa, chegada em 1920, viria a complementar o trabalho dos “jovens turcos”, produzindo efeitos na organização do exército e na educação militar.

óticos dos brasileiros de todas as classes” difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo”.

O fim último da instituição, segundo Leila Capella, era a integridade nacional e esta integridade seria obtida por meio de dois movimentos: de um lado, a busca de todas as adesões possíveis através de uma ampla campanha de educação cívica complementada pela instrução militar, de outro, o combate a tudo que não pudesse ser integrado à nação que se idealizava. Dentre estes indesejáveis estariam os mestiços, os vagabundos e os analfabetos. Daí derivavam suas propostas de ação que, conforme constam em seus estatutos, deveriam promover: a propagação da educação popular e profissional; a difusão da educação cívica em todas as escolas (civis, militares ou religiosas), nos lares, oficinas, corporações e associações; defesa do trabalho nacional, da lavoura, da indústria, do comércio, das ciências e das artes (interessando-se por todas as questões que importariam à prosperidade, segurança e dignidade do país); o desenvolvimento do civismo; a fundação e sustentação de associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; apoio à execução de leis de preparo e organização militar; aconselhar e facilitar a instrução militar; além do combate ao analfabetismo, ao alcoolismo e à vagabundagem (CAPELLA, 1985: 235-239).

Neste contexto de intensa mobilização nacionalista, Olavo Bilac foi, sem dúvida, um dos maiores entusiastas dos movimentos que emergiram durante a primeira década do século XX. Seu ideário viria a permear diversos destes movimentos, estando o poeta envolvido também na fundação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Bilac representa apenas um dos muitos intelectuais ou homens de letras que compartilhavam da preocupação fundamental que era identificar os grandes problemas nacionais e buscar soluções para tais problemas. Tais intelectuais estariam presentes em diversas Ligas, enquanto formuladores de propostas e como atores efetivos de campanhas que visavam a mobilizar a sociedade, evidenciando uma rede de sociabilidades que era tecida por valores compartilhados dentro de cada movimento e entre as diversas Ligas fundadas.

A defesa nacional que dava nome à Liga fundada em 07 de setembro de 1916 era definida por Olavo Bilac como sendo:

Tudo para a nação [...] É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria e o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade. (CAPELLA, 1985: 237)

Como podemos notar, nada escapa ao conceito de defesa nacional formulado por Bilac; a noção de defesa nacional, sob este ponto de vista, representaria a própria nação, uma vez que envolvia praticamente todos os aspectos sociais desde a economia, a educação, a filosofia, passando pela política, a família, a história, a guerra, a paz etc. Nessa intensa luta do exército para tornar-se uma organização nacional e capaz de executar a Defesa Nacional em seu sentido mais amplo, José Murilo de Carvalho destaca a idéia de soldado-cidadão, cujo objetivo principal era promover uma abertura da sociedade

ao exército, servindo como ideologia para intervenções militares. A idéia de soldadocidadão estaria diretamente relacionada com uma identificação Exército-Nação, constituindo, desta maneira, uma força nacional que seria de suma importância para solucionar os problemas nacionais.

O contexto do pós-guerra representava, portanto, um período de transformações sociais que permitiu o surgimento de aliados das forças armadas, assim como fez emergir um engajamento social em torno de temas centrais como defesa nacional, educação, saúde, voto e representação, civismo, dentre tantos outros – expressão disto foi o surgimento de Ligas como a de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista do Brasil e as Ligas Nacionalistas estaduais.

Fundada em 1917, a Liga Nacionalista de São Paulo teve uma atuação marcante, defendendo propósitos semelhantes aos da Liga de Defesa Nacional. Dentre seus objetivos destacamos, entre outros, a luta pela defesa nacional, o desenvolvimento da educação cívica, da educação primária e profissional, o escotismo, as linhas de tiro e o preparo militar, além de um aspecto peculiar relativo à questão do voto e da representação. Para os membros da Liga Nacionalista, a educação tinha ligações estreitas com a política, uma vez que o Art. 70, § 2º da Constituição Federal proibia ao analfabeto manifestar vontade política. O que se pretendia, portanto, era corrigir as distorções do sistema político, combatendo a “abstenção eleitoral bem como todas as fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto” (NAGLE, 2001: 70), uma vez que, somente a partir de uma campanha em prol da alfabetização permitir-se-ia que maior parte da população gozasse de direitos políticos. Ao lado da difusão do ensino estava, conseqüentemente, o estímulo ao alistamento eleitoral.

O combate ao analfabetismo se fazia fundamental para os membros da Liga Nacionalista de São Paulo uma vez que, em razão da enorme porcentagem dos que não sabiam ler e escrever, “a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria insignificante que fala, vota e determina” (NAGLE, 2001: 70). A defesa do voto obrigatório e secreto também seria uma das mais importantes bandeiras defendidas pela Liga Nacionalista:

O exercício do voto é de fato o remédio único e eficaz para a debelação dos males terríveis e antigos que afligem o País, e de que inércia popular foi a causadora inconsciente [...]

O voto obrigatório e secreto, devidamente garantidos, farão a reabilitação do regime liberal no Brasil, iniciando uma era de ressurgimento cívico, promovendo a formação da consciência nacional e tornando uma verdade o regime democrático, isto é, o governo do povo, pelo povo e para o povo. (NAGLE, 2001: 71)

Em sua interpretação sobre a Liga Nacionalista, ao estabelecer uma ligação entre a escolarização e problemas de natureza política, Jorge Nagle destaca a convergência dos objetivos desta Liga e os ideais de representação política de movimentos revolucionários como o de 05 de julho de 1924, que contou com o envolvimento de alguns de seus mem-

bros. Para Nagle, o ideário da Liga Nacionalista teria continuidade com a participação de seus principais representantes na criação do Partido Democrático de São Paulo em 1926.

Neste contexto marcado pela diversidade de proposta e projetos para regenerar a Nação, um terceiro movimento nacionalista seria organizado em torno da revista *Brazílea*, fundada em 1917 por Álvaro Bomilcar e Arnaldo Damasceno, contando ainda com a colaboração de Jackson de Figueiredo. A revista *Brazílea* viria reforçar a importância da difusão da escola primária e do ensino cívico que serviriam como base da nacionalidade. Além disto, destaca-se em seu programa a manutenção da religião católica, marcando desde já um compromisso com o catolicismo – esta escolarização, comprometida com as exigências do catolicismo, com o passar do tempo representaria a defesa do ensino religioso nas escolas⁷ – a libertação do meio intelectual dos valores portugueses, a nacionalização do comércio e da imprensa, a valorização do mestiço e a crítica à hegemonia paulista. Perseguindo tais intuitos, este grupo de intelectuais viria a fundar, em 1919, a Propaganda Nativista, uma associação que deveria se ramificar por todos os Estados defendendo o lema “O Brasil para os brasileiros”, organizando o estudo das “coisas brasileiras” e visando mostrar a melhor orientação para conservar a República e a ordem (NAGLE, 2001: 73).

Em 1920, o grupo funda a Ação Social Nacionalista, tendo como novo órgão publicitário o panfleto *Gil Blas*. Mantinha-se a preocupação com a emancipação do Brasil, valorizando tudo o que é brasileiro, propagando o civismo e congregando todos os brasileiros natos. O que nos chama atenção neste terceiro movimento ora analisado é a presença de um compromisso com o catolicismo (apesar de o grupo proclamar a ausência de fins religiosos em seu programa de atuação) e a defesa do autoritarismo em oposição a idéias do liberalismo político, num esforço pela integração entre civismo e religião.

Conforme afirmamos anteriormente, ao lado da educação, a saúde também seria um dos grandes problemas nacionais a serem contemplados pelos projetos elaborados durante a década de 1910. Neste sentido, um movimento em favor das questões sanitárias ganharia destaque, tendo como marco a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 11 de fevereiro de 1918 e a estruturação da campanha pelo saneamento rural. Através da saúde, seria possível curar e civilizar o Brasil, expurgando fatores indesejáveis para a construção da Nação.

De acordo com Nara Britto, foi a partir de um pronunciamento de Miguel Pereira – catedrático da Faculdade de Medicina – durante um jantar em homenagem ao cientista Carlos Chagas em 1916, que teve início uma fase patriótica do movimento higienista no Brasil. Ao se referir de forma metafórica às condições de saúde do país, Pereira utilizou a emblemática frase: “o Brasil é um imenso hospital”. O referido discurso teria sensibilizado Belisário Pena para a idéia de organizar uma campanha pública pelo saneamento rural, sendo responsável também por sua filiação a várias entidades nacionalistas

7 No interior deste grupo, desenvolveu-se um movimento católico que teve como órgão a revista *A ordem* e como organização o Centro Dom Vital fundado em 1922, tendo Jackson Figueiredo como uma de suas principais lideranças. Este movimento católico teve como ponto de partida a carta pastoral escrita por Dom Sebastião Leme em 1916, que apontava a ausência da instrução religiosa como uma das principais causas dos males que afligiam a nação. Ver S. Mainwaring. “A igreja da neocristandade” In: **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

da época, como a Liga de Defesa Nacional, a Liga contra o Analfabetismo e a Sociedade de Eugenia de São Paulo (BRITTO, 1995: 9).

O movimento higienista ganhou fôlego a partir de 1916 com publicação de um relatório referente à expedição feita por Belisário Pena e Artur Neiva em 1912 ao interior do Brasil percorrendo as regiões nordeste e centro-oeste do país. Este relatório causaria impacto profundo no meio intelectual e político ao evidenciar quão catastrófico eram o quadro sanitário e as condições de vida no Brasil. Estava-se diante de uma população abandonada e esquecida. Belisário Penna e Arthur Neiva ressaltavam “o contraste entre o que observaram e a retórica romântica sobre o caboclo e o sertanejo, descrevendo o povo como ignorante, abandonado, isolado [...] tradicionalista e refratário do progresso” (HOCHMAN, 1998: 67). Este quadro de isolamento seria o responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional. Vinculava-se, assim, a constituição da nacionalidade à superação das doenças endêmicas.

O Jeca Tatu, imortalizado pelos contos de Monteiro Lobato, é um exemplo ímpar da representação de um povo preguiçoso e doente que necessitava da intervenção médica para se transformar. O primeiro conto em que Monteiro Lobato nos apresenta o personagem Jeca Tatu, um indivíduo preguiçoso por natureza, se chama “Urupês” e foi publicado em 23 de dezembro de 1914 no jornal *O Estado de São Paulo*. Um segundo texto denominado “Jeca Tatu, a ressurreição” seria editado em numa série de artigos publicados em 1918, também em *O Estado de São Paulo*, tendo como epígrafe “O Jeca não é assim: está assim”⁸. Este segundo conto de Lobato evidencia uma verdadeira ressurreição do caboclo através da intervenção médica. A chegada de um doutor à casinha de sapê onde residia Jeca Tatu modifica toda a história. O caboclo não era um preguiçoso por natureza; estava doente (sofria de anquilostomíase). Diagnosticava-se a existência de um povo doente, mas afirmava-se a possibilidade de recuperá-lo pelas ações da higiene e do saneamento, fundamentadas no conhecimento médico e que deveriam ser implementadas pelas autoridades públicas.

A Liga Pró Saneamento do Brasil contaria com o apoio de muitos intelectuais que se dedicariam a fazer palestras, propaganda e apresentação de dados sobre o quadro sanitário brasileiro. O objetivo principal da Liga era a criação de uma agência pública de âmbito federal que uniformizasse o serviço de saúde em todo o território nacional. Tal propósito visava, sobretudo, a superar os limites impostos pela Constituição de 1891 que restringia a ação da União na área da saúde pública ao Distrito Federal e aos portos. O movimento sanitarista atestaria a incompetência dos estados para tratar da saúde e do saneamento, apontando a necessidade de penetração do poder central em todo o território nacional com a uniformização/centralização dos serviços sanitários. (HOCHMAN, 1998: 82)

Em suas considerações sobre o movimento sanitarista, Gilberto Hochman traz um importante argumento acerca do contexto que estamos analisando. Hochman afirma que as políticas públicas no Brasil da Primeira República tiveram papel fundamental no aumento da capacidade do Estado de intervir sobre o território nacional. O movimento

⁸ “Urupês” foi publicado em 23/12/1914 em **O Estado de São Paulo** e “Jeca Tatu, a ressurreição” é um artigo que compõe **O Problema Vital**, obra de 1918 em que Monteiro Lobato reuniu uma série de 14 artigos veiculados pelo jornal **O Estado de São Paulo**.

sanitarista buscou, por meio de uma intensa campanha, convencer a sociedade de que os sertões eram uma ameaça, havendo a necessidade urgente de se transferir as responsabilidades com a saúde e o saneamento para o poder central. Foram criadas diversas instituições que contemplassem tal objetivo. Como um dos desdobramentos da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1919, seria criado pelo governo federal o Departamento Nacional de Saúde Pública que centralizaria as ações da saúde pública em todo o país (HOCHMAN, 1993: 40-61).

O que Gilberto Hochman está evidenciando é a centralidade assumida pelas políticas de saúde e saneamento no processo de construção do Estado nacional durante a Primeira República. Hochman afirma que a dominação oligárquica não foi um obstáculo à centralização e intervenção estatal, mas sim algo compatível com este processo.

Há que se considerar, portanto, a complexidade dos movimentos que emergem no Brasil pré-1930. Estes movimentos demonstram preocupação central em pensar a Nação e o brasileiro e se manifestavam através da elaboração de projetos variados envolvendo educadores, higienistas, militares, católicos etc. Todos impregnados por uma reflexão que passaria a permear as primeiras décadas do século XX e que envolvia os rumos que a Nação deveria tomar.

Em meio a este contexto, em 1915 é fundada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Desde o final do século XIX, paulatinamente, a escola – imagem de novos tempos, tempos de civilização – ia sendo colocada como peça central na formação das gerações vindouras. Ao lado da saúde, a educação era o nosso problema básico e a solução para este problema estava relacionada à construção da nação, sendo apontada como estratégia civilizatória. A formação de um povo civilizado/ordeiro estava vinculada ao destino da pátria. Para os intelectuais fundadores das diversas Ligas que analisamos, a instrução direcionava para transformações na sociedade, estando de acordo com os processos modernos.

Fundada em 21 de abril⁹ na cidade do Rio de Janeiro, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo reuniria homens de letras, médicos, advogados, militares e diversos outros setores da sociedade com o propósito de atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, e, sobretudo, junto à população, para que se pudesse comemorar o centenário da Independência em 1922 declarando o Brasil livre do analfabetismo. Para isto, iniciou uma ampla propaganda de combate ao analfabetismo, chamando a população a atuar em cursos noturnos e exigindo dos governos a obrigatoriedade do ensino primário, que só seria alcançada em 1934. A chamada feita à população brasileira visando a declarar guerra ao analfabetismo atingiu muitos estados. Para se ter uma idéia, entre

9 A primeira diretoria da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que atuou entre os anos de 1915-1922 seria composta pelos seguintes nomes: Presidente: Dr. Antonio Ennes de Souza; 1º Vice-Presidente: Vicente Neiva; 2º Vice-Presidente: Professora educadora Maria do Nascimento Reis Santos; 3º Vice-Presidente: Dr. Homero Batista; Secretário Geral: Major Raimundo Pinto Seidl; 1º Secretário: Edgard Ribas Carneiro; 2º Secretário: Francisco Pinto Seidl; Tesoureiro: Dr. Julio da Fontoura Guedes. Fichas de declaração de adesão seriam enviadas aos associados cujas contribuições não poderiam ser menores que 500 réis, aceitando-se ainda qualquer outra oferta de artigos escolares ou serviços didáticos. Solicitar-se-ia também apoio da corporação legislativa na aprovação de projetos que contemplassem os propósitos do movimento então fundado. Aos redatores dos jornais, pedia-se um espaço (diária ou semanalmente) para a propaganda do lema de combate ao analfabetismo.

1915 e 1922 foram fundadas seções da Liga Contra o Analfabetismo em 20 estados brasileiros¹⁰.

A mobilização empreendida pela referida Liga foi intensa, coordenando ações sociais de combate ao analfabetismo, incentivando a população a exigir soluções para os problemas educacionais e chamando-a a apoiar a campanha pela difusão do ensino elementar. Diversas foram as instituições que passaram a divulgar o lema “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”, símbolo da propaganda de ação da Liga.

O desafio era imenso em 1915 e é ainda contemporâneo. Embora a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo não tenha conseguido atingir seu propósito maior – comemorar o Centenário da Independência diante de um povo livre do analfabetismo – sua atuação foi extremamente relevante ao engajar a sociedade brasileira na fundação de cursos noturnos, escolas primárias ou através dos múltiplos auxílios vindos das mais variadas instituições (lojas maçônicas, igrejas, imprensa) que visavam a melhor instrução dos brasileiros. Além disto, suas ações e idéias compartilhadas com outras instituições e com a população brasileira trouxeram à tona, durante a Primeira República, questões fundamentais que seriam retomadas posteriormente, como a necessária centralização das ações educacionais e a intervenção do governo federal no que se definia como o grande problema da Nação.

Entretanto, muito ainda tinha que ser feito para melhorar a educação no país, uma vez que não havia, naquele momento, uma organização efetiva em âmbito nacional para tratar das questões educacionais e o país continuaria com números alarmantes de analfabetos (NOFUENTES, 2008).

É relevante destacar ainda que as ações empreendidas pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e pelas Ligas estaduais não visavam a eximir a responsabilidade do Estado com a educação; exigia-se mesmo a intervenção deste na decretação do ensino primário obrigatório e na organização nacional para um ensino de qualidade.

Através da análise aqui realizada, objetivamos ressaltar que as diversas Ligas fundadas durante os anos de 1910-20 ainda têm muito a nos revelar acerca da história e da mobilização social neste país. O contexto dos anos 1910 e os movimentos que ali emergem são ainda pouco explorados; novas abordagens devem ser consideradas, novos caminhos traçados e percorridos buscando definir a Primeira República como um momento estratégico na história deste país, momento caracterizado pelo engajamento, mobilização e reflexão sobre os rumos a serem tomados, almejando a construção da Nação.

BIBLIOGRAFIA

BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1995.

10 Ligas Estaduais contra o Analfabetismo foram fundadas nos seguintes estados: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- CAPELLA, Leila Maria Correa. *As malhas de aço do tecido social: a revista "A Defesa Nacional" e o serviço militar obrigatório*. 1985. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História da República (Idéias, Crenças e Afirmações)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, Tomo II, 2v (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 8).
- CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: FAUSTO, BORIS (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, Tomo III, vol. 2.
- GONTIJO, Rebeca. *História, cultura, política e sociabilidade intelectual*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Editora HUCITEC - ANPOCS, 1998.
- _____. "Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1993.
- MAINWARING, Scott P: *A igreja da neocrisandade*. In: *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2a. Edição. Rio de Janeiro, DP&A, 2001 (1ª Edição 1974).
- NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um desafio do tamanho da Nação: a campanha da Liga Brasileira contra o analfabetismo (1915-1922)*. 2008. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Editora FGV/UFRJ, 1996.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves de Almeida (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 1.

Retratos da modernidade: os grupos escolares de Sergipe como ícones da modernidade

Resumo

Mestre em Educação
(NPGED-UFS).
magnohistoria@gmail.com

Buscar os ecos de um tempo perdido. Aventurar-se pela arriscada trama da memória, lendo os espaços e desnudando a arquitetura em múltiplos discursos. Esta é a proposta desse estudo. No alvorecer do século XX, em Sergipe, os republicanos buscaram redefinir os traços das principais cidades do estado, embelezando-as e dotando-as de construções imponentes. O objetivo deste artigo é compreender o discurso dos grupos escolares criados em Sergipe entre 1911 e 1926. Realizamos uma análise acerca do processo de implantação desse modelo de instituição por meio de documentos escritos e iconográficos e dos aspectos que intervieram nesse processo. Assim eclodiram os monumentos que embelezaram as cidades sergipanas e tentaram forjar uma identidade republicana respaldada pelo processo civilizatório.

Palavras-chave: História da Educação, arquitetura escolar, grupo escolar

Abstract

Search the echoes of a lost time. Venturing into the risky plot of memory, reading spaces and highlight the architecture in multiple discourses. This is the purpose of this study. At the dawn of the twentieth century in Sergipe, the Republicans sought to redefine the lines of the main cities of the state, embellishing them and providing them with imposing buildings. It was the face of modernity entering the smallest state in the country. The aim of this paper is to understand the speech of school groups in Sergipe created between 1911 and 1926. Therefore, analysis was performed on the process of implementing this type of institution and of the aspects involved in this process. Once hatched the monuments that embellish the cities of Sergipe and tried to forge an identity Republican backed by the civilizing process.

Enviado em 31 de agosto de 2009
e aprovado em 29 de setembro de
2009.

Keywords: History of Education, school architecture, school group

O homem faz a história ao longo do tempo vivido deixando marcas, sinais de sua passagem, indícios que um dia podem auxiliar os pesquisadores a desvendarem os mistérios que encobriram a época em que viveu. Sem tais sinais, o historiador não tem como agir, como perscrutar sobre o passado vivido. O investigador do passado precisa da matéria-prima para executar sua missão de analisar as investidas da sociedade ao longo do tempo, ele necessita das pistas que a sociedade produziu e deixou, intencionalmente ou não para serem delegadas ao futuro.

Aventurar-se pelo tempo é um dos convites impregnados no ofício do historiador. Todavia, é do saber do historiador que o passado em si é algo perdido no tempo, um bem precioso intangível. Para tentar entender o passado da humanidade é preciso encontrar os sinais produzidos por essa sociedade, compreender os seus múltiplos sentidos, a simbiose entre as questões do tempo vivenciado pelo pesquisador e os problemas concernentes ao tempo estudado. Na perspectiva dos intelectuais do movimento dos *Annales*, a História é a filha de seu tempo, ou seja, o historiador estuda no passado aquilo que o incomoda no presente. O historiador francês Marc Bloch sintetiza a relação do pesquisador com o passado.

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles, no presente, deve ser um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparelhadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga ou recente, o que entendemos efetivamente por documentos senão um vestígio, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar? (BLOCH, 2001: 73).

Sem vestígios que remetam o historiador ao tempo passado não há como realizar os estudos acerca do mesmo. O historiador é dependente das fontes deixadas pela sociedade para compreender os episódios ocorridos ao longo do tempo. Nas últimas décadas o leque documental do historiador foi ampliado. Na ânsia de compreender um universo investigativo de amplitudes nunca visto antes, com novos enfoques, problemas e temáticas, os investigadores se viram obrigados a ampliar seu arsenal de fontes na tentativa de reconstituir cenários e episódios mais próximos do vivido sem deixar de possuir o caráter dinâmico da sociedade, os cheiros, as cores e os sabores das épocas remotas. Se a história fala privilegiadamente dos mortos, a cena se reconstitui abordando a vida.

Com isso, essa investigação enfoca as representações dos grupos escolares na sociedade sergipana do início do século XX. A partir da análise de registros documentais escritos (legislação, relatórios, mensagens e discursos) e fotográficos se tornou possível estabelecer uma tentativa de reconstituir os diferentes discursos a respeito desse importante modelo de instituição escolar.

Em relação aos primeiros grupos escolares criados em Sergipe no limiar da Primeira República, mais especificamente entre os anos de 1911 e 1926, uma fonte privilegiada deixada pelos sujeitos dessa época foram as fotografias, ou seja, tentativas de registro das diferentes cidades sergipanas que evidenciavam os monumentos arquitetônicos que eclodiam em diferentes localidades.

As duas novidades se espalhavam pelo menor estado brasileiro como ícones de

uma modernidade que estava sendo edificada paulatinamente nas principais cidades. Eram sinais da criação de uma memória visual, de uma linguagem estética destinada à população, com propósitos de emocionar e delegar ao futuro a imagem do progresso vivenciado naquele momento. Os grupos escolares não eram apresentados à sociedade sergipana exclusivamente por meio de mensagens e da presença dos prédios nas ruas centrais da cidade. Eles também eram exibidos por meio de fotografias que viajavam por várias cidades do país, mostrando a modernidade que estava sendo edificada em Sergipe.

Um Quartel Infantil

Certamente a metáfora que mais deteve força nos discursos a respeito dos grupos escolares em Sergipe foi a de quartel. A perspectiva militarizada da educação prevaleceu no período de difusão dos monumentais prédios escolares pelos principais municípios do estado. Em diferentes ocasiões a realidade educacional dos grupos escolares era aproximada da rotina dos quartéis, fosse metaforicamente, fosse empiricamente. As duas instituições estavam em constante diálogo.

O enveredar do século XX foi marcado em Sergipe pela militarização da infância. As crianças deveriam ser preparadas para a civilização e para a guerra. Era na escola que as crianças aprenderiam a amar o país em que viviam e também na escola se preparariam para se tornarem defensoras do futuro da pátria. O imaginário republicano deu atenção especial para a infância como sinônimo do futuro do Brasil. Pelas propostas de ensino atribuídas aos grupos escolares, o futuro da nação brasileira era promissor, mas precisava aumentar o número de escolas para que o ingresso do Brasil no mundo civilizado não tardasse.

Para compreender o universo educacional de Sergipe nos três primeiros decênios do século XX é preciso adentrar a seara da memória, inquirir as representações sobre os grupos escolares e os modos de apropriação. A escola antes de ser edificada era pensada e a ela eram atribuídas determinadas finalidades, que geralmente extrapolavam os limites do ensinar/aprender. A concepção de escola no primeiro quartel do século XX era ampla e englobava sentidos oriundos de diferentes instituições públicas, inclusive, do exército.

Navegar pelo oceano turbulento do passado educacional sergipano incumbe em se dispor a confrontar com modelos de escolas que possuíam uma infinda quantidade de objetivos. Ensinar ia além de preparar os alunos para ler, escrever e calcular. No início do século XX a escola tinha também como missão civilizar a sociedade brasileira sob o viés patriótico. Os grupos escolares, com seus prédios monumentais que eclodiam nas ruas e praças centrais das principais cidades do estado faziam parte dessa conjuntura. Eram instituições nas quais a pátria deveria ser cultuada, idolatrada. Neste ensejo, as professoras das referidas instituições eram convocadas como as musas ou sacerdotisas que atuavam nos famigerados templos da sabedoria. Elas eram as responsáveis por propiciar, por despertar no aluno o amor patriótico, o sentimento nacionalista. A escola era um dos caminhos para preparar os futuros soldados da nação.

Pode-se questionar o intuito de tamanha azáfama em constituir novos soldados

ainda na infância, nos harmoniosos grupos escolares. Afinal, o que estava ocorrendo que causava tanto desespero na formação de um exército desde a mais tenra infância? Por que tanta ênfase em moldar os corpos e dotar os alunos de obediência, agilidade e patriotismo?

Para entender tais motivações é preciso ir além das paredes dos grupos. Torna-se necessário empreender a leitura do contexto social em que os grupos escolares foram criados em Sergipe. A difusão da escola graduada em Sergipe ocorreu no período de tensões mundiais de proporções nunca vistas antes. O período que demarcou o ápice da construção de edifícios suntuosos pelo estado foi também a época de tragédias que mudaram o modo de enxergar o mundo. Trata-se do período entre guerras¹. As ressonâncias da guerra adentraram o cotidiano escolar e determinaram as práticas educativas, com o fortalecimento das preleções nacionalistas e destaque para as aulas de ginástica. A nação brasileira deveria ser constituída de modo abrupto, forjando-se uma nacionalidade e unidade nacional.

A proximidade entre a escola e o universo de preparação da defesa nacional aparece em inúmeros momentos na documentação oficial. As autoridades faziam questão de evidenciar que os grupos escolares deveriam funcionar como pequenos quartéis nos quais se modelariam os corpos e a moral da mocidade estudantil de Sergipe. Um dos grandes entusiastas dessa perspectiva educacional era o engenheiro Firmo Freire, que teve seu período de maior influência na arquitetura escolar sergipana na segunda década do século XX. Em seu pronunciamento ele destacou o imaginário republicano a respeito da missão do professor e sua proposta de escola:

Terminados os trabalhos de construção, cabe ao professor primário a missão beneficente de ministrar o ensino à mocidade sergipana. A instrução primária tem importância primacial na constituição das nacionalidades e é na instrução primária que está a força das democracias (FREIRE, 10-07-1917: 02).

Como se pode perceber, o engenheiro buscou reforçar a missão atribuída aos professores de construir a democracia do país por meio da alfabetização da infância sergipana. Ele deixa evidente que existia uma idéia de continuidade entre as atividades dos engenheiros educacionais e dos professores, pois os dois seriam os responsáveis pela modernização pedagógica do Brasil. O imaginário republicano estava intrinsecamente conectado ao universo dos grupos escolares, com o fortalecimento da democracia e do nacionalismo patriótico. Contudo, Firmo Freire também enfatizou os aspectos do nacionalismo que deveria ser o alvo principal das aulas ministradas nos grupos escolares de Sergipe.

1 Os grupos escolares em Sergipe foram implantados com estilos grandiosos entre 1911 e 1926. Nessa mesma época ocorreu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que deixou o mundo atordoado, com medo de novos conflitos, principalmente, pelo elevado número de vítimas grassadas pelas máquinas mortíferas. Após o conflito mundial a tensão não foi reduzida, pois havia o perigo da eclosão de um novo conflito, como veio a ocorrer entre 1939 e 1945. Sobre o período em questão pode ser discutida a obra de Eric Hobsbawm (1995).

A escola primária é, por assim dizer, o primeiro passo para a organização da nossa defesa, porque a instrução primaria é o hymno sabido de cór, é o dever aprendido. Precisamos auxiliar a nossa nacionalidade, consequentemente precisamos ensinar a ler e contar, precisamos implantar no coração dos moços o mappa do Brasil, se quizermos estimular o sacrifício da vida na fronteira (FREIRE, 10-07-1917: 02).

O pronunciamento de Firmo Freire é elucidativo a respeito das questões atinentes ao patriotismo nos grupos escolares. O aluno ao dirigir-se à escola não iria apenas aprender a ler, escrever e contar, mas também a defender e honrar sua pátria. A nação brasileira seria consolidada entre as paredes majestosas dos grupos escolares. A defesa nacional teria sua preparação iniciada nas escolas primárias, com o ensino da história e corografia² nacional e apego aos símbolos nacionais. Um dos propósitos explícitos das escolas primárias era formar soldados capazes de se sacrificarem em prol da defesa da nação brasileira e para isso era necessário fortalecer os laços identitários, forjar uma história e geografia comuns, desenhar um patriotismo nos moldes republicanos.

Criar uma nação não é tarefa fácil e certamente foi árduo desenvolver o sentimento patriótico da sociedade brasileira. Um dos caminhos apontados pelo engenheiro do Departamento de Instrução Pública de Sergipe foi o da História. As preleções deveriam se tornar um palco no qual desfilariam os heróis que construíram a nação brasileira. Pautada na pedagogia moderna, os grupos escolares deveriam servir como as casas em que seriam cultuados os líderes que se sacrificaram pelo país. Assim, no entender de Freire, “aqui se deverá fazer o culto dos nossos grandes homens, dos nossos heróis, da nossa bandeira. Aqui devemos aprimorar as [sic] bons sentimentos” (FREIRE, 10-07-1917: 02).

A escola deveria ser militarizada e a arquitetura certamente sofreu influência de tal pressuposto, tendo em vista que o próprio engenheiro a defendia. Foi na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim que o engenheiro discursou enfatizando a metáfora de quartel para os grupos escolares. Ele alegou que a escola deveria ser um espaço destinado à formação dos soldados, pois com a proposta pedagógica patriótica preparariam sujeitos capazes de defender a nação. Ele incitou que esse seria o papel da escola moderna.

Modernamente sua escola é um quartel, perdoe-me todos a comparação, e note-se que o recíproco é sempre uma verdade – o quartel sempre é uma escola. Aliás, soldado não é simplesmente quem veste a farda, nós os militares profissionais seremos os commandantes eventuaes dos

2 Desde o século XIX a disciplina corografia era lecionada nas escolas brasileiras. As discussões não apresentavam somente as discussões do campo da geografia, mas também temas atinentes à História. As corografias tiveram seu período áureo em Sergipe entre o final do século XIX e início do XX, com as publicações de obras que discutiam os aspectos geo-históricos sergipano. Sobre os livros didáticos de geografia e corografia de Sergipe Vera Maria dos Santos (2004) realizou uma instigante análise que remete desde o final do século XIX até a década de 60 do século XX.

brasileiros. Fundamentalmente soldado é todo indivíduo que está em condições de defender sua pátria (FREIRE, 10-07-1917: 02).

A comparação realizada por Firmo Freire no ato da inauguração denota os aspectos do imaginário republicano e a tentativa de constituir uma proximidade entre a escola e o quartel. Podemos questionar se o intuito dos militares, classe na qual se incluíam o general Valadão e o engenheiro Firmo Freire, era de aproximar o cotidiano escolar da rotina extenuante e austera dos quartéis, ou simplesmente tornar os quartéis condignos da esfera educacional. A primeira assertiva é a mais plausível, pois o engenheiro tentou edificar grupos que possuíam uma estrutura arquitetônica semelhante a dos quartéis.

O rigor das escolas e a racionalização do tempo e do espaço eram atribuições que já vinham sendo despertadas nos quartéis e prisões, mas tardiamente chegavam às escolas primárias com a inserção dos grupos escolares. Era preciso domar os sujeitos e banir os maus-costumes, criando-se corpos dóceis³ e que reagiam aos sons das sinetas, e aos comandos dos professores. As salas passaram a ter seu traçado perene, com filas de cadeiras duplas com alunos hierarquizados por séries e idade, sob o olhar perscrutador dos mestres. A hierarquização dos poderes na escola foi também um elemento que aproximou a rotina escolar das prisões e quartéis.

Vislumbrar os embaraços da hierarquização do processo de vigilância e punição nos grupos escolares sergipanos é salutar. Para entender a racionalização das linhas arquitetônicas dos prédios escolares é preciso ir além da interpretação dos estilos e das técnicas de construção. Os prédios podem traduzir anseios que extrapolam os limites da arte e do individualismo. A modernidade seria engendrada não somente por meio de edifícios imponentes que se impunham na paisagem dos principais núcleos urbanos do estado. Ela também se dava por meio da racionalização das linhas, da mecanização dos corpos, da vigilância, enfim, da criação de uma sistematização que propiciasse o controle total da infância. Ser cidadão patriótico significava mais do que ir aos campos de batalhas lutar pela nação. Era preciso também travar uma luta interna contra os maus-costumes e os vícios que entravavam a marcha brasileira rumo à civilização. Os militares, que na segunda década do século XX estavam no poder em Sergipe, almejavam construir escolas para formar os futuros soldados do país, como atesta o depoimento de Firmo Freire:

3 Referimos à criação de corpos dóceis no sentido de que os grupos escolares eram instituições que tinham por objetivo manter o controle sobre o alunado e suas ações. O traçado arquitetônico dos prédios escolares podia ser visto como espaço construído especificamente para tal fim, para vigiar e exercer poder de controle sobre alunos, professores e demais funcionários, numa cadeia hierarquizada de poder. Na perspectiva foucaultiana esse poder era exercido de modo esmiuçante, no qual os mínimos detalhes eram alvo da ação vigilante do corpo administrativo. Era a microfísica do poder. Um dos instrumentos usados no exercício do controle era a rigidez no cumprimento dos horários. Todas as atividades dos grupos escolares eram cronometradas e os professores deveriam cumprir essas atividades com afinco dentro do tempo pré-estabelecido, estando passíveis a punições. Além disso, o olhar inquiridor de professores e corpo administrativo também era utilizado como estratégia de vigilância e, quiçá, de punição. Os alunos deveriam se exibir diante dos mestres para que eles pudessem observar se estavam dentro dos padrões almejados. Sobre a questão da vigilância e punição nas instituições que tem como finalidade tornar os corpos dóceis Michel Foucault (2002) desenvolveu uma investigação fecunda e se tornou um dos principais autores discutidos pelos historiadores da Educação.

Sergipano e modesto, temente que também sou. Regosijo-me com este acontecimento, e brindo com o exm. General Valladão, velho soldado que na actividade de militar foi sempre soldado, contendo os desmandos revolucionários, contendo o estrangeiro invasor, e fora da actividade militar, podendo como antigos romanos ter um descanso com dignidade, vem governar Sergipe com bondade, com tolerância, construindo escolas, ensinando a ler, fazendo soldados (FREIRE, 10-07-1917: 02).

A fala do engenheiro militar Firmo Freire é reveladora de aspectos sobre a trajetória do presidente de Sergipe, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. Além de ser general e ter lutado contra forças estrangeiras, ele atuou também contra as revoluções e seus desmandos, ou seja, tinha sufocado os movimentos sociais que ocorreram no Brasil entre o final do Império e início da República. Todavia o indício que desvenda a trajetória política do presidente está nas considerações finais do pronunciamento de Freire, ocasião em que ele afirma que o soldado de outrora ao invés de buscar o descanso foi governar Sergipe com tolerância e bondade. Essa assertiva foi uma tentativa de desvencillar o governante da imagem construída no decorrer de sua primeira gestão (1894-1896), marcada fortemente pelos atos de violência contra os opositores⁴. No fim de sua vida pública, o general Oliveira Valadão tentou constituir o novo perfil de cidadão sergipano, edificando escolas que teriam como atribuição preparar a juventude para a labuta e luta em defesa da pátria. A escola seria um quartel infantil. As crianças seriam os pequenos soldados, que em tempos de paz iriam trabalhar e nos de guerra, lutar. Na década da tríade militar sergipana, os grupos escolares foram criados como reflexos dos quartéis militares.

A proximidade entre a escola, os quartéis e as cadeias não figuravam somente no plano discursivo. A arquitetura também dialogou, propiciou o encontro dos dois modelos de instituições consonante ao processo de disseminação da escola graduada em Sergipe. Alguns grupos escolares foram criados em construções que tinham funcionado na época imperial como cadeias públicas. Assim, as antigas cadeias serviram de base para a edificação dos monumentais prédios que serviram como grupos.

Devemos lembrar que as celeumas em prol da modernidade educacional nem sempre imbuíram na construção de prédios totalmente novos. Em alguns casos ocorreu a adaptação de velhos casarões, que possuíam finalidades⁵ distintas na época imperial,

4 Segundo Ibarê Dantas (2004, p. 27-8), a primeira administração de “Oliveira Valadão (1894-1896) foi marcada por arbitrariedades e perseguições políticas, afastamento de magistrados, brigas prolongadas com o Judiciário, tudo contribuindo para desorganizar a vida institucional que vinha sendo construída com dificuldades”. Essa imagem perdurou até a sua segunda gestão, que teve características mais amenas e marcou a consolidação de algumas reformas modernizadoras do estado de Sergipe.

5 Um caso elucidativo teria sido o Grupo Escolar Olímpio Campos na cidade de Vilanova, que em decorrência da precariedade do prédio original, construído na administração do coronel Pereira Lobo, teve que ser transferido para a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com pequenas adaptações. Sobre essa transferência pode ser consultado o artigo de Miguel Berger (2005, p. 76), que traça um pequeno perfil da trajetória dos grupos escolares criados no governo de Graccho Cardoso.

para que fossem instalados os modernos grupos escolares. Sete grupos escolares foram edificados a partir da doação de terreno⁶, prédio⁷ ou da adaptação⁸ de algum prédio público. Do grupo de prédios adaptados, três tinham servido como cadeias públicas das cidades de Anápolis⁹, Lagarto e São Cristóvão. Um número considerável se levarmos em conta que no mesmo período foram inaugurados apenas 14 grupos em todo o estado. O dado se torna mais relevante se observarmos que entre os prédios que foram ou seriam adaptados (quatro) para servirem como grupos escolares, 75% eram cadeias públicas. Esses dados confirmam que a difusão dos grupos nos prédios adaptados das antigas cadeias não foi uma mera coincidência. É muito provável que existisse alguma similitude no traçado arquitetônico das duas instituições para que fizesse a substituição das cadeias pelos grupos.

As representações dos grupos escolares como quartéis não era um simples elemento da retórica republicana. As escolas graduadas estavam sendo implantadas sobre a memória das antigas prisões das cidades do interior sergipano. De masmorras a palácios imponentes que maravilhavam os olhos da população; do medo da prisão à esperança depositada no campo educacional com seus magníficos prédios, o surgimento dos grupos escolares delimitou uma nova fase da estética urbana das cidades, com perfis de

Todavia, a possível instalação do grupo nas dependências da igreja do Rosário pode ser questionada, se observarmos a bibliografia produzida ao longo do século XX. No texto de Clodomir Silva, produzido em 1920 para comemorar o centenário da Emancipação política de Sergipe, aparece uma fotografia do edifício em que funcionaria o referido grupo escolar. Pela imagem a obra encontrava-se quase que concluída. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), no volume que trata de Alagoas e Sergipe, aparece a fotografia do Grupo Escolar Marechal Pereira Lobo. Ao comparar as duas imagens ficou evidente as semelhanças existentes entre elas. Certamente se tratavam do mesmo edifício. O único ponto divergente é a presença da águia no frontispício do prédio da segunda fotografia. Mesmo assim, a inclusão desse elemento simbólico é compreensível e somente confirma a hipótese da escola ter permanecido funcionando no mesmo edifício. É preciso lembrar que o prédio tinha sido idealizado pelo general Oliveira Valadão e sua construção teve início na administração do coronel Pereira Lobo, tendo se prolongado por quatro anos até a gestão de Graccho Cardoso. A primeira fotografia, datada de 1920, apresenta a conclusão da obra no governo de Pereira Lobo. O próprio Graccho Cardoso alegou em 1925 que “já encontrei acabada a construção deste prédio, que é péssima, limitando-me simplesmente a rematar o respectivo acabamento, quando de sua entrega à população” (SERGIPE, 1925: 76). Esse acabamento que Graccho Cardoso se referiu inclui a águia, símbolo maior de seu governo. Com isso, ele justificou a simplicidade do prédio atribuindo a obra a Pereira Lobo e ressaltou o acabamento devido a sua marca, a águia alada. A hipótese de Berger (2005) quanto às críticas que a população fez em relação à nomenclatura do grupo é plausível. A mudança de nome para Marechal Pereira Lobo em 1950 deve ter sido uma homenagem ao governo que construiu a instituição escolar nos idos da segunda década do século XX.

6 Grupo Escolar Barão de Maruim (terreno doado por João Gomes de Mello para instalação do Asylo Nossa Senhora da Pureza) e Grupo Escolar José Augusto Ferraz (terreno doado por Thales Ferraz).

7 Grupo Escolar Coelho e Campos (criado no sobrado doado pelo senador homônimo natural de Capela) e Grupo Escolar General Valadão (construção que partiu da campanha dos sócios da Empresa Agrícola).

8 Grupo Escolar Barão de Maruim (aproveitou as ruínas do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza), Grupo Escolar Vigário Barroso (seria implantado no Palácio Provincial, mas acabou sendo criado no sobrado da antiga cadeia pública), Grupo Escolar Sílvio Romero (adaptação da antiga cadeia pública) e Grupo Escolar Simão Dias (seria implantado no prédio da antiga cadeia pública).

9 O projeto inicial consistia na adaptação da cadeia pública da cidade para se tornar um edifício escolar. Isso só não ocorreu em decorrência de existir um cemitério ao lado que destoava com as condições higiênicas. Com isso, o projeto foi adaptado e o Grupo Escolar Simão Dias (posteriormente Fausto Cardoso) foi construído em outro terreno.

sobrados embelezados e dotados das exigências da higiene.

Foi no governo de Graccho Cardoso que os prédios das antigas cadeias foram transformados em instituições escolares. Em Lagarto, o edifício modesto, com uma porta central e duas janelas em cada lateral, cedeu lugar ao moderno edifício que se tornou símbolo da cidade e do progresso vigente. No Álbum de Sergipe, escrito por Clodomir Silva nas comemorações do primeiro centenário da Emancipação Política de Sergipe, aparece uma fotografia do Quartel de Polícia, mesma imagem que faz parte do álbum de recordações de Leonor Telles de Menezes como “cadeia pública transformada em Grupo Escolar ‘Sylvio Romero’, na administração do dr. Graccho Cardoso” (MENEZES, apud. SANTOS, 2006: 102).

Os grupos escolares adentravam a sociedade sergipana, conquistando os espaços privilegiados das principais cidades e para isso, tornou-se necessário adaptar algumas construções já existentes. A modernidade não poderia ser travada devido à falta de terrenos disponíveis em locais prestigiados. Além disso, essa também foi uma estratégia de possibilitar o afastamento das cadeias públicas, geralmente instaladas sem as mínimas condições de segurança¹⁰, para ruas mais distantes do centro das cidades. Devemos lembrar que, no imaginário republicano, o processo de embelezamento e de higienização das cidades não ocorria somente com as demolições dos antigos casarões e reformas dos traçados urbanos. Higienizar era também afastar os sujeitos perigosos das áreas centrais das cidades, e impelir a pobreza para as zonas periféricas. O embelezamento também ocorria no campo da moral.

A cidade de Lagarto passou a adejar pelos ares da modernidade. A prisão foi substituída por um majestoso edifício que se impunha na paisagem urbana. O repúdio às condições precárias do antigo prédio cederam lugar ao vislumbamento, ao encantamento da população pela magnificência da construção. Preceitos pedagógicos, políticos, higienistas, arquitetônicos e da modernidade transpareciam na obra.

A facúndia arquitetônica do Grupo Escolar Sílvio Romero demonstra que os edifícios escolares foram criados no intuito de cristalizar a imagem de escola como prédio público, solenemente exposto nas vias centrais das cidades. Os republicanos não queriam apenas desenvolver um espaço exclusivamente destinado ao ensino. O desígnio ia além. O fito da ereção de prédios com características monumentais era demarcar um espaço e uma época, o espaço da escola e o tempo da República. Era necessário evidenciar os sinais da entrada no novo período histórico. Ao contrário das escolas isoladas, disseminadas amplamente por todos os lugares recônditos do estado, os grupos deveriam aparecer e permanecer. Eram construções que deveriam ter a perenidade como imputação.

No entanto, nem todos os prédios adaptados das prisões foram drasticamente modificados de sua estrutura arquitetônica original, como ocorreu com o Grupo Sílvio Romero. Em São Cristóvão, antiga capital de Sergipe e que estava passando por um processo de industrialização, o Grupo Escolar Vigário Barroso foi criado no edifício da antiga cadeia pública sem apresentar muitas alterações do traçado original. As caracterís-

10 A historiografia sergipana é unânime em afirmar as condições precárias em que estavam as cadeias públicas de Sergipe desde a colônia até a República. Instalações precárias, elevado número de fugas, falta de higiene faziam parte do cotidiano de tais instituições. Sobre esse tema pode ser consultado Maria Thetis Nunes (1996).

ticas do barroco colonial permaneceram no sobrado da Praça da Matriz. Na mensagem de 1925, Graccho Cardoso disse que tinha transformado “a sombria masmorra de São Christovam no Grupo Escolar Vigário Barroso, um dos que melhor entendem com a aplicação dada” (SERGIPE, 1925: 14). Percebem-se expressas algumas discrepâncias entre o edifício do grupo de São Cristóvão e os das demais cidades. A escola localizava-se em um sobrado, sem jardins e pátios. É evidente que a marca da monumentalidade está presente na obra, pois o sobrado era um dos mais imponentes da cidade de São Cristóvão e a localização era altamente privilegiada, pois além de ficar na praça principal, estava situada defronte a igreja matriz.

A metáfora de quartel seguiu os grupos ao longo de suas trajetórias. As vicissitudes políticas de Sergipe fizeram com que a contigüidade entre os grupos e os quartéis não ficassem restrita ao momento da criação das escolas graduadas. A primeira metade da terceira década do século XX marcou definitivamente a transformação de alguns grupos escolares em quartéis. Não era somente o quartel que poderia ser aproveitado como prédio escolar. A similitude era recíproca: um grupo escolar também poderia servir para alojar um quartel.

O caso elucidativo dessa situação ocorreu com o Grupo Escolar General Siqueira¹¹, que foi desalojado para a instalação do quartel da polícia militar. Certamente o prédio do Grupo General Siqueira era um dos mais imponentes de todo o estado de Sergipe e esse fato deve ter contribuído para a desocupação da escola. Cardoso justificou o ato alegando que:

Devido a premente necessidade, no Grupo Escolar General Siqueira foi alojado o Batalhão Militar do Estado, dada a imprestabilidade do quartel então existente. O governo já contractou, porém, com o constructor Hugo Bozzi, a elevação de um novo prédio em substituição à aquelle, respeitada em absoluto a antiga denominação, em homenagem ao illustre ex-presidente do Estado. As classes desse grupo foram temporariamente transferidas para o edifício do antigo Grupo General Valladão, hoje em dia Faculdade Livre de Direito Tobias Barretto (SERGIPE, 1925: 14).

As dependências de uma escola se enquadravam perfeitamente para a implantação de um quartel. Outro motivo que teria propiciado a transferência do Grupo General Siqueira foi a proximidade entre ele e os grupos Barão de Maruim e General Valadão, como já foi discutido anteriormente. O governo de Graccho Cardoso foi marcado pela criação de inúmeras instituições escolares e culturais, inclusive de ensino superior. Com isso, o Grupo general Siqueira acabou funcionando por muitos anos nas dependências do Grupo Barão de Maruim, o que fez gerar uma série de impasses administrativos.

Assim, o processo de modernização da capital era engendrado, com a transferência de instituições públicas e abandono de prédios decadentes, como o do antigo quartel nas proximidades do morro do Bonfim¹². Graccho Cardoso tentou modernizar

11 O Grupo Escolar General Siqueira foi desocupado de sua antiga instalação.

12 O Morro do Bonfim localizava-se ao norte do centro da cidade de Aracaju (atualmente no local existe o

a cidade de Aracaju a partir da criação de instituições culturais e afastando as mazelas que punham em risco o embelezamento da cidade. Com isso, ao transferir o quartel para as dependências do Grupo General Valadão e ao criar o presídio na saída da cidade, o governo estava cumprindo com um dos objetivos da República brasileira, que era afastar as mazelas sociais da área central da cidade.

O postal de 1909 apresenta o quartel em localização inóspita, afastado das construções da capital sergipana. No entanto, na década seguinte o crescimento populacional de Aracaju era evidente e se tornou necessário afastar as prisões dos arredores das construções civis. O quartel foi desmantelado e transferido para o prédio do Grupo General Siqueira.

Outra ocasião em que ocorreu uma simbiose entre os prédios escolares e os quartéis foi na eclosão do movimento tenentista, no governo de Graccho Cardoso. A instabilidade política fez com que as aulas fossem interferidas em alguns grupos que estavam na zona de influência dos rebeldes. Sergipe passou por momentos difíceis no limiar do terceiro decênio do século XX. Foram sérias turbulências que ameaçaram naufragar a nau educacional sergipana em busca da civilização. Os espelhos da modernidade estavam ofuscados diante dos impasses gerados pelas revoltas que ganhavam as ruas das cidades sergipanas. Mais uma vez a história educacional cruzou com o medo. As autoridades temiam a perda do controle, tão apreciado pelos republicanos, o desregramento geral da sociedade.

Os soldados sergipanos tinham que lutar. Não era uma luta contra o estrangeiro invasor, como previam algumas autoridades, mas sim, contra os revolucionários que romperam com a ordem pública. Temendo a invasão dos rebeldes pelas cidades do interior, Graccho Cardoso determinou que várias escolas dos municípios fossem ocupadas pelos soldados sergipanos, com o fito de assegurar a ordem. Na mensagem de 1926 o presidente de Sergipe justificou os problemas na esfera educacional alegando que “há de adiantar que em vários municípios, especialmente o de Anápolis, o Grupo escolar esteve ocupado durante mais de dois meses com as forças que ali estacionaram em defesa à provável invasão dos rebeldes” (SERGIPE, 1926: 81).

Entre 1924 e 1926 o caos rondou por Sergipe. O governo que tanto buscou realizar inaugurações pomposas e expor a criação de inúmeras instituições culturais por todo o estado ficou paralisado¹³, inerte diante da ação dos tenentistas¹⁴. Em meio aos tiroteios

Terminal Rodoviário Luiz Garcia). O morro foi demolido no governo de Leandro Maciel em 1955. Sobre a repercussão da demolição e as representações do morro do Bonfim na sociedade aracajuana pode ser consultada uma instigante investigação realizada por Josefa Nubia de Jesus Passos (2008).

13 Um exemplo dessa estagnação das inaugurações ocorreu com o Cristo Redentor na cidade de São Cristóvão. A imagem, símbolo da modernização local e da reafirmação dos laços entre Estado e Igreja Católica teve sua inauguração adiada por inúmeras vezes em decorrência da ação dos rebeldes. Sobre a construção do Cristo redentor de São Cristóvão e o governo de Graccho Cardoso pode ser consultada a monografia de Josineide Santana (2000).

14 Sobre o tenentismo em Sergipe o historiador político Ibarê Dantas realizou uma pesquisa de fôlego e ponta para algumas questões que culminariam na Revolução de 1930. Segundo Dantas, “Em Aracaju, quatro oficiais, entre os quais o tenente Augusto Maynard Gomes, acompanhados de soldados, saíram da sede do 28º BC na madrugada de 13.07.1924, investiram contra o Quartel da polícia e Palácio, mataram dois sentinelas, prenderam o presidente do *Estado*, vários de seus auxiliares e formaram uma junta governativa” (DANTAS, 2004: 42).

a população deve ter permanecido apavorada com a situação de instabilidade da cidade de Aracaju. Os tenentistas rebelaram-se em Sergipe em 1924 e depois, no ano de 1926, em decorrência da repercussão da passagem da Coluna Prestes pelo norte da Bahia (o que justifica a ocupação do grupo escolar de Anápolis pelos soldados sergipanos). Nesta segunda revolta o governo agiu com veemência na tentativa de sufocar o movimento e o campo educacional também sofreu as implicações da revolta. O Grupo Escolar Barão de Maruim foi utilizado temporariamente como presídio para deter os rebelados. Mais uma vez a escola era transformada empiricamente num quartel, numa prisão para manter a ordem.

Foi somente após o apaziguamento da situação política do estado que a rotina educacional voltou a desenrolar de modo ameno. As ruas de Aracaju voltavam a apresentar as características aprazíveis e Sergipe poderia outra vez engendrar-se nos trilhos da modernidade. Contudo, os sinais das revoltas permaneciam à vista de todos e as autoridades se preocuparam de imediato, em apagar os resquícios da desordem que havia assolado Sergipe em dois longos anos. Camadas de tintas republicanas cobriram a ação dos revoltosos, tentando inibir novas ações e repelir a memória revolucionária. Embora o governo tentasse encobrir esse passado recente de contestação, o ímpeto de luta estava avivado nos opositores, que a cada momento galgavam mais força no campo político local e minavam com o poder de Graccho Cardoso, que a cada dia perdia seus velhos aliados. A tinta não foi suficiente para fortalecer seu grupo político. Observe como ele informou sobre as reformas do Grupo Barão de Maruim após o fim do estado de sítio decretado devido às rebeliões tenentistas: “Recebeu também reforma geral na sua pintura externa e interna e em várias peças da respectiva esquadria, o Grupo Barão de Maruim, que servira de presídio a detentos por efeito do estado de sítio” (SERGIPE, 1926: 68).

Os imponentes grupos que serviriam para edificar corpos dóceis e construir a civilização brasileira estavam trancafiando revoltosos, impondo a ordem à sociedade sergipana. Seria essa mais uma atribuição dos grupos? Seria essa funcionalidade destoante da proposta educacional das escolas graduadas? Provavelmente não. A construção da ordem deveria ser impelida pela educação formal das escolas ou pela força repressora do Estado. A República brasileira nas suas quatro primeiras décadas soube muito bem como articular essa duas esferas aparentemente destoantes. Os grupos eram fábricas de corpos dóceis e a forma de fazer ou moldar esses corpos poderia ser o olhar atento das professoras, os passos impenetráveis da direção pelos corredores da escola ou a violência dos soldados vigilantes sobre os prisioneiros. Por algum tempo, nos momentos de paz ou guerra, os grupos escolares serviram como moldes do cidadão brasileiro.

Documentos como as fotografias denotavam a grande relevância que os grupos detinham em Sergipe, pois as fachadas dos prédios imponentes serviam como cartões postais da cidade de Aracaju. Os grupos foram criados com entusiasmo, quase sempre em meio a polêmicas e críticas, mas se tornaram ícones da modernidade que tentava se estabelecer. Era o modelo de escola que os republicanos elegeram como símbolo da transformação que eles propunham, mas quase sempre tardava a se concretizar.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

- FREIRE, Firmo. Pronunciamento na Inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim. In: *Correio de Aracaju*. Aracaju. 10-07-1917, n° 2083.
- SERGIPE. *Collecção de leis decretos do Estado de Sergipe de 1919*. Aracaju: Imprensa Official, 1920.
- _____. *Collecção de leis decretos do Estado de Sergipe de 1921*. Aracaju: Imprensa Official, 1928.
- _____. Regulamento da Instrucção Pública do Estado. In: *Collecção de leis decretos do Estado de Sergipe de 1916*. Aracaju: Imprensa Official, 1918.
- _____. Programma para o curso primário nos Grupos Escolares e escolas isoladas do Estado de Sergipe. In: *Estado de Sergipe*. 15-02-1917, n° 5123.
- _____. Programma para o curso primário elementar e regulamento do Instituto de Chimica de 1924. In: *Diário Official do Estado de Sergipe*. 21-12-1924, n° 1470. APES, Educação, E⁶ 1220, doc. s/n.
- _____. *Programma de Linguagem*. APES, Educação, E⁶ 1220, doc. s/n.
- _____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1924, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Official, 1924. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 06, vol. 85.
- _____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Official, 1925. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 07, vol. 86.
- _____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1926, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 16ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Official, 1926. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 08, vol. 87.
- _____. *Mensagem do presidente de Sergipe Manuel Prisciliano Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1916, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 12ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Official, 1916. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 10, vol. 76.
- _____. Mensagem do presidente do estado de Sergipe Manuel Prisciliano Oliveira Va-

ladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1917, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura. In: *Estado de Sergipe*. Aracaju. 11-09-1917, nº 5279.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe Manuel Prisciliano Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1918, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 13, vol. 79.

_____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1919, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 01, vol. 80.

_____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1920, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 02, vol. 81.

_____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1921, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 04, vol. 83.

_____. *Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1922, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1922. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 05, vol. 84

Referências:

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 95-140.

_____. Arquitetura escolar na Belle Époque: Jean Omer Marchand e Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894-1926). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 103-128.

BERGER, Miguel André. “A Prática pedagógica e avaliativa no cotidiano dos grupos escolares”. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Problemas de educação escolar e extra-escolar*. São Cristóvão-SE; Editora UFS, 2005, p. 63-100.

- _____. “Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e civilidade”. In: *Revista do Mestrado em Educação*. Vol.11. São Cristóvão: NPGED-UFS, 2005. p. 51-68.
- BLOCH, Marc. A Observação Histórica. In: *Introdução à História*. 4ª Ed. Lisboa: Europa/América, 1977. p. 47-72.
- BOURDIEU, Pierre. “O Mercado de Bens Simbólicos”. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 99- 181.
- DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1989-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- _____. *O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930*. 2ª Ed. Aracaju: JAndrade/Funcaju, 1999.
- _____. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju: UFS-PROEX, CECAC, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2007.
- FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis-RJ: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977.
- GINZBUG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e História*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. Introdução: a Invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. p. 09-23.
- HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994.
- JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 1, jan/jun. Campinas-SP: SBHE, 2001, p. 10-36.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *O Ensino Secundário e a Sociedade Brasileira*. 2ª Ed. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.
- PASSOS, Josefa Nubia de Jesus. Noites de diversão: Intervenções governamentais na Zona do Bomfim em Aracaju (1937-1955). In: *II Simpósio Anônimos na História*. Aracaju: UFS/IHGS, 2008.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da Era das cadeiras isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas-SP: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002.
- SANTANA, Josineide Siqueira de. *Em novos tempos de fé: aspectos das mudanças na igreja e religiosidade popular católica em São Cristóvão Sergipe (1911-1926)*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Além do Silêncio: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maroim*. São Cristóvão, 2005a. 113 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.
- _____. “Olhares vigilantes sobre o ensino primário aracajuano: o caso do Grupo Escolar Barão de Maroim (1917-1950)”. In: *Revista de Aracaju*. Ano LXI, nº 11. Aracaju: Funcaju, 2005b. p. 103-123.
- SANTOS, Vera Maria dos. *A geografia e seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX*. São Cristóvão, 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.
- SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920.

José Vieira da Cruz

Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)

Resumo

Doutorando em História
Social/UFBA
josevieiradacruz@uol.com.
br

Este artigo examina a participação dos estudantes sergipanos, através de sua entidade estadual, nos debates ocorridos sobre a reforma universitária no período que antecede o golpe civil-militar de 1964, no Brasil. Em termos historiográficos, procura-se articular os acontecimentos ocorridos em torno desta discussão a partir da análise de documentos, memórias e noticiários jornalísticos que enfocam o debate sobre a autonomia universitária e a participação estudantil nos conselhos deliberativos, em particular a partir da contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos. A documentação, aliada à bibliografia trabalhada, mostra a necessidade de se analisar, junto aos arquivos das instituições de ensino superior, outros documentos que possam ampliar o horizonte dessa discussão, ao tempo em que reforça o debate acadêmico e político sobre a necessidade de repensar a autonomia universitária a partir de modelos que priorizem a democracia participativa.

Palavras-chave: movimento estudantil, reforma universitária, ensino superior.

Abstract

This article examines the participation of students Sergipe, through their, collective group, during the discussions that took place on university reform in the period before the civil-military coup of 1964 in Brazil. In historiographical terms, this article is a effort to articulate the events around this subject from the analysis of documents, memoirs and news articles that focus the debate on university autonomy and student participation in the deliberative councils, in particular from the contribution of the União Estadual dos Estudantes Sergipanos. The documents, combined with literature studies, show the need to examine, in the archives of institutions of higher education, other documents that may expand the horizon of this discussion, in the same time stimulated the academic and political debate about the need to rethink university autonomy from models that focus on participatory democracy.

Enviado em 31 de agosto de 2009
e aprovado em 29 de setembro de
2009.

Keywords: student movement, university reform, higher education.

Introdução

A presente tese, apresentada pela bancada de Sergipe ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, constitui a nossa contribuição, dentro de nossas limitações ao estudo do problema do sistema universitário brasileiro (...) a imprescindibilidade da participação do corpo discente no governo das universidades e faculdades, seja no Conselho Universitário, nas Congregações (...) autonomia suficiente do organismo universitário (...). (Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, Aracaju, 19 de maio de 1961).

A questão da autonomia universitária, aludida na tese apresentada pela bancada de Sergipe durante a realização do “I Seminário Nacional de Reforma Universitária”, revela a participação destes estudantes universitários no contexto de mobilizações e debates políticos no período que antecede o golpe civil-militar de 1964. A literatura produzida a respeito, não obstante valorizar a importância desta participação, aborda esse debate a partir dos documentos produzidos nos Seminários Nacionais de Reforma Universitária organizados pela União Nacional dos Estudantes e a partir da legislação educacional vigente no período (CUNHA, 2003:175-178; FÁVERO, 1995:35-46; SANFELICE, 1986:17-38). Esse olhar tende a valorizar aspectos gerais deste debate e de suas resoluções, sem explorar, contudo, a repercussão e os desdobramentos acerca da Reforma Universitária nos Estados, em particular de como os estudantes, a partir de suas entidades de representação institucionais e regionais participaram dessa discussão.

O fragmento do documento em apreço faz parte de um conjunto de teses produzidas pelas entidades estudantis dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de Sergipe, respectivamente, a respeito da Reforma Universitária. Esses documentos, resgatados pelo projeto “Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)”, denominado de PROGEN, revelam a possibilidade de explorar outros olhares a respeito da reforma universitária e de como os estudantes tomaram parte neste debate a partir de suas representações regionais (ZAI-DAN FILHOS & MACHADO, 2007: 30-31). A interpelação desses documentos evidencia, a partir de seu particularismo histórico, a inteligibilidade da relação com o objeto pesquisado, empreendendo, desta forma, o que o historiador social inglês E. P. Thompson (1981:49) denomina de um diálogo intermitente entre as fontes e as hipóteses estudadas.

Dialogando com essa perspectiva, a proposta deste artigo se debruça em torno do documento produzido pela União Nacional dos Estudantes Sergipanos – UEES – a respeito da Reforma Universitária. Entre os documentos resgatados, este é único produzido fora do eixo Sul-Sudeste, razão que o torna representativo do olhar estudantil sobre a Reforma Universitária fora dos mencionados centros urbanos. A interpelação desta fonte será alicerçada também a partir da análise de outros documentos relacionados à história da UEES, de notícias veiculadas na imprensa do Estado de Sergipe, de entrevistas e de pesquisas já realizadas a respeito do movimento estudantil no período em estudo.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é compreender como os estudantes em Sergipe se posicionaram em meio às tensões produzidas por parte da sociedade frente aos debates relacionados às reformas de base, particularmente a reforma universitária, no período que

antecedeu ao golpe civil-militar de 1964 (FICO, 2004: 42-56 ; FERREIRA, 2001: 59-124). Neste sentido, compreender a história e os confrontos de memórias sobre a posição dos universitários em Sergipe no período de 1961 a 1964 se apresenta como uma perspectiva de análise capaz de ressaltar os desdobramentos e as particularidades que envolveram os participantes do movimento estudantil fora dos grandes centros urbanos do país em torno da Reforma Universitária. Logo, esta reflexão enlaça, inicialmente, uma discussão sobre a trajetória da UEES e sua relação com a UNE, em seguida como a UEES se inseriu nos debates nacionais sobre a Reforma Universitária, e, por fim, os ecos dos debates sobre essa reforma em Sergipe.

Entre a UNE e a UEES

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes – UNE – não apenas assistiu aos desdobramentos políticos e culturais da sociedade brasileira nos últimos 72 anos, como também protagonizou parte dessa história. Neste sentido, a história de suas reivindicações, mobilizações, lideranças e militantes confunde-se com os debates contra o nazifascismo, as campanhas nacionalistas, os movimentos de vanguarda política e cultural e, particularmente nas últimas décadas, com o esforço em consolidar a democracia, o estado de direito e a justiça social no país (POERNER, 1995, *passim*; ARAÚJO, 2007, *passim*). Filtrados os excessos atribuídos a essa participação estudantil na história brasileira, aspecto devidamente criticado pelo cientista social João Roberto Martins Filho (1987; 1998), a relevância desta participação e a necessidade de avaliar o lugar do movimento estudantil no cenário político e cultural contemporâneo têm estimulado o registro, a produção e interpretação desta memória, a partir não apenas da trajetória da UNE, como também das instituições de representação regionais dos estudantes, e dos diversos e diferentes movimentos e experiências nas quais os estudantes brasileiros evidenciaram sua posição política e cultural. Parte desta história tem nas Uniões Estaduais dos Estudantes – UEE's – entidades estudantis organizadas em cada Estado, uma rede de articulações, desdobramentos e particularidades importantes para se entender o movimento estudantil brasileiro como um movimento social de âmbito nacional que ocorre dentro e fora dos grandes centros urbanos do país. O breve resgate da trajetória da União Estadual dos Estudantes Sergipanos é um exemplo, ainda que pontual, desta dimensão.

Essa trajetória tem seu ponto de partida nos primeiros anos da segunda metade do século XX com a efetivação das instituições de ensino superior e, conseqüentemente, a formação das primeiras turmas de estudantes universitários. Até então, a formação universitária, em Sergipe, era reservada àqueles que tivessem recursos ou algum tipo de patrocínio pessoal para completar seus estudos universitários em outros estados da federação ou fora do país (SILVA, 2004:1-2). A mudança dessa perspectiva teve início com a criação das Faculdades de Ciências Econômicas e de Química, mantidas com recursos do Estado no final da década de 40; da Faculdade de Direito, surgida como uma sociedade civil na década de 50, sendo depois federalizada; das Faculdades Católicas de Filosofia e Serviço Social, organizadas pela diocese também na década de 50, e da Faculdade de Medicina mantida pela Fundação de Ensino Médico de Sergipe no início da década de 60 (ROLLEMBERG & SANTOS, 1999, *passim*).

Por outro lado, concomitantemente à efetivação das instituições de ensino superior

não confessionais desenvolveram-se, também, as primeiras agremiações universitárias a exemplo do Centro Acadêmico Sílvia Romero – CASR, fundado em 17 de maio de 1951, pouco tempo depois da criação da Faculdade de Direito em Sergipe –, do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo – fundado em 2 de junho de 1951 –, ligado à Faculdade Católica de Filosofia, do Diretório Acadêmico de Medicina “Dr. Augusto César Leite” – fundado em 05 de abril de 1961 –, ligado à Faculdade de Medicina, do Diretório Acadêmico de Química “Dr. Antônio Militão de Bragança”, ligado a Faculdade de Química. Além disso, há registros da existência e funcionamento do diretório acadêmico de Serviço Social e Ciências Econômicas.

Seguindo o ritmo de criação dos centros acadêmicos, ainda em dezembro de 1951 é realizado o “I Congresso dos Estudantes de Sergipe” com representações de alunos dos cursos superiores então existentes no Estado (Jornal *Academus*, 21/12/1951). Iniciava-se, assim, o processo de constituição da entidade de representação dos universitários sergipanos e, sobretudo, observa-se a somação de estudantes universitários e secundaristas na configuração de um segmento social que tomava, gradativamente, consciência de si e de sua importância para a sociedade nacional e local. Embora esse segmento não se defina, a rigor, como uma representação sindical, a sua tomada de consciência deriva daquilo que Thompson assevera, sem radicalismos, como resultante dos “processos sociais através dos tempos” (THOMPSON, 2001:270).

De acordo com o estatuto, a organização da UEES comportaria três instâncias deliberativas: o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe, órgão máximo da entidade, a ser realizado no período referente à primeira quinzena do mês de setembro de cada ano; a Diretoria da UEES, eleita no Congresso da entidade para um mandato anual, iniciados nos meses finais do ano e estendendo-se, em observância às datas previstas para realização dos Congressos da entidade, até fins do ano subsequente; e, por último, como instância fiscalizadora, o Conselho de Representante, composto por estudantes indicados pelos Diretórios Acadêmicos. Segundo esta constituição, a UEES passaria a ser a “entidade máxima de representação dos estudantes de estabelecimentos de ensino superior do Estado de Sergipe” (Constituição da UEES, 1954:3), sendo, desde seu início, filiada à UNE.

A exemplo das demais UEE's, as atribuições legais desta entidade representativa dos estudantes universitários em Sergipe estariam voltadas para a defesa dos interesses dos estudantes universitários e deveriam primar pelos seus direitos. A entidade estaria incumbida também de organizar e promover eventos que elevassem o nível cultural e a solidariedade entre os seus membros, além da defesa dos interesses nacionais que visassem “a prosperidade da Pátria ou o bem estar do nosso Povo” (*Idem*:3-5). Autonomia e sintonia parecem ter sido características que enlaçaram a UEES e a UNE. Essa autonomia dizia respeito a sua organização, funcionamento e capacidade de mobilização e debate em torno de temas de interesse mais próximos.

Um exemplo da sintonia da UEES com as lutas nacionais levantadas pela UNE foi o apoio conferido ao “Manifesto da UNE sobre o Petróleo”, amplamente difundido pela imprensa estudantil do período (Jornal *Academus*, 1952, nº 4). De modo ainda mais evidente, a participação dos estudantes universitários sergipanos, através da UEES, mostrava-se ainda mais enlaçada nos debates relacionados aos Seminários Nacionais de Reforma Universitária e nos Seminários Estaduais de Reforma Universitária ocorridos em

Sergipe no início dos anos 60.

Este quadro de preocupações é acentuado a partir de 1958, quando da realização do VIII Congresso Estadual dos Estudantes. Naquela oportunidade, assumia a diocese de Aracaju, Capital do Estado, D. José Vicente Távora, religioso sensível às problemáticas sociais e muito próximo das posições de D. Helder Câmara (NASCIMENTO, 2008: 62-64). A presença do “bispo dos operários”, como D. José Vicente Távora era conhecido, nesse congresso parece ter sido decisiva nas discussões em defesa do funcionamento da Faculdade de Medicina, a sexta a ser criada no Estado, atingindo assim “o mínimo exigido para a criação da Universidade de Sergipe, o que iria consolidar nossas faculdades e livrar-nos da ameaça de fechamento” (Jornal Academus,, setembro de 1958). Mas não apenas isso, ele foi também um motivador das participações dos universitários em torno das questões relacionadas à democratização do ensino superior e dos movimentos de educação e cultura popular.

A UEES no contexto da Reforma Universitária

A partir do início dos anos 60, o movimento estudantil sergipano passaria “por um período de ebulição política” (Alexandre Diniz, líder estudantil da época, entrevistado em 12/03/1998). Com a renúncia de Jânio Quadros, alguns setores mais conservadores da sociedade brasileira criaram oposição à posse do vice-presidente João Goulart. No outro extremo foi criada, sob a liderança de Leonel Brizola, a Campanha da Legalidade para garantir a posse de João Goulart, e como solução para o impasse gerado foi implantado, no Brasil, o regime parlamentarista de governo, como forma de mediatizar a situação. Esse sistema, contudo, não resistiu ao clima conturbado que o país atravessava sendo, no ano de 1963, derrotado através de um plebiscito. A partir de então, João Goulart reassumiria, com plenos poderes constitucionais, o posto de presidente da república. Dentro desta perspectiva, João Goulart procurava se equilibrar frente aos debates que sociedade brasileira travava em torno das discussões sobre as reformas de base (TOLEDO, 2004: 15-17; FERREIRA, 2004: 191-194).

Em Sergipe, após dois mandatos udenistas consecutivos, ganha a eleição para governador do Estado uma coalizão de forças políticas que uniu PSD, PR, PRT, PTR, PSB, PDC e uma dissidência da UDN formando a Aliança Social Democrática – ASD. Essa correlação de forças elegeu, para o mandato que se iniciava em 1963, o governador João de Seixas Dória. Dentro desse cenário político, o movimento estudantil sergipano atravessaria um período de greves, mobilizações populares em torno de campanhas de educação e cultura popular, e de debates em torno da Reforma Universitária, particularmente, os relacionados à criação do que viria a ser a primeira universidade de Sergipe (DANTAS, 1989: 270 -295).

O acentuamento desses debates e mobilizações culminou com o golpe de 1964, produzindo efeitos nas mais diferentes esferas da política brasileira. Em Sergipe, esses novos rumos não evidenciaram um movimento revolucionário de caráter armado, não obstante o Estado ter um governador afinado com o discurso das reformas, um bispo progressista que estimulava os movimentos de educação e cultura popular e a organização dos camponeses, e de setores da grande imprensa simpáticos à causa socialista (DANTAS, 1997: 13).

Situação diferenciada do que parece ter ocorrido, por exemplo, na Bahia, estado em que os arranjos e desarranjos do jogo político tornaram-se contraditórios e oportunistas. Avaliando o governo de Lomanto Júnior, o historiador Muniz Ferreira descreve as contradições que permeavam o jogo político baiano às vésperas do 31 de março de 1964. Eleito pela coalizão UDN-PTB que havia derrotado o candidato Waldir Pires do PSD, Lomanto Júnior equilibrava-se como um “algodão entre cristais”. Apoiado pela elite agrária, advogava em favor dos problemas nacionais, foi a favor do presidencialismo de Jango, e da criação da SUDENE. Mas, pela própria natureza dos compromissos políticos assumidos pelo seu eleitorado estadual, defendia que a resolução destes problemas deveria ser descentralizada, cabendo a cada Estado encontrar os encaminhamentos mais adequados (FERREIRA, 2005:86-91).

Embora tomado de surpresa com o golpe de 1964, Lomanto Júnior não demorou e aderiu à causa da “Revolução”, evitando, com isso, o destino de alguns governadores de sua época, a exemplo de Seixas Dória governador de Sergipe e Miguel Arraes de Pernambuco, que foram presos, processados e perderam os seus mandatos. Neste particular, é importante acentuar a atuação exercida pela Igreja Católica neste processo anterior e posterior ao golpe. A Igreja Católica na Bahia, diferentemente da Igreja Católica em Sergipe, havia desencadeado um campanha sistemática contra as reformas do governo Jango e a suposta ameaça da comunização do país.

Em meio a essa configuração política, também deve-se levar em consideração, no jogo de correlação de forças das entidades estudantis universitárias, o interesse dos alunos de cada faculdade. Pode-se tomar como exemplo o slogan da gestão da UEES no período de 1960/1961, postulando a necessidade de “Sergipe precisa ter uma universidade” (Circular 01-60/61). Embora tenha sido uma proposta defendida por esta entidade, no âmbito das faculdades havia divergências a este respeito.

No caso dos alunos da Faculdade de Direito que já estavam em uma instituição federalizada, a luta pelo fortalecimento das outras faculdades, sob a forma de uma universidade, não despertava grande interesse. Segundo Zelita Correia Rodrigues, liderança estudantil do curso de Direito (Entrevistada em 04/08/98), temiam-se que os recursos da Faculdade de Direito e Química, as mais bem estruturadas e freqüentadas no período, fossem parar na bolsa comum da universidade, implicando na perda de qualidade daqueles cursos.

Já no caso das Faculdades Católicas, o interesse na criação da universidade em Sergipe vinha desde o VIII Congresso da entidade em 1958, quando o bispo D. José Távora, figura exponencial para se compreender os movimentos sociais ligados à igreja católica na época, mostrava preocupação com o funcionamento das faculdades isoladas, que sofriam com a falta de recursos e eram pouco freqüentadas. Segundo o professor, membro da Liga Intelectual Católica e presidente do sindicato dos professores do Estado, José Silvério Leite Fontes (Entrevistado em 10/08/98), nos anos 50 existiam turmas com apenas dois ou três alunos. A posição dos alunos das Faculdades Católicas, em especial da Faculdade de Filosofia, segundo o estudante de Letras e diretor cultural da Rádio Cultura Clodoaldo Alencar Filho (Entrevistado em 15/09/98), voltava-se para a defesa da criação de uma universidade em Sergipe mantida com recursos federais.

Desta forma, na passagem de uma gestão a outra na direção da UEES, “a eleição não obedecia apenas às disputas entre as correntes políticas, existia também uma

política das faculdades no sentido de se alternarem” (Alexandre Diniz, entrevistado em 12/03/98). Em torno dessa configuração, quando a direção da UEES estava sendo ocupada por estudantes das faculdades católicas ou recebendo seu apoio, a criação de uma universidade em Sergipe era defendida com mais vigor.

Considerando que a partir de 1960 a JUC passa a atuar dentro de uma perspectiva política partidária, formando inclusive quadros para a Ação Popular, que logo romperia com a cúpula da Igreja Católica, e passando a ocupar a direção das entidades estudantis tanto nos centros e diretórios acadêmicos como na direção da UEES, observa-se nos documentos e atividades relacionadas ao debate sobre a Reforma Universitária a forma de agir e interpretar destes jucistas mais engajados. Evidentemente, o movimento estudantil em Sergipe não foi exclusivo de universitários, os secundaristas também tomaram parte em muitas atividades de mobilização e de debates, entretanto, para efeito de estudo este artigo toma como escopo a instituição dos estudantes universitários. Do mesmo modo, o movimento estudantil em Sergipe não foi composto apenas pelos jucistas, além desses que já se dividiam entre si em razão das faculdades a que pertenciam ou da proximidade de uma ou outra ala da Igreja, também havia os militantes mais próximos aos partidos de esquerda, aos nacionalistas e mesmo aos que reservavam uma postura mais independente. O elo social entre eles também se configurou por conta dos laços de coleguismos, amizade, vizinhança e mesmo de algum tipo de parentesco. Laços que se mostram em algumas oportunidades mais fortes e outras menos fortes que as ideologias, os credos religiosos, a posição partidária.

Discutindo a Reforma Universitária

Por que se apresenta neste momento com tamanha importância a questão da reforma universitária? Visivelmente esta é, hoje, a maior preocupação da consciência estudantil, que a deseja esclarecer, debatendo-a em sucessivas reuniões promovidas pela União Nacional dos Estudantes. Por que isso aconteceu? (PINTO, 1986: 11).

No Brasil, essa discussão é anterior à instalação da ditadura militar, quando o movimento estudantil passou a reivindicar que um terço das representações nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior fosse composto por estudantes. Esta forma de representação política paritária nas instâncias deliberativas das universidades significaria a possibilidade de um novo tipo de gestão com a participação dos estudantes na construção de um modelo de universidade pública, gratuita e popular. Os debates acerca da reforma universitária e, conseqüentemente, de sua expansão e democratização descortinariam aquilo que o pensador, ligado ao Instituto Superior Brasileiro, Álvaro Vieira Pinto, colocou como necessário para “construir a verdadeira universidade de que o povo brasileiro necessita, como de um dos mais importantes instrumentos para a conquista de sua cultura, riqueza e liberdade.” (PINTO, 1986:10).

Uma problemática que, segundo a socióloga Marialice Foracchi (1972:160), dimensionaria a relação da juventude universitária a partir da confluência dos planos: pessoal, institucional e o societário. A construção de modelos de gestão participativa, em alta na agenda de discussões universitárias nos idos da década de 1960 em vários

países, com a proposta do estabelecimento de uma representação estudantil paritária nas esferas deliberativas das Instituições de Ensino Superior no Brasil, encontrava resistências institucionais e corporativas. Essa perspectiva consolidaria no contexto de instalação da ditadura militar, limitando e, sobretudo, negando o modelo de democracia representativa nas universidades brasileiras. Para Dermeval Saviani, a herança deste período “acabou por implicar a circunscrição do problema da universidade aos limites da democracia liberal burguesa.” (SAVIANI, 1985:2).

No período que vai de 1961 a 1964, paralela à questão da criação de uma universidade em Sergipe defendida pelos estudantes e por grande parte da sociedade, estavam também em foco às discussões que vinham ocorrendo em âmbito nacional, sobre a reforma do ensino universitário. A UNE, neste momento, promovia Seminários Nacionais da Reforma Universitária, nos quais se questionava o papel da universidade brasileira para o desenvolvimento do país. O primeiro destes seminários, ocorrido na cidade de Salvador em maio de 1961, resultou na Declaração da Bahia. O “II Seminário de Reforma Universitária”, ocorrido na cidade de Curitiba em março de 1962, consolidou a discussão sobre a reforma universitária com a publicação da Carta do Paraná, documento que conclamaría os estudantes a participarem de uma greve nacional pela representação estudantil de um terço, nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior (FÁVERO, 1995: XCVI). Além deste documento, o lançamento de outras publicações em nível nacional instigou não somente a questão da reforma universitária como também a discussão da realidade brasileira. Um exemplo desta ordem foi o lançamento, em Sergipe, do livro “A Questão da Universidade” de Álvaro Vieira Pinto. Obra esta que abriu uma série de lançamentos de publicações distribuídos pela UNE (BERLINCK, 1984:36-38; RIDENTI, 2000: 113-115).

Articulada a estratégia de publicações, a UNE apoiou as atividades do Centro Popular de Cultura, que percorreu o país, através da chamada UNE-Volante, promovendo debates sobre a questão universitária e a reivindicação de um terço de participação estudantil nos conselhos deliberativos, e, dentro de uma proposta de arte engajada, espetáculos teatrais e musicais. A UNE-Volante passou por Sergipe pela primeira vez em abril de 1962, retornando em maio de 1963 (CRUZ, 1999: 102).

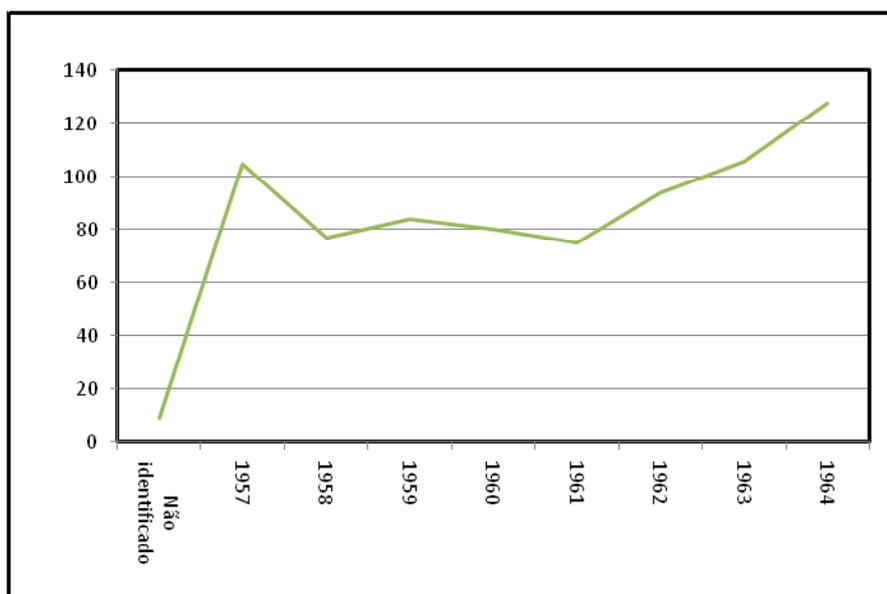
Em torno desta atmosfera de mobilizações, a UEES participou dos seminários nacionais organizados pela UNE para discutir a reforma universitária. Essa participação não se limitou apenas a incorporar e reproduzir experiências fomentadas pela direção nacional do movimento estudantil. O documento elaborado pela bancada de Sergipe para o seminário de reforma universitária realizado em Salvador, resgatado pelo projeto “Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)”, revela que as experiências fomentadas pelos estudantes universitários em Sergipe, no que tange ao debate institucional para obtenção de uma representação de um terço nos colegiados das instituições de ensino superior, a preocupação em efetivar o ensino superior no estado através da criação de uma universidade e a necessidade dos estudantes se envolverem também nas campanhas de educação e cultura popular, parecem ter alicerçado os argumentos da proposta encaminhada pela UEES à apreciação de outras bancadas presentes nos seminários apontados.

A discussão em tela não pretende dimensionar a centralidade do papel da bancada de Sergipe nos debates e na elaboração do texto básico que resultou o seminário já

mencionado – no caso a Declaração da Bahia –, mas pontuar a contribuição de um olhar fomentado fora do eixo Sul-Sudeste sobre a questão da reforma universitária. Embora pareça lugar comum pensar a história nacional a partir dos grandes centros urbanos, é importante analisar não apenas o olhar do centro sobre a periferia como também o inverso. É neste inverso, como diria Berman (1998), ao discutir a modernidade na periferia, como foi o caso por ele estudado do esforço russo em tornar São Petersburgo uma janela para a modernidade, que se pode, quiçá, encontrar também luzes para entender um Brasil mais plural e diverso. Assim como também são plurais e diversos os movimentos dos quais os estudantes e os jovens tomam parte.

O documento em apreço se divide em três partes. Elas versam sobre aspectos diferentes acerca dos debates sobre a reforma universitária que ocorreu em Salvador em 1961. A primeira parte versa sobre o sistema universitário, em particular sobre a questão do exame, da política de aprovação, do currículo e dos programas de ensino, e, por fim, da política de assistência estudantil. A segunda focaliza a necessidade de formulação de um projeto político para discutir a reforma universitária. E a terceira aponta a necessidade da participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior. Nestes documentos, datados de 18 e 19 de maio de 1961, uma semana antes da realização do seminário que daria origem à Declaração de Salvador, a UEES encaminhava a identificação de problemas e possíveis soluções frente a questões que deveriam contribuir para melhorar o sistema de ensino universitário, ao passo que criticava como o sistema de ensino superior excluía e limitava a possibilidade de ocupação das poucas vagas ofertadas pelas faculdades (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Matrícula por ano de entrada nas instituições de ensino superior em Sergipe no período de 1957 a 1964.



Fonte: Dossiês individuais dos alunos matriculados entre 1957 a 1964. In: Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.

A disposição dos dados de matrícula por ano de entrada dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior em Sergipe, no período de 1957 a 1964, revela uma variação no número de matrículas iniciais de 105, em 1957, a 128, em 1964. Os dados revelam oscilações decrescentes entre os anos de 1957 a 1961, cujo índice de matrícula atingiu o número de 75 matrículas, menor índice em toda série histórica analisada, considerando que no período pesquisado foi criada a faculdade de Medicina, pode-se inferir que as vagas ofertadas não estavam sendo preenchidas.

Já o índice de matrícula, no período de 1962 a 1964, oscila positivamente de 94 matrículas, em 1962, 106 matrículas em 1963 até atingir o número de 128 alunos matriculados em 1964. Esse crescimento do número de matrículas iniciais coincide com o período em que os estudantes, através da UEES, passam a questionar o excesso de rigor nos exames vestibulares que cada faculdade aplicava, a exigir alojamento e alimentação para os estudantes que necessitassem de assistência estudantil e a reivindicar o preenchimento das vagas existentes (CRUZ, 2003:116). Questionamentos perceptíveis nos argumentos da tese elaborada pela bancada de Sergipe para o Seminário Nacional de Reforma Universitária ocorrido em Salvador em 1961.

No que tange à reforma universitária, a bancada de Sergipe propôs a “movimentação da massa universitária” para que “num movimento que não fique só na cúpula mas que atinja toda a massa universitária” (Tese da Bancada de Sergipe para I Seminário Nacional de Reforma Universitária:3). Para eles, era necessário esclarecer ao conjunto dos estudantes da importância da autonomia financeira, administrativa e didática das instituições de ensino, que a autonomia universitária deveria ser co-partilhada com os estudantes que além de fiscalizar também deveriam propor encaminhamentos para os problemas de suas instituições. A importância dessa discussão consiste em alargar o entendimento a respeito da concepção de que o movimento estudantil não é um movimento social homogêneo, uniforme e invariável, uma vez que ele representa a síntese dialética das forças políticas latentes na luta dos estudantes em meio aos debates institucionais e sociais do lugar e do tempo em que atuam e pensam seus projetos de vida e de sociedade. Neste sentido, como colocou Albuquerque Júnior (1977), é preciso entender os diferentes projetos e interesses engendrados pelos estudantes na tessitura dos processos sociais de que tomam parte.

Ecos da Reforma Universitária em Sergipe

Em Sergipe os ecos da reforma universitária motivaram a organização de dois seminários estaduais. No primeiro, realizado na cidade de São Cristóvão, foram discutidos temas como: a teoria da Reforma Universitária, a crítica da Universidade em Sergipe, e a política para a Reforma Universitária (Jornal Gazeta, 27/04/1962). Articulados com os debates nacionais, os universitários sergipanos prepararam-se para a greve geral que reivindicou a ampliação da representação estudantil nos órgãos deliberativos das Instituições de Ensino Superior, deflagrada no dia primeiro de junho (Jornal Gazeta 30/05/1962). Além da ampliação da representação estudantil, os estudantes reivindicaram o fim do sistema de cátedra nas congregações de ensino superior. Movidos por estas bandeiras, a greve se estenderia em todo país por mais de 40 dias (Jornal Gazeta 10/08/1962).

De um modo geral, a greve não conseguiu grandes resultados, sendo extremamente desgastante para a UNE e suas representações estaduais (LIMA E ARANTES, 1984: 22-

23). Entretanto, no âmbito regional, como foi o caso de Sergipe, houve ganhos pontuais. Como caberia a cada instituição de ensino atender ou não às reivindicações dos estudantes em greve, algumas instituições atenderam em parte à solicitação dos estudantes. Em Sergipe, as Faculdades de Medicina e Ciências Econômicas parecem ter vislumbrado, ainda que parcialmente, essa perspectiva (Jornal Gazeta, 08/06/1962).

Passados os efeitos da greve por um 1/3 ainda em fins de 1962, os estudantes universitários e secundaristas já anunciavam os passos a serem trilhados pelo movimento estudantil no ano vindouro. Os debates em torno da Reforma Universitária teriam estimulado, segundo Alexandre Diniz, líder estudantil e presidente da UEES no período (Entrevistado em 12/03/1998), os estudantes sergipanos a intensificarem as discussões sobre a necessidade de criação de uma universidade em Sergipe, inclusive discutindo “se o seu modelo ia ser uma autarquia ou fundação”. Esta idéia veio a se consolidar durante a realização do II Seminário Estadual de Reforma Universitária, ocorrida na cidade de Santo Amaro das Brotas, em junho de 1963. Nesta ocasião, foi elaborada a “Declaração de Santo Amaro”. Essa declaração sintetizou as deliberações dos vários segmentos estudantis em Sergipe.

Com o golpe civil-militar, todo esse processo começou a ser desarticulado, logo em abril de 1964, a sede da UEES foi invadida e nos anos seguintes foi transformada em Diretório Estadual, sob a força da Lei Suplicy de Lacerda, vindo depois a desaparecer. A Universidade de Sergipe foi criada sob a forma de fundação, mas seu projeto de autonomia e gestão democrática com a participação de estudantes foi enquadrado à luz da Doutrina de Segurança Nacional. Interrompia-se, desse modo, a construção de um projeto político-cultural pensado a partir da sociedade brasileira.

Considerações Finais

Frente a uma tradição política em que a formação do Estado antecedeu a constituição da sociedade, experiências deste porte tornam-se significativas para entender como a sociedade civil se desenvolveu e se fortaleceu no Brasil. Esse horizonte de idéias e experiências desenvolve-se em um momento histórico marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e com ela os ventos de liberdade política que passaram a soprar sob os escombros ou fissuras dos regimes totalitários, ainda que limitados pela instalação do conflito militar entre o Oeste e o Leste, a chamada Guerra Fria. Sob os ventos desta nova ordem mundial, o Brasil encerrava o período da ditadura do Estado Novo e assistia ao fortalecimento da sociedade civil que despontava através de partidos políticos, movimentos sociais e, dentre esses, sindicatos, ligas camponesas e o movimento estudantil.

O estudo da participação dos estudantes sergipanos, através de sua entidade estadual, nos debates ocorridos sobre a reforma universitária no período de que antecede o golpe civil-militar de 1964, a partir da análise de documentos, memórias e noticiários jornalísticos, descortina a sintonia, a interação e, em maior ou em menor grau, a peculiaridade que o debate sobre a reforma universitária alcançara em Sergipe.

Desta forma, ao ressaltar a riqueza dessa documentação e a importância da bibliografia trabalhada, esta reflexão mostra que este é ainda um tema em aberto. Ao chamar a atenção para fato de que a interpretação desse material precisa ser devidamente aprofundada, em particular, levanta a necessidade de buscar junto aos arquivos das instituições de

ensino superior outros documentos que possam ampliar o horizonte dessa discussão, ao tempo em que reforça o debate acadêmico e político sobre a necessidade de repensar a autonomia universitária a partir de modelos que priorizem a democracia participativa. Nesta perspectiva, o presente estudo colabora para o entendimento de que movimentos sociais de dimensão nacional, como o estudantil, podem ser melhor compreendidos a partir do diálogo entre pesquisas produzidas em diferentes partes do país.

BIBLIOGRAFIA

- ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 198 p.
- ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, 302 p.
- BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da Arte da UNE*. Campinas, Papyrus, 1984, 120 p.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 360 p.
- CRUZ, José Vieira da. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos início do anos 60” in: *Caderno do Estudante*. São Cristóvão, V. 2, pp.99-113, 1999.
- _____. *Juventude e Identificação Social: Experiências Culturais dos Universitários Em Aracaju/SE (1960-1964)*. 2003. Dissertação. Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFS, São Cristóvão, 2003, 157 p.
- CUNHA, Luiz Antônio. “Ensino superior e universidade no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciono Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp.151-204.
- DANTAS, Ibarê. *Os Partidos Políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 341 p.
- _____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 334 p.
- _____. *A Tutela Militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 363 p.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, 75 p.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. A guinada na Bahia, com o golpe de 1964. *História Viva*,

- São Paulo, v. 26, 2005, pp. 86-91.
- FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.
- _____. “A estratégia do confronto: a frente de Mobilização Popular”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº24, pp. 181-212, 2004.
- FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº24, pp. 29-60, 2004.
- FORACCHI, Marialice M. *A juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972, 168 p.
- LIMA, Aroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-omega, 1984, 176 p.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papirus, 1987, 215 p.
- _____. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, 168 p.
- NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008, 252 p.
- PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, 102 p.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 346 p.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. São Paulo: Record, 2000, 458 p.
- ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão/SE. 1999, 82 p.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, 213 p.
- SAVIANI, Dermeval. “Prefácio”. In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 5-7.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. 2004. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação, UFS, São Cristovão, 2004, 92 p.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 232 p.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: UNICAMP, 2001, 286 p.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº24, pp. 13-28, 2004.

ZAIDAN FILHO, Michel & MACHADO, Otávio Luiz. *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: UFPE, 2007, 260 p.

Adalmir Leonidio

As idéias do socialismo utópico no Brasil

Doutor em Ciências Sociais
ESALQ/USP
leonidio@esalq.usp.br

Resumo

Este artigo pretende mostrar os limites e as contradições que o contexto brasileiro impunha às idéias do socialismo utópico, que começaram a se propagar no Brasil por volta de meados do século XIX, mormente no que se refere ao radicalismo igualitário de suas proposições. Ele está baseado na análise de uma série de jornais, que começaram a circular no Brasil em 1845 e que tinham por propósito essencial divulgar as idéias de autores como Charles Fourier e Henri de Saint-Simon.

Palavras-chave: Socialismo, utopia, Brasil

Abstract

The ideas of utopian socialism in Brazil. This article intends to mainly show to the limits and the contradictions that the Brazilian context imposed to the ideas of the utopian socialism that they had started if to propagate in Brazil for return of middle of century XIX, as for the equity radicalism of its proposals. It is based on the analysis of a periodical series, that had started to circulate it in Brazil in 1845 and that it had for essential intention, to divulge the ideas of authors as Charles Fourier and Henri de Saint-Simon.

Key words: Socialism, utopia, Brazil

Enviado em 31 de agosto de 2009
e aprovado em 29 de setembro de
2009.

Introdução

Nos anos que antecedem 1848, na França, há uma convergência quase natural entre socialismo e república. Isto se explica pela forte memória da Revolução, sobretudo a do ano II, cultivada entre as massas populares. República era sinônimo de revolução militante e o sufrágio universal era a meta lógica a que visavam todas as intenções daqueles que se posicionavam a esquerda do espectro político. Tal regime era o ponto de chegada do princípio republicano que via em todo homem, e não apenas nos proprietários ricos e poderosos, um cidadão. Os socialistas acreditavam que o povo sofria pelo fato de existir uma sociedade egoísta e injusta, protegida por uma legislação absolutamente burguesa e que, a partir do momento em que a grande maioria operária e camponesa ganhasse o direito do voto, evidentemente chegariam às câmaras os “verdadeiros representantes do povo”; seria garantido o direito ao trabalho, assim como à prosperidade e seria enfim possível a harmonização de interesses, chegando-se à “verdadeira democracia”. O “espírito de 1848” foi a vontade de dar novo ânimo ao “espírito da Revolução Francesa”, cujo conteúdo humano potencial ainda não havia sido revelado por completo, mas sobretudo foi o de criar uma república com instituições sociais, como as oficinas nacionais de Louis Blanc e o ministério especial do trabalho (AGULHON, 1991).

Esta convergência entre socialismo e república também teve seus ecos em terras brasileiras. E isto se deu em dois momentos distintos, de 1840 a 1870, e desta data até 1910. No primeiro momento, as idéias republicanas ainda não haviam ganhado espaço no Brasil, mas nem por isso suas preocupações sociais deixaram de estar presentes. Estas preocupações estiveram fortemente influenciadas pelas idéias socialistas de homens como Charles Fourier e Henri de Saint-Simon, e se expressaram, sobretudo, em torno do ideal da “organização do trabalho”, por eles proposto.

Quando se fala em socialismo utópico no Brasil, não se está falando de uma corrente de idéias relativamente homogênea, tal como se deu na Europa. Está-se falando de uma influência difusa de idéias e autores, de tal forma que elas eram repetidas, às vezes de maneira indiscriminada, por homens que a rigor muito pouco ou nada tinham de socialistas, mas mantinham certa preocupação com o social. E mesmo esta preocupação aparecia, num primeiro momento, de maneira muito diluída e vaga, pois muitos dos que se diziam preocupados com a “humanidade sofredora”, praticamente ignoravam os escravos que desfaleciam ao seu lado sob o açoitado de seus senhores.

Em virtude disto, a primeira e mais importante questão que se apresenta à circulação das idéias do socialismo utópico no Brasil é a do contexto cultural em que elas se apresentavam. É difícil falar no Brasil em uma linha evolutiva que leva da radicalização dos ideais de liberdade e de igualdade ao socialismo utópico, como se deu na Europa. Quando tais idéias “aportaram” no Brasil, na década de quarenta do século XIX, encontraram uma situação *sui generis*: ausência de uma burguesia enquanto classe social distinta e muito pouco trabalho livre. O comércio e o artesanato, embora com pequenas diferenças regionais, continuavam muito reduzidos. Além disso, predominava, mesmo aí, o trabalho escravo, conforme testemunhou Tollenare alguns anos antes: “Um mestre-de-obras, um marceneiro, um carpinteiro, um ferreiro, um pedreiro, um chefe, enfim, de qualquer destas profissões, em lugar de assalariar operários livres, compra negros e os

instruí” (ARAÚJO, 1997, p. 88 e 95). Portanto, era nas camadas médias urbanas – profissionais liberais, burocratas e até homens de Estado – que as idéias socialistas, como todas as idéias novas que vinham de fora, encontrariam uma base para sua difusão. Mas elas em si não representavam nenhuma classe social concreta.

Não se trata de uma camada média fortemente amparada em uma classe burguesa em processo de estruturação. A rigor inexistia uma camada social intermediária entre os grandes senhores e a parte ínfima da população livre que pudesse constituir uma classe média e que fosse apta a bem exprimir o sentimento nacional e as idéias de reforma social. Esses grupos não assumiam uma posição autônoma ou fundamentalmente renovadora. Seus representantes recrutavam-se, em sua grande maioria, entre a clientela da classe rural tradicional. Trata-se na verdade do mesmo grupo que dava origem aos arautos das idéias burguesas. Neste sentido o socialismo era tão utópico quanto o era o liberalismo burguês. E é este contexto particular que se faz necessário considerar quando se vai abordar as idéias socialistas utópicas no Brasil.

Introdução e difusão do socialismo utópico no Brasil

A circulação das idéias do socialismo utópico no Brasil abrange dois períodos históricos, conforme dito. Um, que se inicia nos anos quarenta do século XIX, indo até o fim dos anos sessenta. Outro, um tanto extemporâneo, que vai do início dos anos setenta até mais ou menos 1910. O primeiro período – que iremos abordar neste artigo – marca o contato inicial destas idéias com o meio cultural brasileiro: sua recepção, sua tentativa de difusão, etc. Mas o fundamental a dizer é que não chegou a se formar, no Brasil, uma geração de escritores influenciados, de uma forma ou de outra, por estas idéias, tal como se deu em Portugal. Como foi dito, as notícias mais remotas que se tem sobre estes primeiros momentos reportam-se, por um lado, à chegada do francês Vauthier ao Recife, em 1840, e, por outro, à presença do médico francês Benoit Mure no Rio de Janeiro, em 1841, bem como suas tentativas de fundar um falanstério em Santa Catarina. Foi praticamente em torno destes dois nomes que outros se vieram juntar, mas nunca chegando a representar um grupo coeso, que lutasse por certas idéias. Não só nesta fase, mas também até o fim do século XIX, os livros e panfletos seriam raros no Brasil, com exceção daqueles poucos que vinham de fora, em geral de autores franceses ou portugueses. Mais freqüente foi a sua difusão através da imprensa. Igualmente raras eram as traduções. Por vezes apareciam algumas que eram distribuídas em capítulos ao longo dos diversos números dos jornais. Quase sempre elas eram descontínuas e às vezes interrompidas em definitivo. O que se fazia comumente era resumir em suas páginas as idéias do autor lido. Com isso era comum propagar-se uma visão muito deformada do autor e da obra.

Outro problema que se apresentava à circulação das idéias do socialismo utópico no Brasil, nesta fase inicial, era a relação entre a imprensa e o público-leitor. Embora houvesse uma imprensa periódica no Rio de Janeiro desde 1808, é só a partir de 1821, quando o monarca assina um decreto suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral, que se cria uma relativa liberdade de imprensa. Relativa porque ela segue entre avanços e recuos. Mais do que uma imprensa periódica e regular, abundam as brochuras, manifestos, proclamações, denúncias, etc. O período de maior avanço foi o da Regência (1831-1840), talvez pela ausência direta da figura do imperador

e pelo enfraquecimento do poder da Coroa. Não só a imprensa cresceu, mas também as associações leigas, maçônicas, filantrópicas, sociedades secretas, entre outras (MOREL, 1998, p. 93-94). Em 1834 houve uma nítida diminuição da imprensa periódica. Nesta época o governo imperial buscou deter a expansão dos periódicos através da legislação controladora, mas também da repressão.

Havia outros fatores de restrição ao público-leitor. Antes de mais nada, o alto índice de analfabetismo, que em 1872 estava estimado em 84,2%. Além disso, há que se considerar as condições financeiras, caso um homem pobre e livre fosse alfabetizado. A Constituição de 1824 condicionou o direito de votar e de ser votado aos indivíduos que possuíam uma determinada renda anual, ficando excluídos os que estavam abaixo deste patamar. Era igualmente necessário ter algum dinheiro para comprar publicações impressas, livros ou jornais. Havia assim um certo paralelo entre o status de leitor e o de eleitor. A sociedade encontrava-se dividida entre, de um lado, uma camada de homens letrados – redatores e leitores – emparelhados com os ricos proprietários de terras e de escravos e, de outro lado, uma camada de homens rudes, pobres e iletrados.

O primeiro periódico a defender as idéias do socialismo utópico do qual se tem registro, no Brasil, foi O Globo, “jornal filosófico, literário, industrial e científico”, fundado no Rio de Janeiro, em 1844, de propriedade de A. F. Guimarães e com redação na Rua do Ouvidor. O próprio título é, em si, muito significativo, uma espécie de homônimo do jornal saint-simoniano Le Globe, está no entanto muito distante do ideal universalista aí propagado. Também o sub-título é interessante: esboça a euforia em torno da idéia de se criar uma corrente filosófica no Brasil, o que já vinha sendo tentado pelo ecletismo espiritualista, de aderir às idéias científicas e industriais, em suma, de introduzir as idéias modernas. Assim como em Portugal, no Brasil tais idéias adquiririam o estatuto de um amálgama indeciso entre progressismo liberal, socialismo utópico e cientismo. Mas o que caracterizariam estas idéias, seriam as ausências, isto é, os limites impostos pela situação histórica do país.

O jornal carioca começa afastando qualquer possibilidade de radicalismo que lhe pudesse vir a ser associado. Critica o protestantismo e a filosofia do Iluminismo, relacionados às idéias dissolventes da Revolução Francesa e defende o catolicismo e a monarquia. A seguir conclama “todos os amigos da filosofia e da humanidade”, isto é, “os homens cultos deste império”. Pedem a sua proteção e o seu auxílio nesta “difícil empresa” de propagar as idéias do “célebre Charles Fourier”. Mas aí também havia limites a impor: “A nossos olhos, grandes nódoas enfeiam as invenções deste grande homem”. Segue-se um resumo da obra de Fourier, um esquema simplista onde fica de fora toda riqueza inventiva e todo teor humanitário. Neste resumo há uma assimilação entre os termos socialismo e fourierismo, que adquiria dois sentidos básicos: o de “ciência social”, ou ciência que trata da “questão social”, e o de “organização do trabalho”, o que acabava por ter um sentido que só fica claro à luz do fourierismo reinterpretado, conforme se verá adiante. É curioso ver então como tais idéias incorporavam já a carga positivista, que no entanto só viria a se desenvolver muito mais tarde: “Cesse o império da charlatanaria, entremos na senda do positivismo se quisermos marchar a par das idéias do século e colhermos os benefícios que o futuro nos oferece”. Isto é, as idéias do socialismo utópico no Brasil serviriam também como um meio de preparar o terreno para a ampla penetração que teria mais tarde o positivismo, sobretudo aquele que manteve certa preocupação

com o social, entre aqueles que defenderiam mais tarde, depois dos anos setenta, a idéia de “organização do trabalho”.

Mas o que significava por esta época organizar o trabalho, segundo a acepção dos diferentes jornais? Um dos aspectos do fourierismo que mais empolgou no Brasil foi a idéia de se criar falanstérios, confundida, em geral, nestes casos, com colônias agrícolas. Destacando a carência de braços para o trabalho no Brasil, acreditava-se que somente um “bom sistema de colonização” poderia atraí-los e fixá-los adequadamente. Acreditava-se ainda que o falanstério seria um modelo para um novo tipo de propriedade rural, onde o trabalho fosse melhor estruturado e a fazenda mais rentável. Mas também se pensava nele como um tipo de arquitetura, próprio para resolver os problemas de insalubridade, tão comuns nos meios urbanos. Como se vê, há uma certa indecisão entre um modelo urbano, onde se fazem presentes “os inconvenientes de uma extrema civilização, isto é, o desenvolvimento exagerado da indústria” e a conveniência de um modelo rural e agrícola. Afinal, acabaria por se optar pelo último. A “organização do trabalho”, portanto, nada tinha a ver com a idéia de se contrapor à desorganização da economia industrial surgida com as revoluções burguesas na Europa. A simples idéia de revolução parecia assustar aos adeptos brasileiros das idéias do socialismo utópico e surgia então como antípoda das idéias de “progresso” e “sociabilidade”, que estes mesmos homens diziam defender.

Da mesma forma, o termo “questão social” é vago e indeciso. Fala-se em resolver o problema dos braços para a lavoura, fala-se em melhorar a sorte da humanidade, em promover o progresso, mas nem de leve se pronuncia a palavra pobres, quanto mais a palavra escravos. Nem mesmo o fictício povo, tão conclamado pelos ditos liberais, aparece aqui. Mais uma vez fica claro para quem se escrevia: para um reduzido grupo de homens letrados, em geral filhos de grandes proprietários, e para suas clientelas.

Em 1845 aparece um outro jornal muito importante no âmbito da difusão das idéias do socialismo utópico no Brasil. Trata-se do jornal carioca *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*. Os principais nomes que aparecem associados ao jornal são os de Benoit Mure, o médico francês anteriormente citado, João Vicente Martins, Edmond Thiberghien e M. G. de S. Rego, dono da tipografia onde era impresso o jornal, em Niterói. Seu número inicial saiu em primeiro de agosto de 1845. Declarando-se “discípulos veneradores” de Fourier, os editores do jornal acreditavam poder colaborar, embora com “pequenos contingentes de fracas luzes”, para tornarem vulgares as “verdades úteis” que pudessem fazer “prosperar o Brasil”. O termo socialismo aparecia então associado a três significados primordiais: “conservação”, “melhoramento” e “ciência social”. Era preciso conservar o que havia de bom no país, como era preciso melhorar o que se mostrava insuficiente. Neste sentido o jornal dizia-se também um arauto das “novidades do progresso”. Neste caso, as idéias de Fourier pareciam ser uma grande novidade, sobretudo porque apareciam fortemente vinculadas à ciência, por isso também eram chamadas de “ciência socialista”. Quanto ao termo social, como aconteceu anteriormente, ele também não é claro, aparecendo aqui como uma referência vaga aos “mais fracos”, aos desvalidos em geral.

Mas o progresso social, que entre os socialistas utópicos franceses esteve sempre ligado à idéia de associação, não se constituía no principal argumento entre os vulgarizadores das idéias do socialismo utópico no Brasil. As doutrinas do Direito Natural,

subtraídas de seu princípio norteador, o individualismo, estiveram ligadas ao ecletismo, que representou uma direção conciliadora das opiniões, permitindo ser abandonado pelo positivismo. Ao chegarem ao Brasil, as idéias do socialismo utópico sofreram as injunções deste contexto histórico, dando-se ênfase, sobretudo, à noção de ordem e subtraindo da noção de associação o sentido original de contrato social. A idéia de associação aparece pela primeira vez ligada ao projeto de formar “colônias agrícolas”, “uma forma nova e mais humana que quer tomar a Caridade, restringida até agora à esmola, que é insuficiente e até degradante”. Reduzida à filantropia de pequenos grupos, associações como as “colônias agrícolas” adquiriam contornos similares a outros tipos de associação no Brasil, como a própria maçonaria (ALMEIDA, 1999), a mais expressiva entre elas. No Brasil, subtraída de seu aspecto laico, a filantropia esteve associada à caridade religiosa, graças ao predomínio do catolicismo como religião oficial, assemelhando-se por isso a outras formas então predominantes, como a Santa Casa da Misericórdia. Não é de estranhar, portanto, que o aspecto religioso do socialismo utópico europeu tenha adquirido contornos tão nítidos no Brasil, a ponto de Fourier ser considerado o homem que “encontrou a lei que transporta ao nosso globo as harmonias do Céu”. Observamos aqui um importante desvio das premissas individualistas da idéia de associação.

E se os direitos individuais perdem força enquanto valor, ganha-os a idéia de ordem. Rejeitando o epíteto de que o fourierismo representava algo de radical e dissolvente, o jornal visa responder “aos que pretendem que a nossa época não sabe senão destruir”, propondo a criação de colônias agrícolas, que encarnava “um direito novo, o direito ao trabalho”, fazendo eco a uma das principais bandeiras que seria levantada por ocasião dos acontecimentos de fevereiro e março de 1848, em Paris. As colônias agrícolas seriam divididas em duas classes. Uma destinada às crianças pobres e aos enjeitados. E outra voltada para os operários sem trabalho, a velhice desamparada e os mendigos. Da mesma forma elas deviam ser distinguidas entre aquelas que estariam voltadas para a repressão dos delitos e aquelas voltadas para sua prevenção. A idéia do falanstério fourierista convertia-se aqui num misto de asilo, orfanato e casa de detenção, uma maneira profundamente conservadora de pensar a solução da “questão social” no Brasil. No fundo, representava uma maneira de aumentar ainda mais a exclusão e o fosso que separava cidadãos de não cidadãos (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 04/08/1845).

Assim, as noções de organização e ordem marcavam sua distância não apenas da democracia, mas também da idéia de república. Embora O Socialista da Província do Rio de Janeiro tivesse se tornado um importante “vulgarizador” das idéias do socialismo utópico francês e se mantivesse fiel à linguagem dos “direitos”, ficaram ausentes suas principais bandeiras, isto é, a república e o sufrágio universal. Este último só apareceria, um pouco mais tarde, entre os adeptos do socialismo utópico em Pernambuco, como veremos mais adiante. De acordo com o jornal pesquisado, os adeptos dessas idéias no Rio de Janeiro eram, se não simpáticos à Monarquia, ao menos muito complacentes com ela:

O Brasil é o primeiro país onde o governo acolhe e protege até a ciência social, o fourierismo! O governo do Brasil é o primeiro que prestou às idéias sociais o auxílio da sua legislação! Há quatro anos, de acordo com as câmaras, o governo autorizou a formação de um

falanstério; hoje um ilustre senador do Império colocando-se à frente do progresso social no seu país, acaba de obter de Sua Majestade Imperial o decreto que publicamos abaixo e de cuja execução pode datar uma nova era de verdadeira prosperidade (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 06/08/1845).

Acreditava-se que, com o amparo benevolente do imperador, o Brasil seria o primeiro país onde se veria realizada a concepção falansteriana de Fourier. O “ilustre senador” ao qual se refere a citação é Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o “falanstério”, a Sociedade Família Industrial. De acordo com o disposto nos artigos do decreto citado ela tem a natureza de uma associação para produção e comércio, muito mais que de uma comunidade de bens, estabelecendo-se as condições para o ingresso, a permanência e a exclusão dos “sócios”. Embora com o epíteto de “industrial”, seu objetivo principal é a agricultura, conforme o artigo 3. Mas ela tem também uma natureza muito similar à das “colônias agrícolas”, dando ênfase à “proteção” dos que não encontram emprego e das crianças desamparadas, conforme o artigo 4 estabelece. Mas chama a atenção o final do artigo 3, exigindo dos candidatos a membros da Sociedade “severa observância da moral cristã, das leis do país e hábito de trabalho”, o que caracteriza a prevalência do princípio de ordem em relação ao “progresso social”, mas sobretudo o expurgo da idéia de contrato social, ao subjugar a um decreto imperial as regras de associação entre indivíduos, supostamente declarados livres e iguais.

As idéias de organização e ordem aparecem também filtradas pela de reforma social. Aqui, diferentemente do que acontece com o jornal O Globo, o argumento é formalmente muito similar ao dos socialistas utópicos europeus. A “organização do trabalho” proposta visa combater a anarquia que domina o *laissez faire* da economia de mercado: “A imprensa transporta para a cabeça há pouco desacetada de Charles Fourier a coroa que ontem ornava a frente de Adam Smith” (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 11/08/1845). De olhos voltados para a Europa, acreditava-se que estava prestes a surgir uma nova “era de paz”, de “garantias recíprocas” e de concórdia entre os homens. Uma era onde os trabalhos científicos estariam a serviço da humanidade e todos os conflitos poderiam ser resolvidos em congressos internacionais:

Tudo para isso contribue: essas linhas de caminhos de ferro que ajuntarão bem depressa a todos os lugares da Europa como províncias de um único estado; esses telégrafos elétricos de tão maravilhosa agilidade que podem servir a um diálogo entre a França e a China, esses abatimentos progressivos das alfândegas que unem os povos pela permutação do produto; a ambição da política, a curiosidade da ciência, o interesse das indústrias e do comércio, o gosto das aventuras tudo favorece a expansão desses pensamentos de cosmopolitismo e de fraternidade universal que se derramam de todas as mais altas inteligências de nossa época (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 11/08/1845).

Mas quando o pano cai e entra em cena a realidade brasileira, tudo parece mudar. Chegava-se a confundir “comunistas” com liberais, considerados os apóstolos do

livre comércio (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 15/08/1845). Para saint-simonianos e fourieristas, a Revolução Francesa, os direitos do homem e o liberalismo não haviam realizado as promessas de liberdade, igualdade e, sobretudo, fraternidade, mas tão somente incentivado a livre-concorrência e o egoísmo individual; chegara o momento de organizar a sociedade. Mas, no Brasil, a anarquia que se visa combater não é obviamente a da miséria causada pela revolução industrial, mas a das massas de homens pobres e livres, vagando pelas cidades sem ocupação, um verdadeiro perigo para a ordem estabelecida. Assim, também não é a ordem industrial burguesa que se defende quando se faz apologista do progresso, mas a rural e agrícola, conforme fica expresso na idéia de “organização da agricultura”. A agricultura, tida como a “rainha das indústrias”, aparecia então como a “grande novidade” no campo das reformas a serem implementadas e a maior esperança para a salvação do Brasil:

Já se revela aos espíritos mais esclarecidos a imensidade do futuro desta indústria e o papel importante que lhe está reservado na solução dos novos problemas que surgem e se elaboram no seio dos povos modernos. Numerosos sintomas indicando que o tempo é vindo de preparar esta grande obra protestam contra a atualidade das reformas; as outras indústrias têm ganho um desenvolvimento extraordinário (sic); os trabalhos manufatureiros e o comércio se afastam cada vez mais da agricultura e não se combinando com ela, atraem inconsideravelmente ao interior das cidades legiões de obreiros, sem dar-lhes garantia alguma, enquanto a agricultura carece de braços, de capitais e de ciência (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 20/08/1845).

Os exageros, tais como o “desenvolvimento extraordinário” da indústria e as “legiões de obreiros”, ficam por conta da cabeça que não sai da Europa e que só muito raramente permite ver que os seus pés estão atolados na escravidão. Mas as críticas, em geral, pouco ou nada têm a ver com o teor humanitário, como era de se esperar, em defesa do estatuto de pessoa humana para o escravo e, conseqüentemente, de sua liberdade. Argumenta-se contra este “capital” pouco seguro, sujeito “aos mais incalculáveis riscos”, como as doenças e os vícios (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 01/09/1845). O mesmo jornal vê-se então indignado com a lei anti-tráfico imposta pela Inglaterra ao Brasil, concluindo que este era um problema que competia ao governo brasileiro resolver (O Socialista da Província do Rio de Janeiro, 03/09/1845). Dizia-se tratar de uma intervenção indevida “das potências européias nos negócios da América”, em seus “conflitos civis”, como se de homens livres se estivesse falando. Argumentava-se ainda que se não fosse a intervenção inglesa, a escravidão no Brasil já teria “morrido de morte natural”.

Predomina a idéia de organização, de ordem em prejuízo da idéia de contrato, entre os defensores das idéias do socialismo utópico no Brasil. A idéia de “direitos sociais”, então nascente na Europa, juntamente com o movimento operário, vê-se profundamente abalada pelos limites impostos aos “direitos civis”. Tais idéias adquirem então um ranço profundamente conservador, ficando claro o princípio conciliador que os norteia, tal qual a filosofia eclética, que impôs aos juristas brasileiros a conciliação do Direito Natural moderno com o cristianismo e a filantropia (ALMEIDA, 1999). As idéias de

reforma social e de organização combinavam-se tão bem quanto as de reformismo e conservadorismo da filosofia eclética dominante.

Aproveitava-se o argumento das leis anti-tráfico para se opor também à intervenção anglo-francesa no conflito entre Argentina e Uruguai, em torno da questão do Rio da Prata. Dizia-se que o que estava em jogo era uma escalada das potências européias contra o “desenvolvimento espantoso” das nações americanas. Uma solução possível para o caso estava sugerida também nas páginas da revista francesa *La Democratie Pacifique*, que vez ou outra publicava artigos sobre o Brasil e a América Latina. Segundo um destes artigos, intitulado “Política social” e transcrito nas páginas de *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, era preciso criar uma “marinha neutra”, nos moldes de um “tribunal arbitral internacional”, que passaria a fiscalizar não só os navios negreiros mas também as “rivalidades e conflitos entre nações diferentes”, única maneira de estabelecer “o verdadeiro equilíbrio universal e de servir os interesses da humanidade”, devendo ser composta – essa – de navios pertencentes a todas as potências. Tal instituição lembrava ainda a “ordem da Malta” na Idade Média, baluarte da cristandade contra os infieis. O tom ligeiramente anti-escravista fica por conta do fato de se tratar de um artigo extraído diretamente de uma revista francesa:

Hoje seria outro o seu fim, mas nem por isso menores serviços podiam prestar. Empregados na polícia dos mares, na repressão do tráfico da escravatura (...) quantas garantias não haviam de oferecer aos governos para a execução do seu mandato, quantas não seriam as vantagens que os povos e os governos encontrariam nesta intervenção de homens fortes, ilustrados e compenetrados de espírito de justiça, de equidade e de conciliação que se encontram nos ministros da religião, que seguem os princípios do Divino Mestre (*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, 12/09/1845).

Com a “questão do Prata” temia-se uma colonização descontrolada nas províncias ocidentais do Brasil, isto é, uma invasão inglesa e francesa das partes mais remotas do país. Paralelamente à proposta de uma “marinha neutra”, o jornal brasileiro propõe então a criação de uma “liga americana”, capaz mesmo de dar curso a um velho sonho de Saint-Simon, mas aqui de tom muito mais nacionalista:

A canalização do Istmo de Panamá é o alvo dos incessantes pensamentos da França e da Inglaterra. Os americanos não podem nem devem consentir que uma potência estrangeira venha enfeudar-se no meio do seu continente e senhorear-se de uma passagem cuja abertura pode talvez inteiramente modificar os interesses comerciais do velho e do novo mundo (*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, 15/09/1845).

Mas o que mais seduzia nas obras dos saint-simonianos era o apelo à ciência e ao progresso. Insistia-se na idéia de que o socialismo havia deixado de ser uma mera utopia e que estava a par dos maiores avanços científicos do século. A liga americana não seria um sonho vão, mas o corolário lógico do que se vinha passando na Europa, esta já com

uma poderosa união entre seus Estados. É claro, confundia-se aqui a defesa das idéias federalistas na Europa com o fato do federalismo, nunca realmente estruturado. Assim todas as obras ou artigos franceses que punham em relevo a idéia de uma “ciência social” eram imediatamente resumidos nas páginas do jornal brasileiro, sobretudo aqueles que falavam de questões de interesse nacional. Assim se deu, por exemplo, com a obra *L’Organisation du travail et l’association*, de Mathien Briancourt, onde se descortina “a indicação orgânica da sociedade do futuro” (*O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, 01/10/1845).

Mas não apenas no Rio de Janeiro, capital do império e principal centro urbano por esta época, divulgavam-se as idéias do socialismo utópico. Também em Pernambuco isto foi uma realidade presente. Lopes Gama, um padre pernambucano ligado ao jornal *Sete de Setembro*, que circulou no mesmo ano de 1845, em Recife, dividindo a sociedade entre “privilegiados” e “oprimidos”, achava que o povo não era suficientemente “ilustrado” para exercer a democracia. Predominavam na sociedade brasileira os hábitos aristocráticos e os valores de hierarquia, o que inviabilizava qualquer transformação vinda de baixo. “Na verdade”, diz ele, “só uma cabecinha de camarão, como a de Borges da Fonseca, conceberá a exequibilidade duma democracia no Brasil, país essencialmente aristocrático, composto de classes tão heterogêneas, país onde até os mais pronunciados liberais traficam com carne humana”. Achando o povo despreparado, era contra qualquer forma de insurreição popular. A redenção deveria vir de cima, dos “ilustrados”: “Em nossos dias três homens distintos têm tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma da sociedade: Saint-Simon, Fourier, Owen” (*Sete de Setembro*, 31/10/1845). É possível ver aqui e mais adiante, nos outros autores pernambucanos, certa diferença em relação aos do Rio de Janeiro, pois já estão presentes, embora vagamente, as diferenças de classe e a situação de exploração a que estão submetidos os mais pobres.

No ano seguinte, em 1846, surge uma importante revista em Pernambuco, vinculada às idéias socialistas de então. Trata-se de *O Progresso*, que contava com assinantes nas principais províncias do império: Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro. Ela era dirigida por Antônio Pedro de Figueiredo, amigo pessoal do francês Vauthier, que também foi seu redator por algum tempo. A passagem de Vauthier pelo Brasil é importante porque, além de ter contribuído para a introdução das idéias socialistas neste país, marca uma relação embrionária com o positivismo, o que reforça este tom conciliador ou mesmo conservador para o qual chamamos a atenção. Não se pode dizer, como salientam alguns, que com Vauthier “irrompe na história brasileira o papel do engenheiro como reformador social” (CHACON, 1981). O certo é que, sendo engenheiro e tendo tomado contato com as idéias de Saint-Simon e Fourier, ele ajuda a trazer para o Brasil uma maneira de pensar que faria escola posteriormente. Desta forma não parece exagerada a hipótese de que Vauthier pode ser incluído entre os precursores do positivismo no Brasil, além de o ser do socialismo (FREYRE, 1940). O próprio título, talvez sugerido por Vauthier, diz muito sobre o conteúdo da revista. O engenheiro francês aparecia como o arauto da boa nova, vinha falar dos caminhos de ferro, dos telégrafos e de toda uma gama de inovações que vinham fazendo milagres na velha Europa e que, tudo levava a crer, também o fariam aqui.

Mulato, nascido paupérrimo em Igarauçu, Antônio Pedro de Figueiredo (1814-

1859) teve o destino de muitos dos jovens intelectuais de sua origem social. Ao chegar a Recife, recebeu proteção do poderoso Barão da Boa Vista, importante fazendeiro da região. Graças a esta circunstância, conseguiu ingressar na Faculdade de Direito de Olinda, reduto dos conservadores. Também com a ajuda do seu protetor, foi nomeado professor de geometria e depois de “língua nacional”, geografia e história do Liceu do Recife. Publicou, aos vinte e nove anos, uma tradução do Curso de história da filosofia, do filósofo eclético Victor Cousin, passando a ser conhecido, desde então, como “Cousin Fusco” (CHACON, 1981). A aproximação com a filosofia de Cousin tem um duplo significado na obra de Figueiredo. Em primeiro lugar, ela opera uma profunda fratura entre as idéias que se pregava e a realidade do país, como faria, aliás, em outros pensadores; além disso, ressalta o seu aspecto moderado em política, quando não conservador. Segundo Cousin “a civilização é obra da filosofia”, donde Figueiredo conclui que a civilização e o progresso não podem existir “nos países onde a filosofia é ignorada e desprezada”. Neste sentido o “atraso” do Brasil é diretamente relacionado à incipiência de suas “luzes”, tal como no jornal O socialista da Província do Rio de Janeiro. A única ação plausível neste caso era a de difundir, ou melhor, de infundir as “luzes” nas “trevas” da ignorância, velho ideal dos iluministas franceses (O Progresso, 07/1846).

Esta maneira de pensar tem como resultado uma exacerbação do moralismo e da mística neo-cristã. Embora viesse a proclamar, três anos depois de ter feito a primeira tradução de Cousin, um rompimento com a filosofia do mestre, por considerá-la um mero “jogo de palavras”, Figueiredo manteria o seu “estilo eclético” de pensar. Assim, termina por se proclamar um autêntico nominalista, recusando a metafísica, mas se considerando ainda fiel ao cristianismo. Neste sentido, interpretou o mundo como uma emanção natural e necessária de Deus, e viu o socialismo como um “desígnio da Providência”. Figueiredo encontrou em Cousin um caminho para o socialismo e uma chave para libertar a “humanidade”, mas sem ver que eram os escravos quem primeiro precisavam ser libertos.

Mas se Figueiredo parecia formalmente afastar-se de Cousin, parecia igualmente mais aproximar-se do positivismo. Ainda no primeiro número de O Progresso, proclama uma verdadeira profissão de fé ilustrada, defendendo o “livre pensamento” e o predomínio da razão na direção das ações dos homens. Fazendo-se apologista do “glorioso progresso das ciências”, acreditava que ainda faltava aos conhecimentos novos que a cada dia surgiam um “princípio ordenador”, tanto do ponto de vista da natureza, quanto da sociedade. Coincidindo com Comte, ele acrescenta:

Pela nossa parte, convencidos de que, se os fatos são os elementos constitutivos da ciência, eles não possuem todo o seu valor senão com a condição de serem regularmente coordenados entre si numa síntese luminosa; acolheremos com prazer todas as idéias sintéticas, tudo quanto propender para a ordem, a coordenação e a regularidade, tudo quanto tiver por alvo explicar, simplificar e reduzir a um número menor os princípios geradores de que procedem as ciências; enfim, tudo quanto tender a atar a uma lei de ordem superior as leis parciais que ora possuímos (O Progresso, 07/1846).

Figueiredo busca a conciliação entre um progresso possível com a ordem necessária. Esta idéia, conforme visto, guarda uma interessante proximidade com as idéias de Comte. A ciência deve possuir uma capacidade de previsão tal, que permita ao homem agir na sociedade. Segundo Figueiredo, se se aplicar à política “os princípios gerais que acima estabelecemos, concluir-se-á que somos partidários da ordem na sociedade, do acordo e disposição regular dos interesses e dos homens” (O Progresso, 07/1846). Assim, a própria liberdade era interpretada como uma consequência natural da ordem social. Para que ela se exercesse plenamente era preciso que cada parte fosse melhor disposta dentro de uma estrutura rigorosamente hierarquizada, onde os “interesses e as paixões” não mais se chocariam, mas conviveriam harmonicamente, dando livre curso à satisfação das necessidades individuais. Conclui-se então que a política é “a ciência da organização social”. E uma “organização social” coerente permitiria que os “direitos dos cidadãos” e as suas “liberdades constitucionais” saíssem da “atmosfera metafísica das constituições” e “encarnassem nos fatos”. Esta idéia guarda simultaneamente uma similaridade com as idéias do socialismo utópico e com as idéias de Comte.

É pouco provável que Figueiredo tenha conhecido Comte. Contudo é preciso não esquecer que embora o positivismo só viesse a se implantar no Brasil firmemente a partir de 1870, as idéias de Comte começam a aparecer no final da década de quarenta com o Dr. Justiniano da Silva Gomes e, mais tarde, na década de cinquenta, com o Dr. Segoud, um dos seus primeiros discípulos, membro da sociedade positivista e professor da Faculdade de Medicina de Paris. A partir dos anos cinquenta as idéias do positivismo começaram a ter repercussão abertamente na Escola Militar do Rio de Janeiro (LINS, 1967, p. 18-66). Contudo, ainda que tais idéias não tenham ecoado em Figueiredo, é igualmente plausível o seu conhecimento de Saint-Simon. Como nesse autor, a sociedade aparece em Figueiredo dividida entre “as classes que gozam ociosas e as que trabalham quebrantadas pela miséria”. Obviamente a cabeça de Figueiredo aqui está totalmente imersa na paisagem social européia. E como em Saint-Simon sua concepção é igualmente moralista, apontando como responsável pela ausência de “felicidade geral” a “falsidade das relações estabelecidas entre os homens, como produtores e consumidores” (O Progresso, 07/1846).

Mas o seu espírito de moderação ganha uma clareza incontestável quando ele se reporta ao problema da revolução. Segundo Figueiredo o exemplo da Europa deve impelir o Brasil a sanar o quanto possível o pauperismo, antes que ele se torne um fator de revoltas sangrentas. Haveria então dois tipos de revolução. Uma que são “obras de um partido político” e que tem na violência o motor para a derrubada da ordem estabelecida. Outras que são “revoluções de princípios”, “verdadeiras revoluções”, as únicas que merecem a atenção do filósofo. Primeiro se consumam no domínio da inteligência, na esfera das idéias, antes de se “traduzirem em fatos”. As revoluções só ficam “definitivamente consumadas” quando as idéias que representam “hão penetrado nas massas”: “Por ora (...) o que nos é mister é investigar as causas dos nossos males e as reformas que nos podem salvar e propagarmos pela imprensa e pela palavra a solução deste importante problema” (O Progresso, 08/1848). A “questão social” era, pois, uma equação a resolver. Este esquema de pensamento, típico do socialismo utópico europeu, e que ganha um reforço com a maneira eclética de pensar, herdada da influência de Cousin, era muito conveniente a um grupo de homens, proveniente das elites rurais e escravocratas ou por

elas protegido, que queria introduzir a idéia de progresso sem contudo mexer com as bases da sociedade brasileira. A idéia de uma “revolução de princípios”, organizada por uma minoria ativa, pautava-se sobretudo no temor de uma possível revolta de escravos.

Por trás de tais idéias estava o embrião do positivismo que se desenvolveria posteriormente, isto é, de que era preciso “reorganizar” a sociedade mas sem apelar à revolução violenta. Uma nova sociedade surgiria “naturalmente” como produto das idéias modernas e ativas: “Nem se deve deduzir, do que fica exposto, que os insurgentes de junho, e que nós também, pretendemos revolver totalmente a sociedade para reorganizá-la; bem sabemos que estas revoluções radicais são obra do tempo” (O Progresso, 08/1848). Os “insurgentes de junho” a que Figueiredo se refere são aqueles que participaram dos acontecimentos de 1848 na França, cuja repercussão, sobretudo entre os socialistas pernambucanos, foi muito grande. Neste sentido o socialismo era encarado como uma “doutrina reformadora”, de “intenções puras e generosas”, que a partir de cima realizaria na terra os “princípios da liberdade e da fraternidade”. Daí que as poucas informações que chegavam ao Brasil sobre o comunismo, em particular da Alemanha, eram extremamente caricaturadas. Em artigo intitulado “Os comunistas alemães nos dois mundos”, eis como se expressou Figueiredo a este respeito:

A Alemanha, assim como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, acaba de ser invadida pela idéia comunista. As novas doutrinas sobre a comunhão dos bens hão penetrado na maior parte das associações operárias que cobrem com um vasto e inextricável tecido os Estados da Confederação Germânica. Deus preserve a Alemanha das rosas vermelhas dos seus comunistas, dando aos governos a inteligência das coisas sociais (O Progresso, 05/1847).

É difícil saber a fonte de onde extraiu Figueiredo as suas informações a este respeito. No próprio artigo ele fala de um “relatório” onde consta que tal “seita” pretendia “banir do coração dos operários a fé em Deus”. Provavelmente trata-se de um dos tantos relatórios policiais existentes por esta época. O autor cita ainda os nomes de Weitling e Becker. Sobre o primeiro ele diz que o seu lema é “tudo destruir para tudo reconstruir sobre novas bases”. Quanto ao segundo, menos “radical”, embora reclame igualmente a “abolição da propriedade e do capital”, “pronuncia-se contra a tendência irreligiosa de Weitling”. Ao fim, pergunta-se Figueiredo: “Quem teria razão, Becker ou Weitling?”. Nem um nem outro. Todavia, o que aparentava ser o “comunismo religioso” daquele, parecia-lhe mais “razoável” do que o “comunismo político” deste último. Em outro artigo do mesmo número ele acrescentaria ainda sobre este argumento as seguintes palavras: “Temos indagado com paciência a causa do mal: descobrimos a fonte e encontramos os meios de curá-lo por via de atos legislativos, sem abalos, nem revoluções”.

O tom conciliador do ecletismo de Figueiredo destaca-se ainda em dois outros pontos: na visão da propriedade e no monarquismo. Figueiredo não critica a propriedade, nem mesmo no seu aspecto mais geral, como o faziam os utópicos em toda a Europa ao defenderem a idéia de associação ou de comunitarismo. Ao contrário, acredita que a propriedade privada deve ser estimulada, acrescentando apenas a necessidade de facilitar o acesso a ela:

Temos que desenvolver a nossa agricultura e indústria e a vós vos pertence ver até que ponto se podem favorecer uma e outra, por uma lei prudente que tornando a propriedade territorial facilmente acessível a todos, dê uma aplicação útil e moralizadora a tantos braços atualmente ociosos (O Progresso, 05/1847).

E como deveria ser estimulada a distribuição da propriedade no Brasil? Através da criação de um imposto territorial de “dez réis anuais para cada cem braças quadradas de superfície”. Acreditava-se que esta medida iria inibir a existência de terras improdutivas e estimular a sua ocupação produtiva, à medida que os seus proprietários se vissem obrigados “a vendê-las ao povo”. Esta idéia era extremamente ingênua e inócua, porque não punha em questão o princípio norteador da propriedade privada, isto é, a liberdade, sobretudo a de propriedade sobre outros homens. E também porque ignorava o fato de que o acesso à propriedade no Brasil era rigidamente controlado por um grupo de grandes proprietários e seus apaniguados. É preciso não esquecer as origens sociais de Figueiredo, protegido de uma das mais importantes famílias de latifundiários de Pernambuco. A sua idéia no fundo era muito similar à das colônias agrícolas do jornal carioca O Socialista da Província do Rio de Janeiro, pretendendo fazer da colonização um meio de controlar a “população perigosa” do império: “Antes de cuidarmos em colonizar, em importar para entre nós habitantes de outras terras, devemos dispor as coisas de maneira que eles possam empregar o seu trabalho de um modo produtivo e não sejam obrigados a virem aumentar a classe perigosa da população” (O Progresso, 05/1847). O seu monarquismo, paradoxalmente amparado nas idéias do socialismo francês, que por essa época era profundamente republicano, ganha assim pleno sentido. A república era, por esta época, quase sinônimo de federalismo e caudilhismo, uma ameaça à idéia de ordem que, como vimos, era a pedra de toque do pensamento de Figueiredo.

Assim tudo o que restava ao socialismo de Figueiredo era a utopia em seu sentido mais ingênuo e inofensivo, isto é, como sinônimo de sonho:

Sonhava no desmoronamento das montanhas, nos triunfos esplêndidos da civilização, na unidade cosmopolita de todos os povos, segundo os santos princípios da justiça distributiva (...) Sonhava na criação da língua universal, eco sonoro de um único povo, de uma única raça; e já não via nem essas barreiras que ainda separam os diversos membros da família humana (O Progresso, 05/1847).

E como Saint-Simon, sonhava com a navegação aérea transportando velozmente o homem, com túneis submarinos, estradas de ferro ligando todo o Brasil, telegrafia elétrica comunicando o mundo. Pensava-se que tudo que facilitasse a comunicação entre os homens serviria para construir um verdadeiro paradigma de humanidade e que somente através disso as suas relações se tornariam mais estreitas e intensas. Com isso acreditava-se também que a relação entre produção e consumo, único fundamento do bem-estar em sociedade, seria facilitada. Figueiredo repete aqui os argumentos dos portugueses da geração dos anos cinquenta em favor da idéia de federação, embora temesse as suas conseqüências republicanas. O “indivíduo social” deveria preceder a simples individuali-

dade, numa hierarquia que tudo faz lembrar José Félix Henriques Nogueira: municipalidade, província, nação, humanidade. Para tanto era preciso considerar que os indivíduos eram dotados de diferentes aptidões e que a verdadeira perfeição do “indivíduo social”, fundamentada na cooperação e na troca, só seria alcançada com a divisão do trabalho:

Considerações análogas aplicadas à coexistência dos diversos indivíduos sociais-nações, sobre a superfície do globo, nos mostram, como para os indivíduos-homens, antes da criação do laço social, a luta entre os povos, apenas eles se encontram, o comprometimento da sua existência pela guerra e a opressão de todas as manifestações da sua atividade, até que pela consciência da sua mútua solidariedade, eles se constituem, pela formação de um laço internacional, partes integrantes de nova individualidade de ordem superior – a humanidade (O Progresso, 05/1847).

No fundo estava-se defendendo, ainda que de maneira um tanto inconsciente, a divisão internacional do trabalho. E Figueiredo insistiria na idéia em outros artigos. A criação de uma malha ferroviária no país facilitaria uma melhor inserção sua neste contexto internacional, já que facilitaria o escoamento de seus produtos agrícolas. Neste sentido, um segundo passo para a constituição de um tal paradigma de humanidade, cujo único fundamento estaria no comércio e na troca de produtos segundo esta hierarquia produtiva, seria a total liberação das alfândegas e o controle interno do comércio exportador. Esta visão fica bastante clara em um outro artigo do número seguinte:

Como já vimos no artigo precedente sobre a atividade humana, a coexistência no globo de diversos indivíduos sociais devia permitir maior desenvolvimento de liberdade produtora e consumidora, maior bem-estar, progresso caracterizado pela extensão da troca internacional (O Progresso, 05/1847).

Outro nome que se destacou, ao lado de Figueiredo, nos anos que antecederam e sucederam à insurreição praieira em Pernambuco, foi o de Borges da Fonseca. Nascido na Paraíba, em 1808, descendia de aristocrática família, com antepassados governadores da Paraíba e do Ceará. Estudou na Faculdade de Direito de Recife e participou de sociedades secretas como a dos “Carpinteiros de São José” e “A Popular”, no fim dos anos vinte, estando por isso muito influenciado pelo espírito de filantropia. Dirigiu uma série de pasquins, às vezes simultâneos: O Repúblico (1830-1855), O Publicador Paraibano (1833), O Correio do Norte (1841-1842), O Nazareno (1843-1848), O Eleitor (1844-1846), O Regenerador Brasileiro (1844), O Verdadeiro Regenerador (1844-1845), O Espelho (1845), O Verdadeiro (1845), O Tribuno (1847-1848, 1866-1867 e 1869), A Revolução de Novembro (1852), O Prometeu (1856), O Constituinte (1861). Morreu em 12 de abril de 1872. Oscilou entre um discurso que defendia uma república igualitária, ao modo daquela sonhada em 1848 nas barricadas parisienses, e a opção por reformas dentro dos quadros institucionais do Império. Suas posições partem do neojacobinismo francês que tende a reduzir a questão dos trabalhadores à questão mais geral da soberania popular. Em seu Manifesto ao mundo (1849), as principais reivindicações são o sufrágio

universal e o direito ao trabalho, como “garantia de vida aos cidadãos brasileiros”, fórmula muito similar à dos socialistas da geração de 1848 na França. Contudo nada se fala da escravidão. Como explicar esta ausência?

É preciso lembrar antes de mais nada que o socialismo utópico na Europa também é uma fórmula vaga. Ele não fala em nome de uma classe concreta, mas do povo, dos oprimidos, dos que trabalham, dos que sofrem, da humanidade enfim. Sua forma é burguesa porque não se haviam acirrado ainda os confrontos entre o proletariado e a burguesia. Os intelectuais não poderiam assumir um ponto de vista radical em relação à sociedade burguesa. Acreditavam por isso que estavam imbuídos da missão de salvar a “humanidade sofredora”. Ao serem transportadas para o Brasil, estas fórmulas esbarram com uma situação *sui generis*. As duas classes principais em que se dividia a sociedade brasileira eram os senhores proprietários e os escravos, a base do trabalho no país. A classe que cumpria emancipar, sequer era reconhecida como composta por pessoas; não podia portanto ser incluída na “humanidade sofredora”. Esta situação decorre, como vimos, do fato de que o pensamento “ilustrado” que chegou ao Brasil ficou imune aos valores de liberdade e igualdade. Portanto o pensamento socialista no Brasil era utópico, por esta época, não pela incipiência da classe operária, mas pela existência formal de escravos, que paradoxalmente compunham mais de 50% da população brasileira. Estes números se modificariam a partir da segunda metade do século XIX, mas não a mentalidade que os acompanhava.

Borges da Fonseca, como depois Inácio Bento de Loyola, em *A Voz do Brasil* (1848), editado também em Recife, chegariam a lançar suas catilinárias contra a escravidão, mas suas preocupações não passariam daquelas já defendidas pelos liberais que se batiam pela independência nos anos que antecederam 1822, isto é, o nacionalismo identificado com o anti-portuguesismo. Segundo Loyola, a independência estava inconclusa; apelava então para a formação de uma “frente única dos oprimidos” (o povo), contra os opressores (os estrangeiros, sobretudo portugueses, que ocupavam não só o comércio a retalho, mas também os principais cargos da burocracia civil e militar). Obviamente nesta “frente única dos oprimidos” não estavam incluídos os escravos. Este tom conciliador, para não dizer conservador, conforme ao espírito do ecletismo predominante, faria com que Loyola, dois anos depois, em 1850, lançasse um jornal cujo título falava por si: *O Conciliador*.

Borges da Fonseca daria ênfase também à idéia saint-simoniana de organização. O socialismo seria então uma “ciência social”, “tão bem desenvolvida por Fourier e seus discípulos”, cuja função é compreender as “verdadeiras bases para organizar a sociedade”. É preciso lembrar que “organizar”, no Brasil, toma um sentido muito diverso do que tomava na Europa. Para os socialistas europeus, conforme salientamos, o liberalismo e as revoluções burguesas, enfatizando o individualismo e a concorrência, assumiram um sentido eminentemente destrutivo. Chegara o momento de organizar a sociedade, isto é, a sociedade industrial e burguesa. Organizar no Brasil significava, ao contrário, manter as bases de uma sociedade ainda escravocrata e agro-exportadora, ainda que com a introdução de certos melhoramentos, seja no campo econômico, social ou político, o que no fim das contas significava conservar. Os gérmenes da idéia de ordem e progresso, que depois seriam desenvolvidas com o positivismo, estavam pois lançados. Daí porque o saint-simonismo foi tão bem aceito entre a “jovem intelectualidade” brasileira.

Afonso de Albuquerque e Melo, outro pernambucano deste meio, destaca-se pela profusão de sua obra. Fundou e colaborou em diversos jornais, tais como *A Verdade* (1848), *A Reforma* (1848), *A Revolução de Novembro* (1848-1849) e *O Seis de Março* (1872), além de deixar uma série de livros publicados: *A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura* (1864), *Catecismo social e político brasileiro* (1884), *Da monarquia à república* (1889), *A república dos ladrões e assassinos* (1898) e *A lavoura e o câmbio. A fome e o roubo* (1898). Ele reafirmaria o esquema predominante de pensamento entre os defensores das idéias utópicas no Brasil ao dizer que “basta que as novas idéias conquistem uma certa maioria nos espíritos que logo se apresenta a revolução nas coisas”. As “novas idéias” eram obviamente as do socialismo utópico vindas da Europa. Aqui também é o temor de uma rebelião de escravos que fala mais alto. Albuquerque e Melo chegou mesmo a declarar-se, no jornal pernambucano *A Verdade* (1848), contrário à abolição:

Nós não podemos deixar de ter escravos (...) por isso a igualdade que proclama a república não pode ser entre nós para os escravos, e, quem deseja o governo republicano no Brasil não pode querer acabar com a escravatura, porque será isto o mesmo que aniquilar a república (*A Verdade*, 21/08/1848).

Este mesmo tom conciliador ou eclético faria aproximar socialismo e liberalismo, através de fórmulas vagas como “soberania popular”, “interesse público”, “bem público”, “felicidade do povo”, “verdadeira democracia”. O jornal carioca *O Fuzil* (1849) é um bom exemplo disso: “O grande partido nacional (o partido liberal) está mais adiantado na política moderna, na política do socialismo, da igualdade, e reconhece que o povo e só o povo deve ditar as leis pelas quais tem de ser governado”. Mas paradoxalmente apelava-se para a autoridade imperial como único meio de elevar o Brasil à altura dos Estados europeus: “Só um braço de ferro que viesse esmagando a essas víboras que alimentamos em nosso seio nos poderia levar um dia à glória de colocarmo-nos em paralelo com as nações civilizadas” (*O Fuzil*, 10/05 e 05/08/1849).

Outro aspecto do saint-simonismo que seria muito saliente no Brasil era o seu moralismo e o fundo religioso de suas crenças. A aproximação com o ecletismo, criando um amálgama entre fé e laicidade, reforçava o aspecto religioso dos ideais utópicos. Ainda em 1852, no jornal pernambucano *A Imprensa*, seria possível ver esta associação quase “natural” entre socialismo e cristianismo. Em polêmica com Pedro Autran da Mata e Albuquerque, um católico conservador que acusava o socialismo de “ímpio, anticristão, anti-social e anticivilizador” e de “cifrar-se na comunhão dos bens e das mulheres”, Figueiredo lembra o depoimento de São Clemente, São João Crisóstomo, Lactâncio, São Gregório e Nicéia, sobre a comunidade de bens como ideal de vida cristã. Mostrava que a Igreja tinha que voltar às origens (“cristianismo primitivo”) para enfrentar com propriedade um “mundo de rebelião das massas”. Esta sua postura era reforçada pelo fato de ser, no Brasil desta época, o catolicismo uma religião de Estado.

Esta forma de ver as coisas é perfeitamente visível também em Abreu e Lima (1794-1869), outro pernambucano que participou das agitações de outubro de 1848 e que, em 1855, escreveu o livro *O socialismo*, indicando a sua publicação que as idéias

do socialismo utópico deveriam ter uma relativa divulgação no país. De forte inspiração lamennaisiana, este talvez seja o único livro escrito sobre o tema por esta época. Os outros poucos, como os de Albuquerque e Melo, são uma miscelânea de temas, onde é possível vislumbrar também os relativos às idéias do socialismo utópico. Filho do célebre “Padre Roma” e de formação católica tradicional, Lima ostentaria até o fim de sua vida o desejo de ver uma nova Igreja Católica, preocupada com as questões sociais, apesar de nunca haver atacado a sua compatibilidade com a escravidão. “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos” seria, segundo ele, a essência da “justiça” e da “caridade”, o laço que deveria unir o “gênero humano”, tornando-o uma só e imensa família. O socialismo seria assim um “desígnio da providência” e os socialistas os arautos dessa “boa nova” (ABREU e LIMA, 1855, p. 27-28).

Talvez por isso Lima tenha sido o que menos se tenha empolgado com as idéias científicas e o frenesi da idéia de progresso. Critica Malthus e o seu raciocínio geométrico sobre o crescimento populacional, argumentando que são nos momentos de maior penúria que a população tende a crescer, como que por efeito de um milagre da divina Providência para fazer perpetuar a espécie e espalhá-la por toda a vasta terra, argumento mais do que conveniente para um homem que se via incomodado no meio de tanta miséria, mas que não queria ou não podia voltar-se contra suas causas reais (ABREU e LIMA, 1855, p. 45-47). Quanto ao que se entendia por questão social, algumas poucas palavras vagas e fora de contexto como alcançar o “bem-estar do gênero humano”, “substituir o direito ao privilégio, o trabalho à preguiça”, “nivelar as condições dos homens”, entre outras (ABREU e LIMA, 1855, p. 60-63).

É de se ressaltar ainda a natureza profundamente racista das argumentações de Lima. Segundo ele, o “gênero humano” saiu de um “tronco comum”, de uma só raça, a “raça branca”, e que portanto é desígnio de Deus que todas as raças formem “uma só família” e faça de todo o mundo uma só nacionalidade. A sua conclusão não deixa de apontar para um dos mais fortes mitos que perseguiria a intelectualidade brasileira até pelo menos o fim do século XIX, o do branqueamento:

Para consegui-lo era mister fazer desaparecer o ódio que divide as raças e o único meio era fundi-las em uma só por meio do cruzamento. Isto virá com o correr dos séculos e a raça caucásea predominará, não só porque é a primitiva, como também porque é a mais enérgica e a mais inteligente de todas as raças (ABREU e LIMA, 1855, p. 121-122).

Mais uma vez a escravidão criava um abismo que dilacerava a nação, fertilizando o ambiente profundamente conservador da elite intelectual brasileira.

Conclusão

Buscou-se com este artigo mostrar os limites e as contradições que o contexto brasileiro – profundamente conservador – impunha às idéias do socialismo utópico, que começaram a se propagar no Brasil por volta de meados do século XIX. Um conservadorismo que tendia a hiper-valorizar a hierarquia, acima da liberdade e da igualdade entre os

homens, a ostentar uma verdadeira obsessão pela ordem, antes e acima de qualquer ideal de progresso e reforma. Propunha-se a jogar com as idéias modernas, mas sem jamais levá-las às últimas conseqüências, antes, adaptando-as e impondo-lhes limites tais, que do fundo delas quase nada restava. Seja como for, as idéias do socialismo utópico tiveram sua passagem pelo Brasil, como tiveram as do liberalismo. No fim dos anos sessenta e início dos anos setenta quase todos os homens que estiveram à frente de tais idéias e que começaram sua atividade literária nos anos quarenta já tinham morrido. Abreu e Lima praticamente sela a curta participação dos escritores brasileiros neste primeiro ensaio do Brasil no âmbito do socialismo. A única exceção talvez seja Albuquerque e Melo, que continuaria a escrever até o fim do século XIX. Com os anos setenta se iniciaria, no entanto, uma nova fase das idéias do socialismo utópico no país, no preciso sentido de que estaria ainda mais marcada pelo positivismo.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

ABREU e LIMA, José Ignácio de. O socialismo. Recife: Typ. Universal, 1855.

FOURIER, Charles. Le nouveau monde industriel et sociétaire. Paris: Flammarion, 1973.

O Fuzil, Rio de Janeiro, 10 de maio e 5 de agosto de 1849.

O Globo, 13 de outubro de 1844

O Progresso, ano 1, Tomo I, nº 1, julho de 1846.

O Progresso, ano 2, tomo II, 1847.

O Progresso, ano 3, tomo III, 1848.

SAINT-SIMON, Henri. Le nouveau christianisme. Paris: Seuil, 1969.

Sete de Setembro, Recife, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 2, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 6, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 8, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 13, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 14, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 17, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 18, 1845.

O Socialista da Província do Rio de Janeiro, nº 25, 1845.

A Verdade, Recife, 1848.

Referências Bibliográficas:

AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALMEIDA, Angela Mendes de. “Classe e nação: estilos de pensar e de sentir”. Estudos – Sociedade e Agricultura, n. 12, abr. 1999.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor”, in: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro, Acesso, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

LEONIDIO, Adalmir. O “republicanismo social” no Brasil na passagem do Império à República. *Diálogos*, v. 11, n. 1 e 2, 2007.

_____. *Utopia e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil*. Revista Perseu, ano 4, n. 4, 2010 (No prelo).

_____. *Utopias sociais em meio ao desencantamento do mundo na França do século XIX*. Estudos Históricos, Franca/SP, v. 11, n. 1, 2004.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional: 1967.

MOREL, Marco. “Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção”. História e imprensa. Anais do Colóquio de História e Imprensa, UERJ, 1998.

RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

Seção Livre

Resenhas

Gisele Ambrósio Gomes

**BOJADSEN, Angel (org.). D. Leopoldina. Cartas de uma Imperatriz.
São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 495 p.**

Mestranda em História pela
UFJF
giseleagomesjf@yahoo.
com.br

Palavras-Chave: Imperatriz Leopoldina, biografia, correspondência.

Keywords: Empress Leopoldina, biography, correspondence.

A obra D. Leopoldina, Cartas de uma Imperatriz propicia ao público leitor a oportunidade de se aprofundar na biografia de Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo (1797- 1826), uma mulher ilustre e intrigante que acumulou em vida os títulos de arquiduchessa do Império Austríaco e de Princesa e Imperatriz do Brasil. Nascida na corte vienense, Leopoldina atravessou o Atlântico em busca de enlaçar o seu destino ao português D. Pedro I (escolhido por seu marido devido a arranjos políticos das duas tradicionais famílias reais européias, os Habsburgo e os Bragança) e, conseqüentemente, ao do Império Brasileiro.

A intenção desse livro é dar a ver a imperatriz através de suas palavras escritas nas mais diversas fases de sua vida: da infância em Viena à juventude e falecimento no Rio de Janeiro. Para tanto, a obra reúne pela primeira vez a correspondência ativa de Leopoldina, entre os anos de 1808 a 1826, por meio de uma minuciosa pesquisa em acervos europeus e brasileiros. No total foram encontradas 850 cartas, das quais 315 foram escolhidas para serem transcritas, traduzidas e publicadas.

Essa edição é estruturada em três partes. A primeira é constituída por cinco ensaios que abarcam os aspectos contextuais e biográficos de Leopoldina. O primeiro ensaio, Tempos de reforma, tempos de revoluções, é de autoria de dois historiadores, István Jancsó e André Roberto de Arruda Machado, ambos docentes da Universidade de São Paulo.

O texto apresenta-nos a trajetória da Casa dos Bragança no complexo e caótico jogo político dos séculos XVIII e XIX. Por um lado, presenciamos a coroa portuguesa tentando manter sua estabilidade e seu poderio, sobretudo por meio de uma política externa de neutralidade, em uma Europa absolutista angustiada pelos ventos da reforma (ideário da Ilustração, independência das treze colônias inglesas da América do Norte, a Revolução Francesa, a sombria figura

Enviado em 14 de julho de 2009
e aprovado em 07 de outubro de
2009.

de Napoleão Bonaparte...). Por outro lado, temos a Família Real lusa, no desenrolar das vitórias napoleônicas, obstinada em buscar sua sobrevivência enquanto casa reinante. A partir de então são traçados em linhas gerais os momentos de sua presença e atuação na América portuguesa, um tempo de instabilidade e de profundas mudanças.

Os segundo e terceiro ensaios do volume ficaram a cargo de Bettina Kann, bibliotecária titular da Biblioteca Nacional da Áustria e professora do departamento de história da Universidade de Viena. No ensaio A Áustria e a corte de Viena (1790-1817) essa historiadora estabelece uma sucinta contextualização da Casa dos Habsbugos nos acontecimentos que estruturavam a Áustria no período da infância e adolescência de Leopoldina. O eixo do texto é construído pelos aspectos gerais tanto da política interna quanto da política externa da Áustria, sendo destacados os conflitos estabelecidos entre o império austríaco e a França.

Já no terceiro ensaio, intitulado Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina, Kann debruça-se sobre a biografia de Leopoldina do período em que esta viveu na Áustria até a sua chegada no Brasil. Sendo assim, são expostos o seu cotidiano na corte vienense, a sua educação esmerada, a sua relação com os membros de sua família, os preparativos e a realização de seu casamento com D. Pedro I, a sua viagem para o Brasil e a sua recepção pela família real lusa no Rio de Janeiro em 1817.

A historiadora Andréa Slemian, por sua vez, fomenta uma interessante discussão sobre a figura de Leopoldina no quarto ensaio, O Paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o “sacrifício de ficar na América”. A autora critica as representações dicotômicas (forte/fraca, ativa /submissa...) atribuídas à Imperatriz pelos seus biógrafos ao considerá-la nas esferas pública e privada de forma desassociada. Em contraposição, ela estabelece, em suas palavras, o “retrato de corpo inteiro” de Leopoldina a partir da síntese de sua experiência na integração dessas duas esferas. A porção “mulher” e a porção “princesa” em seus nexos formam a existência dessa personagem: integrada aos ditames da perpetuação das linhagens dinásticas européias ela assumia para si o “paradigma do dever” que deveria nortear a vida das inúmeras jovens pertencentes às tradicionais casas dinásticas, ou seja, atuar plenamente, pautadas na idéia de “sacrifício”, para o bem da família, da pátria e dos súditos. Segundo a autora, é por esse viés que devemos analisar a trajetória de Leopoldina em suas relações com a corte portuguesa e em sua atuação como articuladora política no processo de construção do Império do Brasil.

Por último temos o texto Leopoldina, ensaio para um perfil da doutora em psicanálise Maria Rita Kehl. Ela assume a tarefa no livro de traçar o perfil psicológico da Imperatriz através dos vestígios de sua subjetividade encontrados em sua correspondência. O estudo torna-se profícuo uma vez que ao ler as cartas fica nítida a evolução da personalidade de Leopoldina diante dos fatos que se desenhavam a sua frente. Através da análise do conteúdo e do estilo das cartas, a autora revela-nos uma Leopoldina que sustenta persistentemente uma postura infantil marcada por carências, ingenuidades, e dependências. Tal “menina”, ao se confrontar com o desconhecido e com as agruras da América Portuguesa, transforma-se e cede lugar para uma mulher adulta, madura e consciente da significância de seus deveres, atos e opiniões.

Na segunda parte do livro temos um caderno ilustrado constituído a partir de acervos artísticos referente à época vivenciada por Leopoldina, encontrados em arquivos brasileiros e austríacos. Nesse momento podemos nos enveredar pelos caminhos

das imagens representadas, entre outros, pelas obras de Debret, Taunay, Thomas Ender, Simplício de Sá, Franz Frúbeck e até mesmo pelos desenhos feitos pela própria imperatriz. Somos agraciados também com fac-símiles de algumas cartas leopoldinenses, o que nos aproxima das características específicas de sua escrita.

Já a terceira parte privilegia o cerne da obra: as cartas propriamente ditas. A exposição da correspondência é estruturada por ordem cronológica, favorecendo, na visão dos elaboradores do volume, a compreensão da evolução dessa mulher, ou seja, a construção de seu sujeito, de sua personalidade, de sua subjetividade. Em nossa opinião, as cartas nesse sentido tornam-se um instrumento de pesquisa essencial que permite analisar, a partir de uma leitura arguta, como o sujeito interage com seu contexto, como a relação entre ambos os afeta, os molda. O livro, portanto, favorece o decifrar do “pessoal” e do “histórico” em suas interações e tensões.

A apresentação das cartas, respeitando a ordem cronológica, é dividida em três momentos que demarcam, de certa forma, a trajetória de vida da Imperatriz. No primeiro momento temos as “Cartas Austríacas” que abrangem o período de 1808 a 1817, fase da infância e da adolescência da arquiduquesa. Em seguida temos as “Cartas da travessia” que compreendem o período de sua viagem no ano de 1817 para o Brasil. Por fim são apresentadas as “Cartas Brasileiras” referentes à sua vida em nosso território: de sua chegada em 1817 até seu falecimento no ano de 1826. Os seus destinatários são múltiplos: seu pai Francisco I, sua irmã Maria Luísa, D. João VI, Carlota Joaquina, José Bonifácio, Marquês de Marialva, Rodrigo Navarro de Andrade e D. Pedro I.

Nas últimas páginas do livro encontramos ainda um espaço dedicado aos anexos, subdividido em cinco itens que colaboraram com a sistematização das informações pessoais de Leopoldina, de sua correspondência e de sua época, a saber: um glossário de nomes próprios; a árvore genealógica da Imperatriz e D. Pedro I; uma cronologia de eventos ocorridos nos espaços europeu e americano; o registro das cartas e um índice onomástico.

Indiscutivelmente, a obra em seu todo é passível de agradar tanto o público leigo quanto o público especializado. Em relação ao primeiro, oferece o esquadrinhamento da intimidade da Família Imperial brasileira e o contato com textos acadêmicos que trazem uma reflexão e problematização do destino individual de Leopoldina e a sua relação com o contexto de formação da nação brasileira. Quanto aos especialistas, sobretudo os historiadores, oferece uma base documental importante para futuras pesquisas e um momento de ponderações pessoais sobre as potencialidades da biografia e da escrita auto-referencial nas análises das ciências sociais em geral.

Edina Rautenberg

Revista Realidade: leituras que não problematizam a recepção

Mestranda pelo programa
de Pós-Graduação em
História da UNIOESTE
Bolsista pela CAPES
edina_rg@hotmail.com

Palavras - chaves: Revista *Realidade*, leitores missivistas, relação imprensa-sociedade.

Key-words: *Realidade* Magazine, letter writer, relationship press-society

Letícia Nunes de Góes Moraes é doutora em História Social pela FFLCH/USP. A obra “Leituras da revista Realidade (1966-1968)” é resultante da dissertação de Mestrado de Letícia Nunes de Moraes, orientada pela professora Dra. Maria Aparecido de Aquino.

Sob a perspectiva da História Cultural, Letícia Moraes se propõe a analisar a recepção dos meios de comunicação, por meio da revista mensal *Realidade*, compreendendo a relação entre imprensa e sociedade estabelecida entre a revista e seu público leitor, “*desvelando um mundo dialético em que, nem sempre, o desejo da revista vai ao encontro das aspirações de seus leitores que reclamam, contestam, exigem*” (MORAES, 2007:15). Os meios utilizados pela autora para chegar a tal resultado foram as cartas dos leitores missivistas, publicadas na seção “Cartas dos Leitores”, e as reportagens mais comentadas por esses missivistas. Dessa forma Moraes afirma poder perceber “*como a revista queria ser lida e como de fato era lida*” (MORAES, 2007:18). Além disso, a autora se baseia em alguns depoimentos realizados junto à primeira equipe de redação da revista. Aliás, o recorte empregado pela autora baseia-se no período de “maior importância da revista”, entre o seu lançamento (1966) e o momento em que sai a primeira equipe que havia comandado o periódico (1968).

Considerando a imprensa como um agente social, Moraes afirma que para conseguir efetivamente intervir na vida social e fazer valer seus interesses os jornais precisam de leitores que se identifiquem com esses interesses para lhes dar legitimidade. Dessa forma a imprensa pode apresentar seus próprios interesses como sendo coletivos (seus e dos leitores). Referenciando-se em Roger Chartier e Michel de Certeau, a autora analisa a mediação do leitor, que confronta o que lê com suas experiências pessoais e a existência da chamada “tensão fundamental”, e afirma que em sua pesquisa utiliza as cartas

Enviado em 03 de agosto de 2009
e aprovado em 19 de outubro de
2009.

dos leitores não apenas para saber quem eram e o que pensavam a respeito da revista, mas também o que faziam com aquilo que Moraes chama de “produto cultural”.

Moraes considera as especificidades do material, conscientizando-se de que as cartas publicadas são fruto de uma “dupla pré-seleção” realizada pela revista, na qual algumas cartas são selecionadas entre tantas outras recebidas e, de cada carta escolhida, é selecionado um trecho para ser publicado, ou seja, esta pré-seleção é norteada pelos interesses e objetivos da direção de *Realidade*. Além disso, Moraes alerta para a possibilidade das cartas terem sido inventadas pelos editores, embora afirme a pouca possibilidade disto ocorrer devido à abundância de cartas que chegavam à redação. Por meio da realização de um banco de dados baseado nas cartas publicadas pela revista, Moraes extrai o perfil do leitor missivista, sendo as reportagens e depoimentos dos jornalistas ocupantes de posições secundárias em sua pesquisa, como afirma a autora.

A revista *Realidade*, da Editora Abril, circulou durante dez anos no mercado nacional (1966-1976). Sendo “claramente favorável aos militares”, como afirma Moraes, o público leitor da revista constituía-se, predominantemente, da elite nacional, sendo esta entendida pela autora como a chamada classe média. Segundo a autora, as reportagens chamadas de “comportamento” foram o ponto alto da revista em seus primeiros anos. Moraes demonstra também o amplo alcance da revista, sendo que *Realidade* chegou ao pico de 505 mil exemplares vendidos.

O trabalho é dividido em três capítulos, sendo que o primeiro aponta alguns aspectos da história dos 10 anos da revista, o segundo é dedicado a analisar a recepção da revista pelos leitores e o terceiro ao estabelecimento da relação entre a revista e os leitores.

Moraes inicia o primeiro capítulo apontando o contexto da época de lançamento de *Realidade*, logo após o golpe de 1964, e de seus primeiros anos de circulação, até dezembro de 1968. Por meio de uma breve discussão bibliográfica, Moraes apresenta as idéias de René Dreifuss, Maria Helena Moreira Alves, Daniel Aarão Reis Filho e dos trabalhos realizados no âmbito da Fundação Getúlio Vargas.

No segundo capítulo, intitulado “Recepção pelos leitores missivistas”, a autora apresenta os resultados obtidos em seu banco de dados. Segundo Moraes, o banco de dados revelou a existência de uma política de edição de cartas. Além disso, as entrevistas com os jornalistas recuperaram o processo de construção da política de edição da seção de cartas. Segundo a autora, a “limitação” da participação dos leitores, no sentido da seleção das cartas, era então determinada por três formas centrais: pela escolha do tema das missivas; pela seleção dos trechos, uma forma de controle do conteúdo das cartas; e, finalmente, pelo número de cartas publicadas em um espaço dividido com pequenos anúncios.

Por meio da análise de 686 cartas de leitores referentes às reportagens publicadas, Moraes constata que 73% foram escritas por homens, sendo que aproximadamente 70% dos missivistas escreveram da região Sudeste. Segundo a autora, a revista se dirigia a um público jovem, pois fez dos rapazes e moças brasileiros presença constante em suas páginas, seja nas reportagens, seja na ação de cartas. Moraes conseguiu registrar a atividade profissional de 199 leitores, sendo que destes destacam-se a presença de políticos e de professores, o que diagnostica a preferência em publicar cartas de leitores com formação ou atividade profissional considerada relevante.

Em relação à análise da revista, constata-se que a maioria das cartas apresenta-se

favorável à revista, sendo 71% de apreciações positivas e 29% de negativas. Em relação às desfavoráveis, Moraes afirma que os leitores que se opõem à revista podem estar em discordância com a presença do tema da revista, com a posição adotada sobre o tema, com o entrevistado ou com o personagem central da matéria. Há ainda os leitores que discordam da opinião de outros leitores e os que apontam erros e falhas no preparo das reportagens. Outros fatores apontados pela autora são as pesquisas de opinião e a “vontade de colecionar” as edições, que são colocadas pelos leitores nas cartas.

Apesar da autora afirmar, na introdução, o caráter favorável por parte da revista aos militares, de realizar uma discussão sobre o contexto em que a revista foi lançada e em seguida discutir a constituição de *Realidade* - do projeto original à crise que a tirou de circulação - sentimos certa deficiência dessa relação quando da análise empírica da revista. Em sua análise das Cartas dos Leitores em conjunto com as reportagens mais comentadas por esses leitores, a autora salienta a presença da censura realizada pelo governo em algumas matérias e da prática da revista em não contrariar os militares, porém não realiza nenhuma análise no sentido de perceber uma função mais ampla da revista, como meio difusor de determinada hegemonia ou concepção de mundo e o seu papel nesse processo.

Apesar do trabalho se propor a investigar a recepção pelos leitores do material distribuído por *Realidade*, acreditamos que a consideração desses elementos viriam a incrementar o material analisado pela autora. Moraes chega perto disso algumas vezes, como quando afirma que o editor, Victor Civita, revelava o cuidado em evitar um confronto direto com o governo militar e utilizava de generalizações como recurso para não se comprometer com nada nem ninguém. Além disso, a autora aponta a discussão sobre o fato da revista ter sido beneficiada por um decreto-lei que alterava a nova Constituição. Promulgado em fevereiro de 1967, o decreto previa a liberdade de expressão, mas vetava a propriedade e a administração de empresas jornalísticas a estrangeiros (sendo que a família Civita era de origem ítalo-americana), apresentando algumas das possíveis relações da editora com o governo.

No primeiro capítulo, a autora afirma que os conflitos da revista com o governo se davam no sentido de que a revista defendia a mudança de costumes e que, após conquistado o sucesso de vendas junto ao seu público leitor, passa a tratar com mais discrição os temas que poderiam desagradar o governo e, como consequência, trazer prejuízos à empresa. Entretanto essas questões não são melhor desenvolvidas no segundo capítulo, sendo que a autora aponta apenas para a questão da censura a determinadas matérias, por se tratar de temas que “feriam a moral e a família”, e que são criticadas ou elogiadas por seus leitores.

No terceiro e último capítulo, “Estratégia & Tática, Revista & Leitores”, a autora trabalha com as reportagens que tiveram mais de dez comentários na seção de cartas dos leitores. Dentre as 138 reportagens comentadas pelos leitores nos 3 primeiros anos da revista, onze foram objeto de análise. Segundo Moraes, foi possível perceber três “categorias” de assuntos: assuntos relativos ao sexo e à educação sexual; grandes problemas brasileiros; e religião. Segundo a autora, uma das principais lutas da revista foi a transformação da prática de vivência da sexualidade, o que exigia que se transformasse antes a representação consagrada do que é e de como deve ser vivida a sexualidade. Para Moraes, a prática de leitura, captada por meio do registro que dela é feito, ou seja, a carta dos leitores, também pode ser considerada uma construção, pois revela os diferentes modos de

apreensão da sociedade, ou seja, “*as diferentes representações que ora se afastam, ora se aproximam da representação de mundo apresentada pela revista Realidade, ficando assim constituída uma verdadeira luta de representações*” (MORAES, 2007:149).

Por meio das pesquisas de opinião realizadas pela revista, Moraes demonstra que convidar leitores a participarem do debate também é uma forma de dividir a responsabilidade sobre o assunto e, ao mesmo tempo, conquistar adeptos para uma causa. Segundo a autora, *Realidade* procura formar a opinião de seus leitores e ao mesmo tempo colocá-los como “formadores de opinião”. Além disso, o objetivo da revista era trazer ao conhecimento dos leitores realidades distantes da sua. Segundo Moraes, por meio da análise das leituras dos leitores missivistas foi possível perceber que representantes de mundos muito diferentes colaboraram com a seção de cartas: leitores comuns, jornalistas e editores. A partir delas foi possível observar como se deu, em *Realidade*, a “tensão fundamental” entre a revista e os leitores, aquela tentando impor uma “justa compreensão” de seus textos à “irredutível liberdade” dos leitores.

Enfim, Leticia de Moraes se propõe em sua obra a analisar as representações de mundo por meio da análise das cartas dos leitores missivistas de *Realidade*, objetivo este alcançado pela autora com a transcrição de trechos de cartas que exemplificam as opiniões dos leitores. Segundo a autora, o trabalho se justifica pelo fato de que os leitores não assumem a condição de receptores passivos, mas exercem importante papel como mediadores do processo de comunicação, o que lhes permite assumir diferentes funções: editores, colaboradores, e até de censores, sujeitando os meios de comunicação à sua censura, além da censura política e da autocensura. Esta afirmação nos dá a impressão de que a autora está sendo convencida pela revista, no sentido de supor que os leitores exerceriam a função de censores, o que é discutível; e principalmente, pela afirmação de que os leitores assumiriam funções de editores, o que é impossível se levarmos em consideração que é a opinião do dono que prevalece na revista.

A autora não discute o fato de que o discurso jornalístico é percebido pelos leitores como uma prática discursiva que atua como uma mera reprodução de fatos, como uma prática responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. Alexandre Ferrari em seu trabalho sobre as cartas da revista *Vêja e Isto é*, diz que “*esses espaços, que se pretendem mediadores entre o público e a mídia, não passam de uma espécie de ilusão de uma possível subjetividade*”. (SOARES, 2006:19). Além disso, na nossa concepção de análise de revistas, se a autora tivesse analisado o papel de *Realidade* também como sendo um aparelho privado de hegemonia, numa visão gramsciana do termo, que nos pareceria ser a mais adequada, Leticia Moraes poderia ter aprofundado sua análise quanto ao papel das cartas e dos leitores missivistas na construção da revista. Entretanto, ela não compreende *Realidade* como aparelho privado de hegemonia e sim no sentido de entender como se dá a relação da revista com a sociedade.

Enfim, acreditamos que vale a pena ler a obra no sentido de que ela nos fornece importantes elementos e informações sobre a constituição da revista *Realidade*, bem como porque nos permite entender qual a dinâmica de constituição das matérias da revista.

BIBLIOGRAFIA

MORAES, Leticia Nunes de. Leituras da revista *Realidade* (1966-1968). São Paulo: Ala-

meda Editora, 2007, 253p.

SOARES, Alexandre Ferrari. Cartas: a centralização do Eu? IN: Revista Trama – Volume 2 – Número 3 – 1º Semestre de 2006.

André Luiz Rosa

**BARROS, Luitgarde Oliveira C; SANTANA, Marco Aurélio;
THIESEN, Icléia (orgs.). Vozes do porto: memória e história oral. Rio
de Janeiro: DP&A Editora, 2005. 212 p.**

Palavra Chaves: Memória, História Oral, Urbanização

mestrando em História pela
UFSC
e-mail: andre.luizrosa@bol.
com.br

Key Word: Memory, Oral History, Urbanization

A obra *Vozes do Porto* reúne alguns escritos de diversos(as) autores(as), que analisam a memória social constituída por aqueles que trabalharam, habitaram e habitam os bairros que compõem a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. No livro, sujeitos históricos procuram relembrar experiências e os laços sociais criados e perpetuados por décadas. Questões como preconceito, estigmas, violência, identidade, sociabilidade e ausência do poder governamental permeiam a abordagem. A região analisada é composta pelos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde – que formam o território portuário da cidade. São analisados os aspectos históricos e as alterações que o porto sofreu durante o século XX, uma vez que o espaço portuário passou a ser alvo das interferências políticas e do estigma social, que atuaram fortemente no cotidiano da região.

O advento da república trouxe consigo a reforma urbana e a área do porto fora reorganizada, buscando dinamizá-la economicamente e protegê-la socialmente, pois o ambiente portuário era tido como espaço de casarões sujos, de pouca higiene e habitados por pessoas “perigosas”. A idéia, nos primeiros anos do século XX, era desenvolver o porto, introduzindo técnicas e aumentando a movimentação de mercadorias, favorecendo, assim, o fluxo de navios. Essa modernização reduziu consideravelmente algumas profissões, além de diminuir os salários e elevar o contingente de avulsos.

Na década de 1930, a relação entre trabalhadores e Estado se estreitou e obteve uma maior visibilidade com a chegada de Vargas ao poder. O controle da contratação de mão de obra passou a ser do sindicato e esse exclusivismo do mercado de trabalho ficou caracterizado como *closed shop*. A finalidade era fazer com que as empresas contratassem somente trabalhador sindicalizado. Assim,

os sindicatos portuários tiveram uma relação muito próxima com o Estado Novo, pois viram nela a garantia consolidada do controle de seus

Enviado em 21 de agosto de 2009
e aprovado em 29 de setembro de
2009.

mercados de trabalho. Portanto o closet shop foi legitimado e institucionalizado pelo governo Vargas. (QUEIROZ; SANTANA, 2005: 23)

Queiroz e Santana chamam a atenção para a prática usual no porto quando alguma pessoa era indicada por um membro mais antigo. Essa relação criava vínculos recíprocos, bem como de sujeição e essa situação é relembrada pelo estivador aposentado Manoel Simões da Gama:

As empresas que mexem na área aqui eu conheço todas elas, então vem uma pessoa que eu sei a origem, que eu sei a tua família e sei que você não é um alcoólatra, não é um viciado, eu pego você e te apresento na firma tal, faço uma boa referencia tua e te emprego (Apud QUEIROZ; SANTANA, 2005: 27).

Tratava-se de um controle do trabalho mediante uma dívida moral entre o recém empregado e o trabalhador do porto que o apresentou na empresa. E, se por um lado, havia essa prática no porto, devemos ressaltar que as mulheres, por sua vez, encontravam algumas dificuldades para se inserirem em algumas atividades profissionais.

O segundo capítulo da obra expõe que, tradicionalmente, a região portuária foi o espaço que recebeu um contingente significativo de imigrantes, principalmente espanhóis e portugueses. No final do século XIX, um número considerável de ex-escravos, escravos e libertos também seguiram para o mesmo espaço. Já na década de 1960, em virtude de uma seca na região nordeste, os bairros portuários receberam um fluxo considerável de migrantes de vários estados daquela região.

A experiência de vida de algumas mulheres nordestinas que vieram para o Rio de Janeiro é relembrada ao se evidenciar em suas falas o desejo de mudança de vida na grande cidade. Em contrapartida, este sonho não foi recompensado plenamente, pois as adversidades de um centro urbano, o preconceito e a pouca qualificação obrigaram estas pessoas a travarem uma luta pela sobrevivência.

Maria de Fátima, que chegou ao Rio de Janeiro em 1968, exerceu atividade como secretária e recepcionista. No entanto, “hoje lava, passa, cozinha e cuida de suas crianças e das crianças de outras mulheres, pois, nas duas vezes que engravidou, perdeu o emprego.” (CARVALHO; MAIA; THIESEN, 2005: 41).

A outra migrante, Celina, saiu de Salvador em 1960 e o seu destino também era o Rio de Janeiro. Seu primeiro emprego foi cuidar de criança e em seguida doméstica. Atualmente, trabalha numa fábrica de costura. A cor da pele, segundo Celina, é um fator que a discriminava. Percebe-se isto também nos dias atuais, pois, para a depoente, o seu filho é alvo desse preconceito. “Ele trabalha há mais de dez anos como auxiliar de escritório e poderia ter progredido naquela firma, não fosse um pouquinho de preconceito.” (Apud CARVALHO; MAIA; THIESEN, 2005: 43).

Esse estigma e essa discriminação com as mulheres e negros podem ser compartilhados com o mesmo sentimento vivido por moradores da região portuária, que são alvos de olhares e opiniões que marginalizam o espaço. Ao se destacar a fala de um morador do morro da Providência, observa-se como era dura a convivência dessa popu-

lação portuária com a polícia, que frequentemente se fazia presente no bairro. “A polícia entrava, quebrava as casas, arrombava as portas. Eu, na minha infância e na minha adolescência, cansei de acordar com a polícia apontando armas em cima de mim, sabe, você não tinha dignidade nenhuma”. (Apud ÁGUEDA, 2005: 62).

Ser morador do morro é também conviver com as desigualdades e com a realidade produzida pelo estigma social que se disseminou por toda a sociedade, e que é percebida quando se busca um espaço no mercado de trabalho. Segundo Águeda, dados oficiais mencionados no Censo do ano 2000, revelam que “os moradores das favelas recebem salários inferiores aos das pessoas que não moram nas favelas, mesmo que tenham o mesmo perfil sócio cultural, pelo simples fato de morarem nesses espaços.” (Idem).

As práticas dos grupos dominantes e as cicatrizes deixadas por seus discursos e visões atingem e marcam algumas áreas, transformando determinados territórios em uma espécie de subespaço social. Universo este que cada vez mais é abandonado pelo poder público ao se ausentar de políticas voltadas para a inserção social, contribuindo assim com a marginalização do espaço. A região portuária do Rio evidencia o presente, mas, por outro lado, busca também, na memória de seus moradores, uma reconstrução social ao exporem suas experiências e laços de sociabilidade que, indubitavelmente, eram mais fortes há décadas. Para Abrantes,

o próprio processo de construção da memória coletiva é, sem dúvida, um instrumento de inclusão de atores sociais tradicionalmente excluídos, no momento em que se valoriza sua participação na sociedade e os transforma em sujeitos produtores dessa memória. (ABRANTES, 2005: 111).

Sociabilidade e interação estas que tinham nas festas carnavalescas um fator de união da comunidade de forma marcante. Como destacou Abrantes, o morador Victor dos Santos, nascido no bairro do Santo Cristo, em 1930, “chegou às lágrimas quando lembrou e cantou um samba que fala sobre a amizade que havia.” (ABRANTES, 2005: 113). O aspecto lúdico e divertido era frequentemente lembrado, principalmente quando se mencionava o período em que a inocência caracterizava o carnaval na região. Havia também o movimento e a participação da comunidade no carnaval, conforme destacou o morador Valter: “De manhã cedo vinha o pessoal do Atília numa carreata. Conforme ia passando ia enchendo. Nós saíamos daqui atrás dos blocos, hoje não tem mais carnaval.” (apud ABRANTES, 2005: 117).

Esse sentimento de coesão da coletividade, por intermédio das festas carnavalescas, pode ser também relacionado com o sentimento de pertencimento a um conjunto de bairros que presenciou a interferência do Estado no melhoramento do porto e dos bairros.

A relação dos bairros portuários da cidade com o Estado apresenta duas faces distintas. Se, nos dias atuais, a população percebe o descaso e a plena inoperância governamental no sentido de incluir políticas públicas na região; por outro lado, em décadas passadas, os bairros foram favorecidos com melhorias propiciadas pela política desenvolvimentista a partir de Vargas. Esta política trouxe milhares de imigrantes, bem como

migrantes de outras regiões do Brasil, impulsionados pelo desejo de possuir uma casa e um emprego digno e rentável. Segundo Barros:

A política de trabalho e a de construção de escolas executadas pelo governo, a criação de Institutos de Aposentadoria e pensões (IAPs), com seus hospitais e a previdência como garantia de velhice tranqüila suscitaram individualmente apostas na estabilidade de vida [...] (BARROS, 2005: 184).

A atuação da política de Vargas chegava também na atmosfera sindical, buscando alinhar essas entidades de defesa dos trabalhadores para o amparo estatal. “As lideranças dos trabalhadores receberam fortes incentivos para se alinhar à política sindical de Vargas.” (BARROS, 2005: 182). Essa relação do sindicato com o Estado obteve uma atuação violenta contra aquela entidade no período do golpe de 1964.

Por outro lado, as festas e os momentos de sociabilidade favoreciam muito o estabelecimento de redes sociais e contribuíam para aumentar os laços da comunidade, que se sentia prestigiada com a administração pública, a qual materializava sua política em obras e investimentos. As festas carnavalescas exaltavam o sentimento e a satisfação de uma rede social que se identificava com o bairro.

Barros argumenta que com o início do golpe militar uma sucessão de políticas públicas teve um caráter destrutivo para os bairros portuários e para os seus habitantes. Essa decadência, pode-se dizer, iniciou-se principalmente a partir da administração do prefeito Marcos Tamoio (1975-1979), “que redefiniu o zoneamento dos bairros, alterando oficialmente a nomenclatura e toda a geografia do centro da cidade.” (BARROS, 2005: 183). Tal iniciativa visava desarticular as relações sociais, bem como iniciar uma série de obras que tendiam reduzir a relevância da área portuária. Nesse sentido,

ao mesmo tempo em que a prefeitura produzia sucessivos projetos de reordenação urbana, desapropriando prédios, [...] o governo estadual desativava as maiores escolas da região central, principais núcleos de sociabilidade dos moradores. (BARROS, 2005: 183).

Muitos moradores da área em questão viveram os dois momentos da região, desde o apogeu (início do governo Vargas), até a decadência (pós 64), o que privilegiou o interesse da especulação imobiliária e provocou o empobrecimento da região. O desemprego também atuou de maneira incisiva, aliada à precariedade das moradias e o surgimento de favelas, evidenciando o aviltamento de um espaço que, por sua vez, fora também abandonado pelo Estado.

Na obra analisada algumas passagens são recordações de pessoas que estiveram ligadas com os eventos nas quais relatam, pois, sendo a memória seletiva, os atores sociais recordam aquilo que de alguma forma foi mais marcante em dado momento histórico. Assim, muitas situações podem ter sido omitidas ou valorizadas, uma vez que este recurso pode ter sido o meio encontrado para que essas pessoas possam evitar situações inconvenientes diante de suas recordações. Cabe lembrar que, ao nos depararmos com o conteúdo proveniente de memória é indispensável que consideremos que há uma

distância entre o momento do relato e o evento relatado, podendo interferir no que foi exposto. Trabalhar com memória é, inegavelmente, manifestar sentimentos e valores que muitas vezes podem ser omitidos e valorizados, propositalmente ou não, pois possuem determinado sentido para quem detém a informação em sua memória.

Contudo, a obra buscou esclarecer como o espaço é alvo de disputas e como determinados territórios criam, através de seus moradores, relações comuns e identificações sociais por intermédio de experiências vividas e compartilhadas. Os momentos de sociabilidade e práticas sociais são exaltados pela memória coletiva, que busca no passado aquilo que está vivo na consciência dos moradores da região portuária.

Aspectos como os espaços de sociabilidade, a estética dos bairros portuários, o emprego propiciado pelo porto, etc., são situações que permearam a análise. Os conflitos, as teias sociais e o empobrecimento permanecem muito vivos na memória das pessoas. A disputa pelo espaço e o abandono que a região sofreu nas últimas três décadas são expostos por alguns depoentes que manifestaram seus sentimentos e suas decepções. Indiscutivelmente que a região portuária não se assemelha àquela área de 40 ou 50 anos atrás, pois inúmeras foram as mudanças que “contribuíram” para que este espaço fosse estigmatizado e recebesse “marcas” sociais que caracterizaram, pejorativamente, seus ambientes e, sobretudo, seus moradores. Isto é o resultado de um longo processo de inoperância da administração pública e dos interesses imobiliários. E essas tensões são exaltadas e expostas pelos atores sociais que habitam a área portuária e que sentem saudades de uma época que, para muitos, só é possível reviver através da memória.

Transcrição

Elisa Vignolo Silva

Alforria à prestação: possibilidades de estudo a partir da carta de corte

Palavras-chaves: Escravidão; Alforria; Coartação;
Keywords: Slavery; Emancipation; Installments.

Mestranda do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.
elivig@hotmail.com

Na sociedade escravista brasileira era possível que um cativo chegasse a liberdade através de uma carta de alforria, que poderia ser alcançada de diversas formas: através do pagamento à vista; parcelado; por troca; prestação de serviço; ou mesmo de forma gratuita. Comprar a alforria por meio de pagamentos parcelados, coartação, era uma forma usual de o escravo chegar à liberdade na capitania/província de Minas Gerais. No entanto, a coartação é ainda um assunto um tanto novo nos estudos sobre a alforria, por isso optou-se por trazer a transcrição de uma carta de corte, documento onde era registrado o acordo estabelecido entre o senhor e o escravo coartado.

Eduardo França Paiva fez referência aos escravos coartados, quando estudou os testamentos *post-mortem* da Comarca do Rio das Velhas, e define o escravo coartado “como não sendo um mero escravo nem tampouco se igualava ao escravo liberto situando-se, de fato, num meio-caminho entre uma condição e outra” (PAIVA, 1995: 86-87). O autor entende que os escravos de ganho geralmente tinham mais chances de coartarem sua alforria. Paiva também considera que as coartações eram mais frequentes em momentos de crise da economia mineira, isto por que os senhores aumentariam seus rendimentos ao receber as parcelas do escravo que coartaram (PAIVA, 1995:83-89). Em outro trabalho, Eduardo Paiva (2006) estuda de forma quantitativa a prática da coartação na comarca do Rio das Velhas e na comarca do Rio das Mortes. Neste estudo, o autor constatou que “houve mais alforrias e coartações na região de Sabará do que na de São João Del Rei, tanto em números brutos, quanto em proporção” (PAIVA, 2006: 210).

Douglas Cole Libby e Clotilde Andrade Paiva (LIBBY & PAIVA, 2000), ao trabalharem com a lista nominativa de 1795 da paróquia

Enviado em MORE
INFORMATION de 2009
e aprovado em MORE
INFORMATION de 2009.

de São José, pertencente à comarca do Rio das Mortes, localizaram várias referências aos escravos quartados.¹ Libby e Clotilde Paiva afirmam que a quartação era um acordo verbal estabelecido entre senhores e escravos no qual o cativo se comprometia a pagar em quatro anos o preço acordado de sua liberdade. Entretanto, este tempo não era fixo, podendo ser prorrogado ou encurtado.

A fim de ilustrar em que consistia esse documento, transcrevemos uma carta de corte que localizamos no cartório de São João de Rei, comarca do Rio das Mortes. Este documento está incluso ao Título de Liberdade² de Bento crioulo e foi registrada em 1821. Eduardo França Paiva localizou as cartas de corte e afirmou se tratarem de documentos escritos, nos quais estava registrado o acordo estabelecido entre o escravo coartado e o seu proprietário (PAIVA, 2006:168). Andréa Lisly Gonçalves (1999), em sua tese de doutoramento, também localizou as cartas de corte e levantou algumas questões importantes para a compreensão desta modalidade de alforria. Entretanto, este documento, ao que parece, não era muito usual, principalmente se considerarmos a afirmação de Douglas Libby e Clotilde Paiva de que não havia qualquer documento escrito que registrasse o escravo quartado (LIBBY & PAIVA, 2000:37).

A partir das cartas de corte algumas questões sobre a sociedade escravista podem ser levantadas. Andréa Gonçalves (1999) questionou em que condição jurídica estaria o filho que nascesse de uma escrava coartada, e o que aconteceria caso um escravo nesta condição não conseguisse cumprir o acordo estabelecido com o seu senhor. As cartas de corte também nos mostram que, mesmo antes da lei do Ventre Livre de 1871 que reconhece o direito ao pecúlio escravo, este já era acumulado pelos cativos, afinal, o escravo coartado pagava as prestações de sua liberdade através de alguma atividade econômica exercida independente da produção senhorial. Além destas possibilidades de análise, as cartas de corte, se associadas a outros documentos como inventários *post-mortem* ou testamentos dos senhores que coartaram seus escravos, podem ajudar o pesquisador sobre o assunto a completar mais uma peça do mosaico das relações escravistas brasileiras.

Arquivo Regional de São João Del Rei. Livro de Notas nº 3 (1818 a 1821) 2ª Ofício, São João Del- Rei.

Título de Liberdade de Bento Crioulo, passado por Elena Pereira do Espírito Santo, 1821, folha 116 v- 117 v.³

Número quinhentos noventa e dois = Pagou quarenta reis do selo = Costa = Diz Bento crioulo escravo que foi Elena Pereira do Espírito Santo, que ele alcançou da mesma sua senhora o título de sua liberdade que apresenta por que o quer lançar em Notas de qualquer dos tabeliães = Pede a Vossa Senhoria seja servido mandar que distribuída, reconhecendo se lance na forma do estilo, entregando-lhe o próprio, receberá mercê = Como

1 Estes autores optaram pelo emprego da grafia quartação devido ao fato de encontrar-se desta forma nos documentos que estudaram.

2 Nos livros de notas estudados geralmente as cartas de alforria são chamadas de *Títulos de Liberdade*. Também encontramos em algumas cartas denominadas *Papel de Licença*.

3 A grafia do documento foi atualizada.

requer = (...) = A Baptista em vinte e três de junho de mil oito centos e vinte e um = Costa = Numero quinhentos noventa e dois = Pagou quarenta reis do selo = Castro = Digo eu Elena Pereira do Espírito Santo, abaixo assinada, viúva que fiquei por falecimento de meu marido Francisco Machado de Tolledo, que entre os bens que possuo me ficaram do dito meu marido livres e desembaraçados, é bem assim um crioulo por nome Bento filho de minha escrava Luiza crioula, o qual crioulo por que eu mesma o criei de [?] é minha vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, que seja forro, e liberto para o que o coarto em uma libra de ouro que vem a ser cento e vinte oito oitavas, que pagara em seis (Fl. 117) ou sete anos, com a condição porém que nunca sairá de minha companhia, me servira levando eu em quanto os dias a preço de dois vinténs cada dia que me servir a mim, e vá trabalhar fora para outrem, ou em outros serviços fora de mim só por consentimento meu, e dando-me parte, ao que ganhou por fora me trará para eu lhe lançar em recibo a conta da dita quantia em que o coarte, e se eu falecer antes do sobre ditos sete anos, e o dito crioulo ainda restar do seu coartamento, determino, e quero que, em primeiro lugar o dito meu crioulo mande dizer dez missas por alma de meu falecido marido, segundo o apontamento que o mesmo fez em sua vida, e se antes do meu falecimento o dito meu crioulo Bento me apresentar, ou me der certidão das referidas missas lhe darei em carta, e também dará o dito meu crioulo quatro oitavas ao Procurador ou tesoureiro de Nossa Senhora da Conceição da Ibitipoca, de quem cobrara recibo em como recebeu as mencionadas quatro oitavas para o aumento da mesma capela por ser assim de terminado no apontamento, ou testamento de meu marido que me dizem [?] e o líquido que ficar restando o dito meu crioulo entregara se cuja estiver morta ou falecidas as minhas netas Lourença Anna, e Maria, todas filhas de meu filho Manoel Francisco Machado já falecido, receberão o dito líquido igualmente [?] e quando findos os sete anos não tenha o dito Bento pago, e satisfeito todo o coartamento por inteiro, as ditas minhas netas, eu quem as governa a juízo deverão prudente, lhe darão tempo suficiente para a última satisfação, sem que por falta disso o possam chamar a cativo: e desta maneira e debaixo das sobre ditas condições [?] como com efeito tenho coartado ao dito meu crioulo Bento, que poderá por este papel de Corte que lhe passo em juízo, ou antes, ou depois de eu falecer, se ele quiser e me mostrando que tem cumprido todas estas minhas determinações o mesmo juízo, justicas de Sua Alteza Real a quem eu rogo dêem todo o valor, valimento a este papel, como se fosse papel de liberdade, ficando forro e livre como se assim nascesse do ventre de sua mãe. Eu enquanto quero que este tenha sua força e vigor como se fora uma escritura pública, portanto pedi a José Martins de Souza, escrivão do Juiz da Vintena deste Arraial, este por mim fizesse e como testemunha se assinasse e eu me assinei com uma Cruz sinal de que uso, diante das testemunhas abaixo assinadas. Hoje Arraial do Rio Preto, dez de março de mil oito centos e onze anos = Sinal Elena Pereira do Espírito Santo = Estava uma Cruz = Declaro eu Elena Pereira do Espírito Santo que passei um papel ao meu filho Manoel Francisco Machado em que lhe dava o sobre dito crioulo (Fl. 117 v) Bento se eu falecesse primeiro do que ele, e como assim não se sucedeu fica de um vigor o dito papel, nem desse embora este papel de Corte de modo algum, era supra = Sinal = Elena Pereira do Espírito Santo = Como testemunha que este vi fazer digo Santo = Estava uma Cruz = Como testemunha que este vi fazer tanto o sobre dito papel de Corte, como a declaração que a dita fez por (...) = O padre Joaquim Cláudio de Mendonça = Como testemunha acima dita = Antônio Marques Fernandes = Como testemunha que este escrevi a rogo da

sobre dita, por assim me pediu que o fizesse = Jose Martins de Souza = Recebi do meu rapaz Bento cinco oitavas e onze vinténs, de ouro para a conta deste papel de Corte por não saber ler nem escrever pede a Antônio Marques Fernandes, roguei que este por mim fizesse, e o sinal que é estava uma Cruz. Hoje dez de agosto de mil oito centos e onze = Antônio Marques Fernandes = Pagou Ciza que fica carregada em delito ao tesoureiro da mesma no livro segundo de receita a folha nove, a quantia de sete mil seis centos e oitenta reis. Villa de São João Del Rey, vinte e nove de maio de mil oito centos e vinte e um = Machado = Borges = Reconheço verdadeiras toda letra do que escreveu o título ou papel de coartamento de liberdade (...), José Martins de Souza e sua assinatura bem como a do Padre Joaquim Cláudio de Mendonça, a de Antônio Marques Fernandes, a Cota do pagamento da Ciza supra, escrita, rubricada pelo escrivão da mesma ciza Jose Álvares Borges e a rubrica do tesoureiro da mesma ciza, João Baptista Machado aqueles por semelhantes letras que tenho visto, e estes dois últimos por pleno conhecimento que delas tenho. Em fé do que me assino em público razo = Villa de São João Del Rey, vinte e três de junho de mil oito centos e vinte e um = Em testemunho de verdade estava o sinal público razo = Joaquim Bibiano Soares Baptista = Não se continha mais coisa alguma no dito Papel de Coartamento, declaração, recibo, pagamento de ciza, reconhecimento, Petição, e Despacho, que tudo aqui fielmente lancei, o seus teores com observância do Despacho do Doutor Antonio Paulino (...) de Abreu, juiz de fora e órfãos desta mesma vila, e seu termo com Alçada no Cível e Crime indo sem coisa que duvida faça por haver conferido com os originais, e o título entreguei a quem me apresentou e aos originais me reporto. Villa de São João Del Rey, vinte e três de junho do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo mil oito centos e vinte um. Eu Joaquim Bibiano Soares Baptista, segundo tabelião público do judicial e Notas que escrevi e assinei.

Joaquim Bibiano Soares Baptista

BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da FFLCH - USP, 1999.

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. "Alforrias e forros em uma freguesia mineira." São Jose d El Rei em 1795. *Revista Brasileira de estudos de População*, v.17, n.1/2, jan/dez. 2000.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Entrevista

Giorgio de Lacerda & Rafael Fanni

Independências, Nação e Historiografia: uma entrevista com João Paulo Garrido Pimenta

Giorgio Lacerda
Mestrando em História –
UFOP
giorgiolacerda_ufop@
yahoo.com.br

Rafael Fanni
Graduado em História –
UFOP
rafaelfani@yahoo.com.br

Palavras-chave: Independências – nação – historiografia

Key-words: Independences - nation - historiography

A entrevista a seguir ocorreu por ocasião da presença do professor João Paulo Garrido Pimenta como conferencista no 3º *Seminário Nacional de História da Historiografia*, realizado em agosto de 2009 no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor do departamento de História da USP desde 2004 é autor do livro *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)* (2002) e de outros dois títulos em co-autoria com Andréa Sleimian, *O “nascimento político” do Brasil* (2003) e *A corte e o Mundo* (2008). Seus trabalhos destacam-se pela ênfase “não-nacional” no tratamento dos temas da colonização da América portuguesa no século XVIII e XIX e o das independências do Brasil e da América Espanhola. Nesta entrevista, discutimos as nuances deste tipo de abordagem: motivações intelectuais, principais dificuldades e aspectos teóricos e metodológicos que vêm renovando a historiografia política dos séculos XVIII e XIX, no Brasil e na América hispânica. Além disso, discutimos questões acerca do atual jogo político e diplomático na América Latina e sobre as produções de livros e revistas de história voltados para públicos não-acadêmicos. Ao final, mais do que uma entrevista, tivemos uma agradável conversa que se reverteu numa grande aula de história*.

Giorgio Lacerda e Rafael Fanni: *Recentemente, a crítica historiográfica sobre os processos de independência e formação do Estado Nacional Brasileiro tem se colocado numa posição revisionista, que procura repensar as identidades políticas e regionais e os projetos divergentes de construção da Nação, tendo como eixo central a relação centro e periferia. O artigo “Peças de um Mosaico”, (2000) escrito pelo*

* Agradecemos especialmente ao professor João Paulo Garrido Pimenta por ter aceitado o nosso convite para a entrevista. Entretanto, devemos fazer justiça e agradecer a contribuição de outros colegas: ao David Lacerda pelo rico debate durante a preparação das questões, ao professor Marco Antônio Silveira que nos autorizou realizar a entrevista nas dependências do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) situado no prédio do ICHS-UFOP, e ao Gabriel Campos que nos auxiliou no trabalho de transcrição da gravação.

professor István Jancsó e por você é, de fato, o trabalho que inaugurou tal perspectiva na historiografia brasileira. Nesse sentido, acreditamos que uma das grandes marcas de seus trabalhos é a crítica a uma historiografia de tipo nacional, que parece tê-lo conduzido ao caminho da história comparada. Quais as maiores motivações na escolha desse tipo de abordagem?

João Paulo G. Pimenta: Para começar, gostaria de fazer algumas ressalvas. É claro que reconheço fazer parte de uma historiografia que vocês tentam caracterizar aqui com “revisionista”, mas que não necessariamente forma um bloco coeso ou se liga a um único projeto institucional. É uma historiografia muito dinâmica, que vem de vários centros acadêmicos, e conta com várias pessoas e esforços diferenciados.

Eu não chamaria exatamente essa historiografia de revisionista; apenas nela vejo uma tendência fortemente crítica em relação a uma forma de ver a história, tendência esta que não foi de maneira alguma inaugurada pelo meu trabalho com o professor István Jancsó. Na verdade, ela remonta, pelo menos, a Caio Prado Jr. e a Sérgio Buarque de Holanda: é uma crítica a um olhar nacional sobre uma história que não é de natureza nacional. Se considerarmos, por exemplo, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. de 1942, logo na introdução ele esclarece que o século XIX é absolutamente crucial para entendermos as permanências, as heranças de algo que muda em substância. Ele já tinha a clareza lapidar de que a nação é criada no século XIX, e de que só a partir dali é que há uma história nacional brasileira. No entanto, para entendermos esta nação e essa história nacional, há que se entender a formação da colônia. E a formação do “Brasil contemporâneo”, isto é, de quando o autor escreve, carrega consigo um fardo, por ter uma estrita relação com o passado, o passado da colonização. Então, a quebra do século XIX está muito bem pontuada por Caio Prado, e de diferentes maneiras também por Sérgio Buarque pelo menos desde a década de 50, de modo que nosso artigo, publicado em 2000 pela primeira vez, faz parte de uma linhagem historiográfica mais ampla.

Não se trata de uma postura revisionista, porque, tradicionalmente, chamamos de revisionismo certa ânsia de criticar como exercício por si só, e não foi essa a nossa intenção. Tínhamos um problema concreto, que não era exatamente o de Caio Prado nem o de Sérgio Buarque, e que adquiria uma especificidade típica de uma época de muita profissionalização do nosso ofício. “Peças de um mosaico” está preocupado com a emergência de uma identidade nacional brasileira em contornos bastante precisos. Referimo-nos não a uma identidade qualquer, genérica ou atemporal, mas sim a uma específica, que surgiu com clareza no século XIX, mas que foi sendo moldada desde o século XVIII (essa foi uma inovação importante) em meio a identidades coletivas existentes na América portuguesa. Essas identidades vão se politizando em processos históricos mais amplos, que atribuem conteúdos e sentidos políticos a identidades que, de início, não pretendiam romper (e não romperam) com a identidade portuguesa vigente durante a colonização, e que articulavam a diversidade identitária regional. Mas essa identidade permitirá com que essa politização ofereça, principalmente com a independência no século XIX, os contornos de uma identidade nacional brasileira, conflitante e incompatível com a portuguesa, e que se referia a um Brasil nacional.

Como vimos, há uma história concreta do surgimento da identidade nacional brasileira, e essa foi a preocupação principal desse artigo. Ele teve um impacto significativo na historiografia brasileira, e vem ainda inspirando trabalhos e subsidiando debates.

Sinceramente, ainda não tive conhecimento de qualquer crítica incisiva às formulações essenciais do artigo; existem críticas pontuais, algumas das quais considero inteiramente corretas, mas não, que eu saiba, uma crítica negativa à sua idéia geral. Repito: não inauguramos uma perspectiva totalmente nova, sequer pretendemos uma posição revisionista, mas este artigo pode ser visto como um marco importante - assim como outros trabalhos de outros autores - de uma reflexão geral renovada sobre o caráter nacional brasileiro, posicionado agora em tempos e espaços específicos em meio ao processo geral de formação do Estado e da nação.

Bem, feita essa grande introdução, eu diria o seguinte: fui conduzido ao hall de temas que estão implicados no tema geral da nação (especificamente o Brasil nos séculos XVIII e XIX) por orientação do meu mestre, professor István Jancsó. Quando estudante, eu não tinha uma reflexão específica nessa direção: tinha lá minha formação, que não diferia muito de qualquer outro estudante interessado em História, com suas inquietações, capacidades e vontades de se tornar historiador; mas, ainda na graduação, conheci meu mestre, e foi ele que me guiou nesta direção.

Uma coisa importante a ser dita: é difícil para um estudante de graduação vislumbrar demandas historiográficas concretas. Os estudantes têm seus interesses, vão estudar história por diversos motivos pessoais, inclusive interesses específicos. Ninguém vai estudar história porque quer enriquecer ou quer se tornar uma celebridade. Então é muito comum os estudantes pensarem: “olha, eu gosto mais de história antiga do que de contemporânea, eu gosto de história de Minas, mas não gosto de história da Europa, prefiro mentalidades a economia”, etc. Escuto muito este tipo de manifestação nos corredores, nas salas de aula, ou quando os estudantes me procuram para bater um papo, conversar sobre o curso ou a formação deles. Tudo isso é legítimo, mas esses interesses não necessariamente correspondem a demandas historiográficas concretas. Muito dificilmente o estudante tem condições, sem uma orientação específica, de vislumbrar o que precisa ser feito, porque embora os interesses sejam equiparáveis por parte dos estudantes, eles não são suficientes para justificar um investimento em uma pesquisa especializada. O que precisa ser pesquisado? O que é menos conhecido? Talvez estas sejam perguntas que carreguem certo ranço objetivista que não se coaduna perfeitamente com a natureza do conhecimento histórico; mas de todo modo, existem temas mais relevantes do que outros, existem temas que são logicamente sustentáveis, enquanto outros não são. E existem demandas mais urgentes do que outras. O que eu estou chamando de “demandas urgentes”? Ora, conhecemos mais algumas coisas do que outras porque aquelas foram mais (e melhor) estudadas do que outras. Alguém negará que conhecemos muito mais o século XVIII mineiro do que o século XVIII mato-grossense? Não estou sugerindo que o século XVIII mineiro não seja importante, mas a necessidade de se estudar a mineração em mato-grosso, a sociedade, a economia, a política, etc., talvez fosse uma advertência, um estímulo importante para estudantes de qualquer parte (inclusive das muitas universidades mineiras). É responsabilidade dos professores, na condição de mestres dos alunos, o diagnóstico de demandas de pesquisa e o estímulo a novatos para que enfrentem essas demandas, independentemente das facilidades ou dificuldades a elas inerentes. Minha experiência foi exatamente esta: eu não tinha nenhuma afeição especial pelo tema, mas tinha interesses e inquietações em relação ao presente e passado do Brasil. Tampouco conhecia bem os espaços específicos que comecei a estudar Rio da

Prata e Brasil como partes do mesmo contexto iberoamericano tratando deles em minha dissertação de mestrado. De modo que devo ao meu mestre o início dessa incursão, e a possibilidade de, por minha conta, começar a desenhar agendas intelectuais próprias.

O que é uma “agenda intelectual”? Um conjunto de temas que estabeleçam nichos de coerência entre si, tais temas não precisam estar próximos temporal ou espacialmente, mas devem se reportar a um conjunto de questões mais ou menos comuns, que organizem um conjunto de interesses específicos. É isto o que deve mover o pesquisador desde seus primeiros passos pelo caminho da sua formação e atuação como historiador, e que imprimirá ao conjunto de seu trabalho intelectual uma marca. É importante os estudantes terem em mente perspectivas de curto, médio e longo prazo; não necessariamente cumprirão essa agenda à risca, poderão mudar de temas ou desenhar novas agendas. Mas quando fazem trabalhos como os de conclusão de disciplina, monografias de final de curso ou um projeto de pós-graduação, o mais importante é, sem dúvida, o início de uma familiarização com lacunas e demandas historiográficas, e com isso já podem pensar em agendas.

Retomando, então: a elaboração de “Peças de um mosaico”, que durou um ano e meio, foi um momento muito importante na minha carreira. Eu já tinha terminado o mestrado, e nele tinha esbarrado nas questões de identidades políticas, nacionais, americanas, etc. O artigo me incentivou a levar adiante essa preocupação com a questão nacional no sentido amplo, com a história política do Brasil em relação com o restante do mundo americano. Ali há um encontro de temas que me permitiu delinear uma agenda que está focada em torno da questão nacional, bem como na superação da perspectiva das historiografias nacionais.

Qual é o problema básico destas historiografias nacionais? Nós, digo, a imensa maioria de todos os historiadores do mundo – somos formados neste enfoque, de modo que há uma grande possibilidade dessa formação ser embebida pelas fronteiras de um estado nacional que nos inibe a pensar uma história para além destas fronteiras. Mas a história de quase todos os estados nacionais modernos só faz sentido a partir dos séculos XVIII e XIX. Ora, esta é uma história de 200 ou 300 anos, e a história da humanidade é larga demais para caber num recorte de dois ou três séculos... Minha insistência no alargamento dessa abrangência é porque eu sou um historiador dos séculos XVIII e XIX, que tem plena convicção da impossibilidade de entender temas como o da independência do Brasil sem entender as independências da América hispânica (a recíproca é absolutamente verdadeira). Mas na prática isto é muito difícil, porque nós somos formados dentro de recortes nacionais. Aprendemos assim já na escola, e quando crescemos no ofício esbarramos em dificuldades muito concretas: acesso à bibliografia produzida em outros países, arquivos, língua estrangeira... Do mesmo modo a própria história da colonização portuguesa, que é também parte da história da colonização espanhola, inglesa, francesa e holandesa.

Uma última coisa que eu queria dizer sobre esse ponto: jamais considere seriamente esse enfoque “não-nacional” como um enfoque comparativo *stricto sensu*. Comparação em história pressupõe o isolamento dos elementos a serem comparados, e eu estou falando simplesmente de uma história integrada. Na verdade, quando se diz história integrada – ou, para usar um termo bastante em moda, conectada – a integração ou conexão pressupõem a desconexão, e não é isso. É simplesmente uma história no seu

devido lugar, total e, na sua totalidade, parcial.

GL e RF: *Muitos estudos têm sido publicados em torno da problemática relativa às identidades coletivas na formação dos Estados e Nações modernas; a maioria deles ligados às pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto temático “Fundação do Estado e da Nação – Brasil, 1780-1850” coordenado pelo professor István, do qual você também fez parte. Qual a sua opinião sobre os estudos mais recentes que abordam essa problemática a partir das perspectivas acima citadas, e ainda, como você observa a permanência de alguns cânones da história política desse período, principalmente os que possuem uma posição centralista em relação à formação do Estado Nacional Brasileiro?*

JPGP: Eu tendo a concordar que a maioria dos estudos focados nas identidades coletivas e sua politização entre os séculos XVIII e XIX gravitam em torno do Projeto Temático do qual eu fiz parte. Este projeto juntou gente de alto nível, com diversos interesses de pesquisa e com distintas formações, mas todos inspirados pela preocupação geral deste projeto, ou seja, a formação do Estado e da Nação como fenômenos próprios e distintos, mas profundamente imbricados e posicionados temporalmente nos séculos XVIII e XIX. Isso no que diz respeito às identidades. Mas o mesmo não é válido para o tema geral da formação do Estado e/ou da nação (principalmente a do Estado). Existem outros grupos e outros centros de pesquisa que agrupam historiadores muito competentes, que há alguns anos vêm se dedicando a diversos estudos sobre temáticas ligadas à formação do Estado, por exemplo, o Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), sediado no Rio de Janeiro; além de historiadores, sociólogos e juristas do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e outros estados que não estão ligados a nenhum grupo de pesquisa formalmente constituído.

Há uma boa pluralidade de estudos que envolvem história, política, direito, economia, história intelectual, história de instituições, história de conceitos, etc. De modo que eu diria que hoje em dia há uma historiografia forte, cheia de vitalidade, diversificada, com divergências e enfoques muito variados. O que é muito bom! Não há uma convergência total desses trabalhos nos temas que, particularmente, julgo serem os temas importantes, mas parece haver certo consenso de que não se pode tratar do Estado sem tratar da Nação. E também de que nenhum deles surgiu de repente no século XIX, tampouco resultaram de movimentos anteriores evolutivos, supostamente naturais.

Quanto à permanência de alguns cânones da historiografia do tema, isso é verdadeiro, e cria zonas nebulosas para a sua devida compreensão. Tomemos, mais especificamente, a independência: felizmente, ela vem sendo descortinada cada vez mais por investigadores de alto nível e em seus muitos quadrantes espaciais, embora conheçamos muito mais sobre o “centro-sul” do que as demais partes envolvidas no processo. A formação de identidades coletivas em relação a ela ainda é pouquíssimo estudada, embora haja bons trabalhos sobre Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já a luta política e a participação de diversos grupos sociais vêm merecendo cada vez mais estudos. Eu sou otimista, porque os estudos são cada vez mais numerosos, e de melhor qualidade.

Não se trata de conceber uma simples acumulação de conhecimento, o que pressuporia uma concepção estreita do conhecimento histórico, mas simplesmente de reconhecer que as coisas vão melhorando: a historiografia se diversifica, arquivos regionais

vão sendo melhor trabalhados, criam-se condições para debates, embates e avaliações gerais.

Não é uma situação negativa continuar estudando o Rio de Janeiro, Minas Gerais ou São Paulo, mas sim fazê-lo ignorando-se as realidades de outras partes. Assim como não adianta estudar Pernambuco, Pará ou Maranhão sem considerar os centros políticos do centro-sul, isso seria uma simples inversão de sinais em uma equação cujo resultado seguiria idêntico. Recomendo muito cuidado com essa crítica aos estudos focados nos principais centros políticos de composição e gestação do estado nacional brasileiro porque há que se pensar uma totalidade diversa, dinâmica e muito difícil de ser aprendida nos seus devidos termos, da qual esses centros são... centros! Uma parte precisa da outra. Eis o desafio. Muita coisa ainda precisa ser feita nessa direção.

GL e RF: *No início desse ano de 2009 foi lançado pela editora da UFMG o livro “Léxico da História dos Conceitos Políticos no Brasil”, organizado pelo professor João Feres Júnior, no qual está presente o verbete “história”, escrito por você e pelo professor Valdeci Lopes de Araújo. Este livro contém parte do “Dicionário político e social iberoamericano: conceitos políticos en la era de las independências”, 1750-1850, que acaba de ser publicado na Espanha, e é produto do projeto Iberconceitos – que é sem dúvida a maior pesquisa em andamento sobre história conceitual no Brasil. Esse projeto é uma oportunidade ímpar para se por em prática as teorias e os procedimentos metodológicos próprios da História Conceitual, que tem como principais referências as obras de Reinhart Koselleck, e da Escola de Cambridge, representada por Quentin Skinner. De acordo com as suas experiências de pesquisa e de seu conhecimento sobre o assunto, fale sobre as perspectivas de resultados para os trabalhos do projeto Iberconceitos, principalmente a partir das referências teóricas e metodológicas citadas. E em sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens de se operar em conjunto essa duas metodologias para entender os séculos XVIII e XIX no Brasil?*

JPGP: Á medida em que fui desenvolvendo estudos sobre as independências iberoamericanas, deparei-me com a necessidade de entender as bases intelectuais desses processos. Elas são muito mais conhecidas no que diz respeito ao mundo hispânico do que aos mundos luso e luso-americano. A pergunta que me coloquei foi a seguinte: como pensavam teóricos, estadistas, políticos, publicistas, de modo não apenas a representar e viabilizar a independência em seus momentos mais imediatos, mas também a criar e reproduzir as bases intelectuais necessárias à efetivação de uma transformação política de monta, como foram as independências? Estas são processos nitidamente revolucionários no seu sentido moderno, pois inauguram uma ordem nova (poderia qualificá-la longamente...), pensada e nomeada dessa maneira por seus próprios protagonistas. Claro que não podemos, nós, historiadores, apenas assinar embaixo do que foi dito pelos agentes históricos, devemos pensar a história a partir de bases concretas e de ferramentas teóricas próprias do nosso tempo. Mas esse é um dos pontos essenciais da categorização das independências como revolucionárias, não apenas na pretensão da inauguração de uma nova ordem, mas nas coisas que aconteceram para a efetivação de uma nova visão de mundo na própria época. A partir do momento em que os homens conceberam, temeram ou desejaram uma nova ordem de coisas, tiveram que atuar para que isso acontecesse, e acabaram por ser extremamente bem sucedidos.

Um ponto que me estimulou a essa reflexão foi o marco estabelecido da inde-

pendência do Brasil como uma não-revolução, ou como uma “revolução conservadora”. Essa expressão, tão em voga, é extremamente infeliz, pois toda e qualquer revolução é, em si, parcialmente conservadora. Não existe nenhum movimento social imaginável capaz de transformar ao mesmo tempo todos os quadrantes da sociedade. Dentro do processo histórico esses movimentos aceleram algumas mudanças mais significativas e acabam por ser responsáveis por um quadro circunstancialmente novo, porém, essas novidades operam sempre com base em permanências. Comumente, é dito que na história: “tudo muda ao mesmo tempo em que tudo permanece”. Qualificando essa afirmação e tirando-a do rol das obviedades, a depender do nível de realidade da dimensão social que está sendo observada, e analisada, as coisas mudam com mais ou menos intensidade. Nós historiadores devemos nos perguntar: o que muda, como muda e para o quê muda? Todo e qualquer contexto histórico é sempre dinâmico, mas por vezes essa dinâmica é acelerada, fraturada, revolucionada.

Se toda e qualquer revolução é também conservadora, deve-se evitar tratar a independência nesse lugar comum. De início, minha inquietação vinha de um conhecimento preliminar de outros processos de independência, como os do México e do Chile, e que mereceram análises de sobra a caracterizá-los como conservadores. Se cada um considera o seu como conservador, há algo de errado na idéia de conservadorismo, ele deixa de ser relativo a algo e perde função de categoria explicativa.

Uma grande agenda, que integre as independências ibéricas, está ainda em aberto, a despeito de esforços convergentes e atuais de muitos estudiosos de muitos países. Eu mesmo tenho investigado as bases intelectuais dessa grande ruptura, as formas subsidiárias de se pensar o advento de um novo estado de coisas, catalisado pela independência, não só do Brasil, mas também nos demais países da América Ibérica. Esse foi um interesse que surgiu dentro da minha trajetória enquanto fazia um doutorado sobre o impacto das independências da América espanhola no Brasil. Diante disso e posteriormente, elaborei um projeto de pesquisa, ao qual agora me dedico, para escrever uma história do tempo histórico na América portuguesa dos séculos XVIII e XIX. Minha intenção é analisar concepções, percepções e formulações acerca do tempo, procurando entender como pessoas puderam elaborar noções de tempo através da política, encarando seus projetos coletivos como diagnósticos de tempo. É um projeto amplo e que encara as bases intelectuais do processo de independência do Brasil.

Foi nesse momento em que conheci o professor Valdeí Araújo. Foi um encontro muito interessante, porque ele tem uma formação bem distinta da minha, carregando referenciais muito diferentes, mas com muitas preocupações e interesses absolutamente convergentes. Daí resultou uma parceria duradoura que foi aproveitada pelo projeto Iberconceptos. Esse projeto é formidável em muitos aspectos, e coordenado por um historiador espanhol, o professor Javier Fernandes Sebastián. Quando fui convidado para integrá-lo, a idéia era que Valdeí e eu produzíssemos verbetes diferentes; porém, quando constatados nossos interesses em comum, propusemos um trabalho em dupla, sobre o conceito de história. O Iberconceptos tem um grande mérito não apenas por focar tema da maior relevância e pouco estudado, com uma metodologia adequada e embasamento teórico consistente, mas porque ele oferece saídas práticas para a superação de dilemas historiográficos nacionais advindos da circunscrição da história a esses quadrantes. Foram montadas equipes voltadas para realidades específicas, equipes “de países”,

mas que não ficaram apenas circunscritas a tal país (por exemplo, na equipe colombiana havia historiadores alemães e franceses). A arquitetura geral do Iberconceptos parte da necessidade de integrar a história de conceitos a realidades específicas, porém em um contexto geral. Ele ofereceu à mim e ao Valdeí uma oportunidade interessante de contribuição, mas muito aquém daquilo que poderíamos e gostaríamos de ter feito. Nossos interesses intelectuais esbarraram em uma logística difícilíssima de ser administrada, pois, no Iberconceptos, cada coordenador teve de lidar com equipes grandes, prazos, limites de texto, denominadores comuns, etc., e tudo isso impediu que nosso verbete “História” fosse o que gostaríamos que fosse. Logo, o que foi publicado no livro “Léxicos da História Política no Brasil”, deve ser considerado apenas como um esboço de nosso trabalho. Também considero como esboços todos os demais verbetes, desse livro e também do Dicionário. Foram feitos por gente competente e muitos apresentam resultados interessantes e relevantes, mas são apenas esboços de algo mais profundo que precisará ser feito no futuro. O Iberconceptos segue adiante em uma segunda etapa, da qual nem eu nem o Valdeí fazemos parte. Tomara que haja oportunidade para a elaboração e apresentação de resultados mais aprofundados.

Em termos teórico-metodológicos, esse projeto tem uma marca muito mais forte de Koselleck do que de Skinner. Claro que este também é um historiador de primeiríssima, e suas assertivas em torno da história das linguagens esbarram positivamente na história dos conceitos, mas quem pensou esta de modo sistemático foi Koselleck. A meu ver, é impossível fazer uma história dos conceitos que não seja, claro, parte de uma história social geral e também que não seja parte de perspectivas temporal e espacial amplas. É irrelevante fazer uma história de um conceito tal em São Paulo entre os anos de 1750 e 1759, ou em Mariana de 1711 a 1748. Tenho em vista que os conceitos são realidades sociais que indicam práticas e visões de mundo, e que contribuem para formar o mundo, eles são elementos imprescindíveis de toda e qualquer paisagem social, desenvolvendo-se em ritmos lentos e sendo compartilhados por grupos amplos. Não cabem, portanto, em tempos e espaços pequenos.

Como fazer, então, uma história de conceitos? Tem que ser especialista na história mais ampla à qual aquele conceito se refere e na qual ele se insere, e tem que ser parte de um esforço para transcender nossas tradicionais especializações. Desse modo, a história dos conceitos só frutifica, em termos de elementos relevantes para se compreender a realidade social, se for feita por especialistas nesta determinada realidade e por trabalhos conjugados, em equipe, e aí cabe a comparação e articulação entre conceitos. O Iberconceptos esboça isso, e, portanto volto a endossar a arquitetura geral do projeto. No Brasil, quase tudo resta ser feito, mas já contamos com um bom pontapé inicial.

GL e RF: *Os acontecimentos recentes na América Latina – sejam eles de caráter político, social ou econômico – possibilitariam uma longa conversa nesta entrevista. Limitemo-nos, porém, às questões políticas dos estados nacionais modernos, tendo em vista a sua afinidade com o tema. Em sua opinião, os casos do golpe militar em Honduras e a instalação de bases militares norte-americanas em território colombiano, infringindo neste caso a soberania nacional em nome da justificativa de luta contra as EARC, constituem-se como casos sui generis da sobrevivência de uma elite arcaica, conservadora e golpista? Tal fato é uma característica conspícua da história da América Latina? Aliado a isso, como você interpreta o papel das esquerdas no continente?*

JPGP: Os temas envolvidos nesta questão podem ser elaborados por mim apenas na condição de cidadão interessado no mundo, mas não como um historiador neles especializado. A única exceção reside na consideração de que, ao longo do século XIX, a formação de Estados nacionais na América de colonização ibérica obedece a alguns ditames comuns. Evidentemente eles não são suficientes para ignorar a singularidade de cada processo, de maneira nenhuma! Mas acredito que diagnosticar esta situação – o que neles há de comum – contribui parcialmente para diagnosticar situações específicas destes nossos séculos XX e XXI (e vale lembrar que bases militares americanas não estão só na Colômbia, mas também no Paraguai, no Equador..).

No século XIX, quando se forma a imensa maioria dos atuais Estados nacionais na América, tais Estados adentram a um sistema internacional em condição desfavorável. Isso não é uma obviedade, porque se admitirmos a validade da categoria analítica “sistema”, ela implica a articulação entre partes assimétricas. O que é um sistema de ponto de vista lógico? Não é a soma de todas ou de algumas coisas, mas uma unidade lógica e também histórica – porque estamos falando de um sistema específico, um sistema de relações internacionais com base no capitalismo – onde as posições de cada parte são assimétricas umas em função das outras. É aí que reside a coerência dessas conjunções. Para nós entendermos porque um país é forte no cenário internacional, temos que entender o país que é fraco no mesmo cenário, porque aí a força é a contrapartida direta da fraqueza. Quando esses Estados nacionais surgem, adentram de cara a esse sistema em condição periférica, condição desde então jamais abandonada (a despeito de algumas acomodações). Claro que existem diferenças entre os periféricos: uma coisa é a atual posição do Brasil no sistema internacional, outra a da Nicarágua... São diferenças absolutamente relevantes, mas no conjunto do sistema internacional, a maior parte da história do Brasil e de todos esses outros países tem a ver com essa posição desfavorável. Em relação a quem? Em relação à Grã-Bretanha, EUA, Alemanha, Japão... O capitalismo é um sistema histórico, e as relações internacionais aí organizadas complementam as vicissitudes da formação dos sistemas representativos nesses países, de suas hierarquias e conflitos sociais, de seus respectivos poderes políticos e as muitas composições entre todos estes elementos.

Eu não identificaria uma elite arcaica (conservadora ou golpista) nestes países, mas sim elites que se comportam em alguns momentos de maneira muito parecida: isto é, quando se unem, quando se articulam em defesa de seus interesses e poderes, quando são bem sucedidas nessa direção, quando gerem o Estado e justificam ideologicamente suas atuações... Os Estados nestes países são tradicionalmente lócus de atuação forte de elites, que vêm na aproximação, ou mesmo na ocupação direta do Estado a possibilidade de sua sobrevivência, fortalecimento e/ou perpetuação. Tudo isto varia de parte a parte, insisto. Mas insisto também que há bases comuns, e que durante muito tempo, inclusive recentemente, plasmaram a fraqueza dos sistemas representativos nesta América. Tudo isso mudou muito de parte a parte, de tempo a tempo. Mas isso talvez ajude a explicar a novidade de fenômenos como a convergente fraqueza de alguns desses grupos de se valerem das suas tradicionais armas de defesa, de seus respectivos interesses. Há muita coisa em comum entre os governos da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Uruguai (de certa forma também o da Venezuela), em termos de conseguirem romper (ou ao

menos ameaçar) uma tendência longeva de representação de interesses junto ao Estado. E não convém ignorar a conjuntura internacional e o contexto histórico do momento em que nós vivemos, que de muitas maneiras “esbarra” em cada uma dessas realidades tomadas como específicas.

Se abdicarmos da noção de sistema, aí essas realidades emergem apenas como singulares; ao contrário, se formos inteligentes na utilização da categoria para compreensão deste mundo e de sua formação histórica – alguns séculos atrás – então não só não precisaremos, como não deveremos abdicar da singularidade para atribuição de sentido à realidade. Surge daí uma dialética entre o todo e a parte; o sistema como um todo, não é a somatória das partes, mas é a síntese das determinações recíprocas entre todas essas partes. Não vejo outra maneira de compreender a realidade atual da América.

GL e RF: *Em 2003, em co-autoria com Andréa Slemian, trabalharam no livro O “nascimento político” do Brasil e, em 2008, publicaram A corte e o mundo. Estes dois livros de história são exemplos da possibilidade de conciliar o rigor de uma pesquisa acadêmica com uma linguagem acessível ao público geral. Vivenciamos um crescente interesse por História, e por isso entendemos que parte deste cuidado com a forma narrativa presente em livros como os de vocês colabora de modo qualitativo na divulgação dos mais novos resultados deste campo de estudos. Sendo assim, como você analisa a expansão do mercado editorial na área de história? Quais os equívocos mais frequentes, que devem ser evitados, e os melhores exemplos a serem seguidos? E por último, como a produção deste tipo de trabalho de “divulgação” contribui na construção da carreira de um historiador profissional?*

JPGP: Esses dois livros nasceram de uma inquietação compartilhada em torno da péssima qualidade das obras de divulgação no Brasil, assim como das obras didáticas, muitas vezes produzidas por gente que não domina o “métier” do historiador e/ou ditadas exclusivamente por contingências mercadológicas. As obras ruins sempre existiram, continuam a existir – como as de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes – e existirão claro. O problema é que elas não têm concorrência. São obras de impacto porque atendem a demandas de uma sociedade que se interessa por história, mas que não tem alternativas melhores; consome aquilo que está à mão. Assim, decidimos arregaçar as mangas e produzir algo que julgamos ser melhor do que aquilo que criticamos.

Acredito que todo e qualquer historiador deveria trabalhar em uma dupla perspectiva: de especialização e de divulgação. Todos deveríamos ser pesquisadores, professores e “vulgarizadores”, pois assim as diferentes lógicas envolvidas nessas atuações se complementaríamos. Tem tanta gente que morre de medo de sala de aula, e acaba por se envolver apenas em pesquisa, mas penso que todo o estudante de história deveria conceber a possibilidade de fazer pesquisa e dar aula, porque são duas lógicas distintas e complementares: a especialização, como produção do conhecimento, e a generalização, como avaliação do conhecimento. Sem modelos e sem generalizações, não vejo sentido na história, assim como sem perquirição aprofundada de realidades específicas.

O que ocorre no Brasil é que há um grande interesse das pessoas em geral pela história, e um grande distanciamento entre essas pessoas e a academia. Em relação aos historiadores, temos que apontar o dedo para duas direções: em geral, temos receio de produzir sínteses, pois dado seu caráter abrangente e lacunar, são sempre muito suscetíveis a críticas. Logo, morremos de medo de produzir as sínteses, porque, infelizmente,

quase ninguém quer ser criticado. Também há o agravante da pouca disposição dos historiadores em mudar sua forma de escrita, e com isso se fazem entender por pessoas que não compartilham de sua linguagem.

Em relação ao mercado editorial, há pouco espaço para obras de divulgação feitas por historiadores. O Brasil ainda é um país de analfabetos: analfabetos em história, ciências, literatura, e aqui as pessoas lêem pouquíssimo! O mercado editorial no Brasil é muito diminuto, as pessoas não têm interesse de sair de suas respectivas comodidades medíocres e investir em leitura, educação, instrução. Aqui, quando as pessoas enriquecem ou mudam de grupo social, elas atualizam seu carro, trocam sua casa, investem em propriedades, mas nunca em educação. É notável que as pessoas que são ou que ficam endinheiradas não investem em instrução, não compram livros, e é muito difícil mudar o impacto nefasto que isso produz no conjunto da sociedade.

Tanto da parte dos especialistas como dos não-especialistas, há pouca boa vontade de encontro entre esses interesses. Há mais boa vontade da parte dos não-especialistas, que são responsáveis pelo surgimento dessas várias revistas de divulgação que julgo muito louváveis, um fenômeno muito positivo, e que no geral são boas revistas. Seria ótimo se elas tivessem uma permanência, tendo em vista que algumas ficam pelo meio do caminho. Se todas competissem no sentido de atender aos muitos públicos interessados em história, acabariam por trazer um retorno mais imediato em termos de investimento e de qualidade à divulgação acadêmica em geral. Mas temo que sua capacidade de reversão da situação geral seja muito limitada. Só uma política nacional de educação, de ciência e tecnologia, irá reverter esse quadro.

Todo estudante de história deveria já pensar nessa lógica da vulgarização, num compromisso com a sociedade que financia sua formação e a sua futura carreira. A imensa maioria dos historiadores (digo, professores-pesquisadores) desse país é formada em universidades públicas, e, portanto, com financiamentos públicos, que devem ser correspondidos a altura. Esses financiamentos não são pequenos, o Brasil tem um sistema de público de educação que não encontra correlação com nenhum outro país do mundo. Fora os cursos gratuitos, são muitos os centros de pesquisas financiados, bolsas, tudo com o dinheiro público. No meu entender, uma das formas mais responsáveis de corresponder a esse magnífico investimento seria não apenas através da formação de professores de história em todos os níveis - desde que as carreiras fossem atraentes evidentemente - mas também o empenho desses historiadores em divulgar as suas pesquisas e produzir sínteses. E o mercado deveria, também, se responsabilizar por isso, não só atendendo a demandas já existentes, mas reforçando-as e criando outras, novas. Mas aí talvez fosse pedir demais...

Outra questão em torno do tema: o papel da mídia nesse país, um problema gigantesco em relação ao qual sou muito pessimista. A grande mídia tem uma função de divulgação de história (e de outros conhecimentos), mas assume sempre uma posição muito tacanha. Com a grande mídia que nós temos, completamente alheia e desvinculhada de tarefas nacionais mais elevadas, comprometida exclusivamente com interesses restritos de grupos dirigentes, é difícil ser otimista.

Em relação ao espaço dessas obras de síntese e divulgação na trajetória de um historiador, muitas vezes vejo-as, idealmente, como pontos de partida para futuros especialistas, podem ser estímulos importantes a uma carreira ou à familiarização introdutória com

um tema e uma historiografia. Mas não acho que esse seja o papel mais importante, que é sem dúvida o de corresponder às expectativas daqueles que não são, não querem ser e nunca serão historiadores.